



Julia de Paula França

**PUC-Rio e a resistência universitária à
ditadura militar brasileira**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^ª. Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro,
agosto de 2022



Julia de Paula França

**PUC-Rio e a resistência universitária à
ditadura militar brasileira**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Prof^a. Larissa Rosa Corrêa

Orientadora
Departamento de História – PUC-Rio

Prof^a. Carla Vieira de Siqueira

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof^a. Angélica Müller

Departamento de História - UFF

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Julia de Paula França

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (2019) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em História Social da Cultura, com a presente dissertação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Memória da PUC-Rio entre 2017 e 2019. Tem experiência na área de História do Brasil Republicano, com ênfase em Ditadura Militar, movimentos sociais e imprensa alternativa.

Ficha Catalográfica

França, Julia de Paula

PUC-Rio e a resistência universitária à ditadura militar brasileira / Julia de Paula França ; orientadora: Larissa Rosa Corrêa. – 2022.

166 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2022.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Movimento estudantil. 4. Movimento docente. 5. Ditadura militar. 6. Imprensa alternativa. 7. Resistência pacífica. I. Corrêa, Larissa Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD:900

Para a minha vó Sônia e seus elogios.

Agradecimentos

Eu estava lendo um livro da Chimamanda Ngozi Adiche no qual ela descreveu o luto como “uma forma cruel de aprendizado”, por meio do qual você “aprende quanto do luto tem a ver com palavras, com a derrota das palavras e com a busca das palavras”. Neste momento, é um pouco assim que me sinto, aprendendo, e sendo derrotada. Quero escrever algo bonito, para deixar registrado aqui que meu maior agradecimento é para minha vó Sônia, que partiu enquanto este trabalho estava sendo produzido, mas sinto como se não tivesse nada no mundo que pudesse expressar o quanto ela faz falta e o quanto é absurda a ideia de não ter ela aqui para dividir comigo essa conquista, que também é dela. Eu costumo ser bastante cética em relação a tudo, mas hoje desejo mais do que tudo que, em algum lugar, de alguma maneira, ela esteja me acompanhando.

Mas, mesmo com a tristeza de não ter minha avó aqui comigo, tenho também a sorte de ter muitos outros que foram fundamentais ao longo dessa jornada e aos quais devo minha mais profunda gratidão:

Aos meus pais, Vânia e Paulo, que me criaram com privilégios que nem em sonhos eles puderam ter. Esse diploma é de vocês, e para vocês.

Aos meus irmãos mais velhos, Pedro e Thiago, que me apoiam desde que eu posso me lembrar, seja tentando fazer alguma coisa de matemática entrar na minha cabeça durante o ensino médio ou me fornecendo inúmeras caronas ao longo dos anos. Devo a eles também o agradecimento por ter inserido na família minhas cunhadas e amigas Ingrid e Ester, que, em vários momentos, lembraram-me que eu precisava sair do computador e me permitir dar uma volta, conversar com pessoas e, principalmente, comer algo gostoso.

À minha irmã mais nova e luz dos meus dias, Maria Clara. Se eu consegui fazer um mestrado no meio de uma pandemia, de três mudanças de casas e da perda da minha avó, foi só por causa dela.

As minhas amigas mais antigas, Dandara e Marília. Eu amo crescer com vocês há mais de uma década e acompanhar cada passo do caminho de cada uma.

À Fernanda, minha amiga que mais me entende e que não desiste de mim, mesmo eu demorando a responder.

À Juliana, que não apenas me deixou morar na casa dela para ficar mais perto da PUC, como sempre me encheu de carinho, massagens e bolos de chocolate.

Ao Mauro, que me conhece tanto que, desde os tempos da escola, já sabia que eu iria para História, mesmo antes de eu decidir, ou aceitar isso.

Ao Danilo, meu melhor amigo, que me elogia mais do que eu mereço e sempre diz que qualquer coisa que eu escrevo – mesmo que seja uma lista de compras – é o melhor texto que ele já leu.

Ao meu amigo, dupla, irmão gêmeo, Rodrigo. Eu simplesmente não sei o que seria de mim nesses últimos anos sem ter você para dividir todas as questões, frustrações, vitórias e mais tantas outras coisas, por meio dos áudios com pelo menos dois minutos de duração.

Ao Núcleo de Memória da PUC-Rio, que me ofereceu na salinha 263 do Edifício Leme uma casa. Guida, Clóvis, Edu e Silvia, o trabalho que vocês fazem pela Universidade e por cada bolsista que passa no Núcleo é extraordinário e sou absolutamente grata por ter tido o privilégio de ser orientada por vocês. Este trabalho com toda a certeza do mundo não teria sido concretizado sem a ajuda que vocês me ofereceram.

À minha orientadora, Larissa, que acreditou em mim e no meu projeto desde que eu era uma aluna aleatória de Jornalismo que apareceu em uma das disciplinas que ela ministrava dizendo que queria fazer mestrado em História. Obrigada pelas correções, dicas, indicações de leituras e, sobretudo, por ter tornado o caminho de fazer um mestrado em meio a uma pandemia o mais tranquilo possível.

Aos funcionários do Departamento de História, que me acolheram de braços mais que abertos e que, mesmo que de forma virtual, jamais me deixaram sentir que estava sozinha – os inúmeros e-mails e mensagens de WhatsApp trocados com a Débora são provas disso.

Aos professores do Departamento de História, em especial ao professor Leonardo Pereira, que dividiram comigo conhecimentos e me apresentaram autores que foram essenciais para a elaboração deste trabalho.

À CAPES e à FAPERJ, que me forneceram bolsas sem as quais eu jamais teria conseguido concluir a pós-graduação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

FRANÇA, Julia; CORRÊA, Larissa Rosa. **PUC-Rio e a resistência universitária à ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro, 2022. 166 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem como objetivo investigar de que forma os movimentos de resistência ao regime ditatorial brasileiro (1964-1985) se fizeram presente na PUC-Rio, por meio da análise da atuação do movimento estudantil e do movimento docente. Foi buscado demonstrar como o entendimento, muito presente no imaginário social, da PUC-Rio enquanto um lugar de maior liberdade durante os anos do regime militar foi influenciado pela presença de um histórico conservador no movimento estudantil puquiano e também por conta da ligação que a Universidade tem com a Igreja Católica. Entretanto, mais do que defender ou não a ideia da PUC-Rio como esse lugar de liberdade, o intuito foi apresentar a Universidade como um espaço que foi, assim como o governo dos militares, permeado por contradições. Então, a partir dessa realidade local singular puquiana, foi pensado de que forma os movimentos estudantil e docente puderam se fazer presentes e ocupar os espaços da Universidade, sejam eles simbólicos ou físicos. Ademais, buscou-se apontar de que forma essa realidade com características particulares da PUC-Rio impactou para que os estudantes puquianos, no fim da década de 1970, assumissem a vanguarda das lutas estudantis de todo o Rio de Janeiro e os pilotes da universidade fossem usados como palco para as grandes manifestações estudantis de 1977. Por fim, a pretensão foi a de analisar como o caso da PUC-Rio reforça o argumento de que o movimento estudantil esteve ativo durante todo o regime militar e de que a luta armada não foi a única forma encontrada pelos estudantes para resistir. Houve também uma luta pacífica desempenhada dentro do âmbito de cada universidade e que perpassou, sobretudo, pelo campo das microrresistências, com destaque para a grande produção de jornais de imprensa alternativa.

Palavras-chave

Movimento estudantil; movimento docente; ditadura militar; imprensa alternativa; resistência pacífica.

Abstract

FRANÇA, Julia; CORRÊA, Larissa Rosa. **PUC-Rio and the university resistance to the Brazilian military dictatorship**. Rio de Janeiro, 2022. 166 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

This work aims to understand how the resistance movements to the Brazilian dictatorial regime (1964-1985) were present at PUC-Rio, through the analysis of the performance of the student movement and the teaching movement. It was sought to demonstrate how the understanding, very present in the social imaginary, of PUC-Rio as a place of greater freedom during the years of the military regime was influenced by the presence of a conservative history in the student movement at PUC-Rio and also because of the connection that the University has with the Catholic Church. However, more than defending or not the idea of PUC-Rio as a place of freedom, the intention was to present the University as a space that was, like the government of the military, permeated by contradictions. So, from this unique local reality, it was thought how the student and teacher movements could be present and occupy the spaces of the University, whether symbolic or physical. It was also sought to point out how this reality with particular characteristics of PUC-Rio impacted so that its students, at the end of the 1970s, assumed the vanguard of student struggles throughout Rio de Janeiro and the university pilotis were used as the stage for the great student demonstrations of 1977. Finally, the intention was also to demonstrate how the case of PUC-Rio reinforces the argument that the student movement was active throughout the military regime and that the armed struggle was not the only way the students found to resist. There was also a peaceful struggle carried out within the scope of each university and which permeated, above all, the field of micro-resistance, with emphasis on the large production of alternative press newspapers.

Keywords

Student movement; teaching movement; military dictatorship; alternative press; peaceful resistance.

Sumário:

Prof ^a . Angélica Müller.....	2
1.....	13
Introdução.....	13
2.....	24
Influências por trás da liberdade.....	24
2.1.....	24
Os filhos da PUC-Rio e o histórico conservador.....	24
2.2.....	50
Sob a Cruz e a Espada.....	50
2.3.....	71
A ADPUC e os movimentos de sístole e diástole puquianos.....	71
3.....	86
A construção e produção dos espaços da PUC-Rio pelos movimentos de resistência universitária.....	86
3.1.....	86
A produção e a construção do espaço.....	86
3.2.....	89
A PUC-Rio.....	89
3.3.....	95
Os Pilotis.....	95
3.4.....	101
A Vila dos Diretórios Marielle Franco.....	101
3.5.....	106
Os auditórios B1 e B2.....	106
3.6.....	108
O Bandeirão.....	108
4.....	118
Os jornais universitários alternativos puquianos: um exemplo de microrresistência.....	118
4.1.....	118
A imprensa alternativa.....	118
4.2.....	120
Os jornais puquianos.....	120
4.3.....	134
A microrresistência.....	134

4.4.....	137
Os casos de repressão.....	137
4.5.....	144
Uma breve análise da representação de gênero na imprensa alternativa puquiã: os retalhos de uma colcha por fazer.....	144
5.....	156
Conclusão.....	156
6.....	160
Referências Bibliográficas.....	160
7.....	167
Fontes.....	167

Lista de figuras:

Prof ^a . Angélica Müller.....	2
1.....	13
Introdução.....	13
2.....	24
Influências por trás da liberdade.....	24
2.1.....	24
Os filhos da PUC-Rio e o histórico conservador.....	24
2.2.....	50
Sob a Cruz e a Espada.....	50
2.3.....	71
A ADPUC e os movimentos de sístole e diástole puquianos.....	71
3.....	86
A construção e produção dos espaços da PUC-Rio pelos movimentos de resistência universitária.....	86
3.1.....	86
A produção e a construção do espaço.....	86
3.2.....	89
A PUC-Rio.....	89
3.3.....	95
Os Pilotis.....	95
3.4.....	101
A Vila dos Diretórios Marielle Franco.....	101
3.5.....	106
Os auditórios B1 e B2.....	106
3.6.....	108
O Bandeirão.....	108
4.....	118
Os jornais universitários alternativos puquianos: um exemplo de microrresistência.....	118
4.1.....	118
A imprensa alternativa.....	118
4.2.....	120
Os jornais puquianos.....	120
4.3.....	134
A microrresistência.....	134

4.4.....	137
Os casos de repressão.....	137
4.5.....	144
Uma breve análise da representação de gênero na imprensa alternativa puquiense: os retalhos de uma colcha por fazer.....	144
5.....	156
Conclusão.....	156
6.....	160
Referências Bibliográficas.....	160
7.....	167
Fontes.....	167

Lista de abreviaturas e siglas

ACB – Ação Católica Brasileira

AD – Associação Docente

ADPUC – Associação de Docentes Universitários da PUC-Rio

AFPUC – Associação de Funcionário das PUC-Rio

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

AP – Ação Popular

APG – Associação de Alunos da Pós-Graduação da PUC-Rio

APML – Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil

ASI – Assessorias de Segurança e Informação

CAC – Centro de Artes Cinematográficas

CAEL – Diretório Acadêmico Edson Luiz

CARP – Centro Acadêmico Roquete Pinto

CCC – Comissão de Caça aos Comunistas

CCE – Coordenação Central da Extensão

CCS – Centro de Ciências Sociais

CECE – Centro Estudantil de Cultura e Arte da PUC-Rio

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIE – Centro de Inteligência do Exército

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CTCH – Centro de Teologia e Ciências Humanas

CTC – O Centro Técnico Científico

DAAF – Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca

DA – Diretório Acadêmico

DAGG – Diretório Acadêmico Galileu Galilei

DAJF – Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo

DCE – Diretório Central de Estudantes

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça

EPUC – Escola Politécnica da Universidade Católica

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FND – Faculdade Nacional de Direito

FNFil – Faculdade Nacional de Filosofia

Ibrades – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPM – Inquérito Policial Militar

JAC – Juventude Agrária Católica

JB – Jornal do Brasil

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

KGB – Comitê de Segurança do Estado

LBD – Lei de Diretrizes e Bases

Libelu – Liberdade e Luta

MAAC – Movimento de Autenticidade Acadêmica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MD – Movimento Docente

MEC – Ministério da Educação

ME – Movimento Estudantil

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OSI – Organização Socialista Internacionalista

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PM – Polícia Militar

Prouni – Programa Universidade para Todos
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SNI – Serviço Nacional de Informações
UEE – União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UJP – União da Juventude Patriótica
UMG – Universidade de Minas Gerais
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

1.

Introdução

No ano de 2004, a União Nacional dos Estudantes (UNE), lançou o *Projeto Memória do Movimento Estudantil*¹, que, com objetivo de construir um acervo documental para preservar a história da participação política dos estudantes brasileiros, recolheu depoimentos orais de ex-militantes. Entre os relatos, está o de Amâncio Paulino de Carvalho, que declarou que, na época da ditadura militar:

[...] a PUC dava uma proteção especial, por ser um campus controlado pela Igreja Católica, e porque tinha os diretórios. Ela tinha uma organização, os diretórios tinham sede. Tinha um mimeógrafo [...] Essa mínima organicidade da PUC atraiu o movimento para lá. E as primeiras grandes manifestações no Rio de Janeiro em protesto contra as prisões de São Paulo ocorreram na PUC. Eram aqueles pilotis repleto de estudantes.²

Na fala do ex-militante podemos perceber a menção a uma “proteção especial” que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) teria durante o regime militar e foi justamente esse o ponto que incitou a elaboração desta pesquisa. Durante a graduação, fui bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Memória da PUC-Rio e tive contato direto com um acervo de documentos armazenados pela Reitoria da Universidade ao longo dos anos, além de fazer entrevistas com pessoas envolvidas com a história da Instituição. A partir dos relatos dos professores que estiveram na PUC-Rio durante a ditadura militar brasileira foi possível identificar entendimento similar ao de Amâncio Paulino. O professor Eduardo Jardim, que trocou a UFRJ pela PUC-Rio ainda na época de estudante, contou que, nos tempos de forte repressão política, a PUC-Rio era “como respirar”.³ Já o professor e cineasta Silvio Tendler⁴, que estudou Direito e Comunicação na Universidade nos anos de 1969 e 1970, se refere à PUC-Rio daquela época como um “oásis” dentro da ditadura, um

¹ O projeto foi apoiado pela Petrobras e pela Fundação Roberto Marinho e tinha como objetivo construir um acervo documental para preservar a história da participação política dos estudantes brasileiros, que seria composto por documentos físicos recebidos por meio de doações e também por gravações de depoimentos orais de ex-militantes, que ficariam disponíveis de forma online. Atualmente, entretanto, o site encontra-se fora do ar há alguns anos e somente conseguimos encontrar esses depoimentos em trabalhos acadêmicos.

² CARVALHO, Amâncio Paulino. Entrevista concedida à Carla Siqueira. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2005.

³ JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, outubro de 2014.

“ponto de encontro da democracia”. Nos documentos disponíveis no Acervo da Reitoria, são diversas as menções à PUC-Rio enquanto um lugar com mais proteção e liberdade, assim como exposto em carta enviada pelo reitor Pe. Belisário Velloso Rebello para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC-Rio, em 25 de agosto de 1976, no qual o padre escreveu que “nenhuma universidade do Brasil concede, hoje maior liberdade aos seus alunos, do que a PUC do Rio de Janeiro”. Além disso, foram também identificadas por várias vezes a intercessão de padres reitores ou de outras figuras da Universidade ou da Igreja Católica junto a autoridades militares para defender algum membro da comunidade universitária puquiana que fosse preso ou chamado a depor.

Além disso, por meio do Núcleo de Memória também tive acesso a um trabalho de monografia defendido pela aluna Ana Maria Bonjour de Paula Continho no Departamento de História da PUC-Rio em 2004, intitulado *Sob a cruz e a espada: A relação do Movimento Estudantil da PUC-Rio coma Reitoria durante o Regime Militar*, cujas reflexões discutidas suscitaram questões essenciais para a elaboração desta pesquisa. Nele, Coutinho, ao analisar parte da documentação do Acervo da Reitoria da Universidade, discute acerca da relação que a reitoria adotou em relação ao movimento estudantil durante o ciclo militar. Para a autora, as atitudes ambíguas da Administração Central conversam com a postura adotada pela Igreja Católica no momento do regime – hipótese essencial para este atual trabalho. Muito por conta da limitação de ser um trabalho de conclusão de uma graduação, porém, a autora não analisou outras fontes que não as localizadas no Acervo da Reitoria, como, por exemplo, os jornais produzidos pelos estudantes e pelos professores, os periódicos da grande imprensa e os dossiês elaborados pelo regime. Este trabalho, então, bebe muito das reflexões iniciais apontadas por Coutinho, mas procurou ir além, pensando onde os movimentos de resistência universitária puquianos – não apenas o estudantil – inserem-se na historiografia, trazendo para o diálogo outras categorias, como, por exemplo, espaço e gênero, e também noções como microrresistencia e imprensa alternativa.

Foi, então, buscado neste trabalho compreender como a PUC-Rio, a partir da atuação do movimento estudantil (ME) e do movimento docente (MD), resistiu

⁴ TENDLER, Silvio. Doces memórias, tristes lembranças. Entrevista concedida a Arthur Macedo e Davi Barros. Jornal da PUC, Rio de Janeiro, n. 279, p. 9, abril de 2014.

ao governo ditatorial, levando-se em conta as particularidades da realidade local puquiiana em comparação com outras instituições de ensino superior do Grande Rio. A partir das entrevistas realizadas com atores da época e da análise de documentos encontrados no acervo da Reitoria da Universidade, dossiês de órgãos de repressão e da cobertura feita pela grande imprensa, dois tópicos foram selecionados e entendidos como fundamentais para a elaboração desse espaço com características particulares que foi a PUC-Rio: a compreensão do histórico conservador presente no movimento estudantil puquiano e como se dava a relação da PUC-Rio com a Igreja Católica.

Em relação à primeira questão apontada, precisamos voltar um pouco e compreender a conjuntura política que se instalou no país com a chegada dos militares ao poder em 1964. Mais especificamente no dia 31 de março daquele ano, por meio de um golpe civil-militar, os militares depuseram, de maneira inconstitucional, o então presidente João Goulart e deram início ao governo ditatorial. O caso brasileiro foi a experiência pioneira e também a mais duradoura das ditaduras militares que aconteceram na região do Cone Sul no decorrer do século XX – em cada país (Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Brasil), com forte presença do anticomunismo em um contexto de Guerra Fria e com o apoio dos Estados Unidos, foi montado um aparato repressivo que, cabendo às especificidades nacionais, foi responsável por uma cruel violação dos direitos humanos. No Brasil, no decorrer de 21 anos, o país vivenciou um regime que, apesar de tentar mascarar as feições autoritárias, censurou, torturou e assassinou seus opositores.

Em 1964, porém, o golpe foi comemorado por grande parte da sociedade brasileira, principalmente pelos setores da direita:

Uma grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam (REIS FILHO, 2005, p. 33).

Naquele momento, a frente que havia se formado para derrubar Jango era ampla e diferenciada, com a presença de denominadores comuns genéricos: “salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo” (REIS FILHO, 2005, p.33). É justamente essa a atitude que parece ter sido compartilhada

por grande parte dos estudantes puquianos, conforme podemos ver pelo conteúdo publicado em nota⁵ do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica (EPUC) – que foi também publicada no *O Jornal*, em matéria intitulada *PUC: Acadêmicos agradecem às Forças Armadas por ação que evitou a comunização do País* –, na qual o episódio de 1 de abril é descrito como “o melhor desfecho da crise que vinha consumando a alma coletiva”. Nela, os estudantes emitiram seu “mais efusivo reconhecimento às gloriosas forças armadas que, com sua desprendida e providencial intervenção, mais uma vez recolocam a nação no leito natural de sua evolução histórica” e manifestaram suas congratulações “pelo magnífico desfecho da crise que vinha conturbando a nação, ameaçada nos seus mais caros sentimentos cristãos e democráticos, pela onda ateia e materializante que investia perigosamente contra o acervo moral e cultural de nossa pátria”.

Passo a passo, porém, o governo militar foi mostrando sua face autoritária. Com o estabelecimento do Ato Institucional n. 1, o AI-1, de 9 de abril de 1964, já começava a perseguição aos adversários do regime, entre eles, algumas parcelas do movimento estudantil – como foi o caso da invasão e incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro no dia 1º de abril e da invasão a Universidade de Brasília um dia após o golpe (FAUSTO, 2014, p. 258)

Em novembro de 1964 foi aprovada a Lei 4.464 – conhecida como Lei Suplicy, já que foi proposta pelo então novo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda – que, em resumo, proibia a participação política estudantil e colocava fim na autonomia do movimento estudantil:

Diretórios Acadêmicos, por curso, e Diretórios Centrais de Estudantes, por universidade, passariam a funcionar sob controle oficial, restringindo-se a assuntos acadêmicos e assistenciais. Para suceder a UNE, a lei previa um Diretório Nacional dos Estudantes, que deveria se reunir em Brasília somente nas férias e sob controle direto do MEC.⁶

Em síntese, a atitude do governo militar para com os estudantes entre os anos de 1964 e 1968 foi a de combinar “medidas de repressão às organizações estudantis com medidas de reforma nas estruturas administrativa, profissional e curricular das universidades” (NAPOLITANO, 2019, p. 88). As contestações

⁵PUC: Acadêmicos agradecem às Forças Armadas por ação que evitou a comunização do País. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.5, 11 de abril de 1964. Primeiro Caderno.

⁶ REGIME joga UNE e UEES na ilegalidade. *Memorial da Democracia*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/regime-joga-une-e-uees-na-ilegalidade>, acessado em 19 de julho de 2022.

políticas e culturais, naquele momento, sofreram punições pontuais e seletivas por parte dos militares. Apesar de já estar presente a repressão, o movimento estudantil nesse momento, mesmo com a UNE na ilegalidade, “dispunha de certa margem de ação política, sobretudo dentro das universidades, tomando para si a tarefa de criticar o regime e de ser a vanguarda da luta por mudanças sociais” (NAPOLITANO, 2019, p. 88). Desde 1966 os estudantes já estavam realizando protestos públicos contra o regime e, em 1968, o movimento estudantil voltou de fato às ruas. É válido observar, assim como o faz Marcos Napolitano, que os estudantes brasileiros saíram às ruas “antes mesmo que o famoso ‘maio parisiense’ explodisse e ganhasse as manchetes dos jornais” (NAPOLITANO, 2019, p. 89).

No Brasil, 1968 ocupa um lugar paradoxal na memória histórica nacional, já que, ao mesmo tempo que era o momento das grandes utopias libertárias, foi também um período de forte repressão, dando início aos chamados “anos de chumbo” (NAPOLITANO, 2019). A partir daí, a ditadura recaiu duramente sobre a parcela que ela havia prometido proteger, a classe média. (NAPOLITANO, 2019). Alguns historiadores consideram 1968 como o momento no qual de fato começaria o regime militar, outros, o entendem como o período no qual a ditadura completou seu ciclo de militarização⁷ (MÜLLER, 2021). Mesmo havendo divergências na interpretação do lugar ocupado pelo emblemático ano, é consenso na historiografia que, a partir do AI-5, “a violência e a tortura de todo o tipo cobraram uma nova dimensão, tanto pela intensidade como pela frequência e extensão” (FAGUNDES, 2013; FERNANDES, 2015 apud HUERTA, 2018) e a oposição teve que modificar sua forma de luta. Marcos Napolitano descreve o momento como uma “espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país com o golpe de 1964” (NAPOLITANO, 2019, p.93).

Em consonância com o posicionamento da classe média, os estudantes da PUC-Rio foram aos poucos deixando de apoiar o regime militar e tornando-se oposição. Na famosa Passeata dos Cem Mil (1968)⁸, por exemplo, é possível

⁷ Angélica Müller cita Marcos Napolitano e Adriano Codato como exemplos de pesquisadores que entendem o AI-5 como o momento no qual o regime militar completou o ciclo de militarização; e Hélio Gaspari e Daniel Aarão Reis Filhos como exemplos dos que argumentam que o Ato é o marco do início de fato da ditadura.

⁸ Forma pela qual ficou conhecida a manifestação realizada no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, que contou com a participação de cerca de cem mil pessoas que protestavam contra as

perceber, por meio de relatos e fotos da época, uma presença significativa de estudantes da PUC-Rio – entre eles, como pode-se visualizar na imagem abaixo, os alunos do curso de Teologia que carregavam um cartaz escrito “PUC: Território-Livre”.



Figura 1: Alunos da PUC-Rio na Passeata dos 100 mil, 1968. Acervo: José Inácio Parente.

A hipótese defendida aqui é que, por conta do histórico da PUC-Rio como uma universidade da elite conservadora, a comunidade universitária puquiãna, em um primeiro momento, não foi vista como uma grande ameaça pelo governo militar e pode desenvolver alguns mecanismos para usufruir de mais liberdade e construir o que era pedido no cartaz acima: um território livre. Foi, então, elaborada na Universidade uma rede de militância pacífica que contou com algumas particularidades, como, por exemplo, o fato de que os diretórios acadêmicos ficaram abertos durante todo o período militar e tinham a sua disposição aparelhos mimeógrafos, o que influenciou para que a PUC-Rio fosse palco das primeiras grandes manifestações estudantis cariocas do ano de 1977.

violências praticadas pela polícia. Promovida pelo movimento estudantil, a marcha contou também com a participação de intelectuais, operários, profissionais liberais e religiosos, além da adesão maciça de populares. As principais reivindicações dos manifestantes eram o restabelecimento das liberdades democráticas, a suspensão da censura à imprensa e a concessão de mais verbas para a educação. Para maiores informações, acesse: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/passeata-dos-cem-mil>>, acessado em 19 de julho de 2022.

Agora, no que diz respeito ao segundo tópico indicado, será preciso entender a PUC-Rio enquanto uma instituição ligada à Igreja Católica. Esse vínculo com a Igreja Católica é de fato importante para entender os parâmetros dessa liberdade puquiiana. O objetivo é apresentar a Universidade como um espaço não só de liberdades, mas também como um lugar permeado pelas contradições do período.

Rodrigo Patto de Sá Motta (2014) expõe as ações do regime em relação a todo o ensino superior como controversas. Para o autor, é preciso adentrar no âmbito da cultura brasileira para compreender as atitudes paradoxais e contraditórias das políticas dos governos militares. Caso contrário, elas pareceriam caóticas e irracionais:

Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem. (MOTTA, 2014, p. 16)

Motta ressalta que esse comportamento não é uma característica presente apenas no regime militar, mas de fato faz parte da cultura brasileira. Para o autor, a flexibilidade, a recusa a definições rígidas e a negação dos conflitos são estratégias conciliadoras empregadas especialmente pela elite em diversos momentos da história nacional para manter a ordem desigual e para “escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução” (MOTTA, 2014, p.14). No caso do âmbito universitário no regime militar, seria justamente isso que teria ocorrido, já que

em grande proporção, estavam pessoas originárias das classes média e alta, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício [...] Esse jogo complexo, e às vezes ambíguo, nos sugere análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjo entre repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação. ” (MOTTA, 2014, p. 18)

Na relação da Igreja Católica com o regime militar também houve contradições. Em um primeiro momento, a Igreja, apesar de divergências internas,

manifestou apoio ao golpe civil-militar de 1964. No entanto, com o aumento das violações dos Direitos Humanos pelas Forças-Armadas, que ia de encontro ao posicionamento a favor da justiça social da Igreja, um grande setor da instituição foi caminhando para a oposição. As relações, porém, não foram cortadas de vez. Houve rupturas e continuidades, uma mistura do antigo com o novo (MAINWARING, 1989), como foi o caso dos encontros secretos que ficaram conhecidos como Comissão Bipartite, que será trabalhado mais à frente.

O intuito deste trabalho será, então, relacionar de que forma as condutas da Reitoria para com os movimentos estudantil e docente conversam com o comportamento também controverso em muitos momentos do regime militar e da Igreja Católica. Nesse sentido, será buscado compreender como os discentes e docentes da PUC-Rio lidaram com as diretrizes da Igreja Católica e com a política estudantil universitária elaborada pelo regime militar.

Além de reconhecer as particularidades puquianas, sejam elas influenciadas pelo histórico conservador ou pela relação com a Igreja Católica, outro ponto fundamental do trabalho é apresentar como o caso da atuação política dos estudantes puquianos é exemplificativo do que defende Angélica Müller, no livro *O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)*, ao argumentar que o movimento estudantil apresentou propostas de resistência durante todo o regime militar, inclusive nos anos de chumbo. Diferentemente de grande parte da historiografia brasileira que considera que os estudantes militantes, após o AI-5, tiveram na luta armada ou no exílio as únicas saídas possíveis e somente teriam voltado a se organizar no fim dos anos 1970 com o processo de abertura política, o argumento de Müller (2016), da qual este trabalho pretende corroborar, é de que houve a continuidade do ME durante todo o regime militar. A face armada foi apenas um dos repertórios de ações empregadas pelo ME, existindo também uma luta pacífica que acontecia dentro do âmbito de cada universidade e que perpassava sobretudo pela utilização de microrresistências – pequenas ações de atuação, ou de sobrevivência, que variavam de acordo com a realidade de cada universidade. Para Müller (2016), essa ação contínua foi, inclusive, um dos fatores que levou o movimento estudantil a ser pioneiro nas lutas pelas liberdades democráticas no final da década de 1970. No caso do ME puquiano, foi possível perceber ele ativo durante todos os anos do regime, sobretudo por meio da publicação de jornais estudantis que, mesmo durante a

vigência do AI-5, criticavam abertamente o governo. Buscou-se mostrar que as características da PUC-Rio que serão analisadas ao longo do trabalho influenciaram para que os estudantes puquianos fossem os pioneiros na organização das lutas estudantis do fim da década de 1970.

Esses jornais estudantis, em conjunto com a publicação docente, produzidos durante o regime militar, foram, inclusive, as primeiras fontes encontradas enquanto eu ainda era bolsista de Iniciação Científica e foi o que provocou o interesse em estudar mais a fundo a resistência universitária puquiana. Eles ou foram doados ao Núcleo de Memória da PUC-Rio por professores que haviam participado dos movimentos de oposição, ou encontrados guardados em condições não muito adequadas em armários nas casinhas da Vila dos Diretórios, ou estavam armazenados no Acervo da Reitoria da PUC-Rio. Eles foram reunidos, organizados, catalogados e digitalizados. Do movimento docente foram encontradas vinte e duas edições de um único periódico, chamado *Boletim da ADPUC*, datadas de dezembro de 1977 até outubro de 1990. Já do movimento estudantil foi achado uma maior variedade de jornais.

Além dos jornais universitários, no acervo da reitoria da Universidade também foram identificados outros documentos que dizem respeito aos movimentos estudantil e docente, como, por exemplo, comunicados, cartazes, panfletos e cartas trocadas entre a reitoria da Universidade com os diretórios acadêmicos e com a Associação de Docentes Universitários da PUC-Rio (ADPUC), como também com os órgãos oficiais do governo, que, ao todo, totalizaram mais de mil páginas de documentos. Pesquisas feitas em acervos que contém documentos da repressão – como, por exemplo, no Sistema Nacional de Informações (SIAN) –possibilitaram o encontro de vários dossiês que apontam como, apesar da PUC-Rio ser esse lugar simbólico de maior liberdade, o governo militar estava atento a tudo que acontecia na Universidade. Esses documentos serão aqui considerados, tal como defende Jacques Le Goff (1996), enquanto monumentos. Nesse sentido, as presenças e ausências presentes neles serão consideradas como escolhas, conscientes ou não, de quem os produziu e da época no qual estão inseridos, sabendo também que a minha própria intervenção não é neutra e depende, da mesma maneira, das seleções feitas por mim. Além disso, levando-se em conta que é uma documentação produzida em um período de exceções e censura, a ideia de paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1987,

p.150) – de que “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” – é fundamental na análise dessas fontes.

A pesquisa também abarcou o método da história oral, com a realização de entrevistas com testemunhos da época. Os entrevistados foram: Berenice Cavalcante, foi professora do Departamento de História e associada à ADPUC; Tereza Cavalcanti, foi professora do Departamento de Teologia e associada à ADPUC; Eduardo Jardim, foi parte do movimento estudantil da PUC-Rio e, posteriormente, foi professor do Departamento de Letras e do Departamento de Filosofia e associado à ADPUC; Luiz Silva Mello, professor do Departamento de Engenharia Elétrica e associado à ADPUC; José Eudes Alencar, foi parte do movimento estudantil da PUC-Rio e, posteriormente, foi professor do Departamento de Comunicação. A consulta e análise de depoimentos já existentes, como, por exemplo, as entrevistas feitas pelo *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, também foi substancial para o desenvolvimento da pesquisa.

O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro e segundo são dedicados a entender a PUC-Rio enquanto um espaço que não é natural, mas sim produzido e construído socialmente. A discussão se encaminhará na tentativa de evidenciar como o espaço simbólico da Universidade, assim como também o físico, não foi um recipiente inerte e foi influenciado por quem o ocupava. Nesse sentido, no primeiro capítulo será aprofundado o debate acerca de como o entendimento da Universidade enquanto um espaço que dava certa proteção a sua comunidade universitária foi influenciado por quem eram as pessoas que ocupavam a universidade, levando em consideração variáveis como classe, raça e gênero, e também pelo fato de ser uma instituição ligada à Igreja Católica. Com isso, vai ser pensado de que forma essa realidade particular puquiense moldou as ações dos movimentos de resistência, bem como da Administração Central da Universidade e dos órgãos de repressão.

Já o segundo capítulo se dedica a analisar as formas pelas quais os movimento estudantil e docente ocuparam os espaços da Universidade e de que maneira esses espaços foram eles próprios também agentes na luta de oposição ao regime militar. Foram selecionados cinco espaços entendidos como importantes para a atuação de ambos os movimentos no período em questão: os pilotis, a Vila

dos Diretórios, os auditórios B1 e B2 e o Restaurante Universitário, conhecido como Bandeirão.

Por fim, o terceiro capítulo irá apresentar alguns jornais universitários produzidos na PUC-Rio como exemplos de microrresistência ao regime militar, mostrando que a oposição no âmbito universitário não foi paralisada pelo AI-5 e pelos os anos de chumbo, além de também entendê-los como parte da imprensa alternativa. Mais uma vez recorrendo a Ginzburg (1987), o conteúdo desses jornais, bem como a forma gráfica, a periodicidade e outras características vão ser vistos como indícios que nos ajudam a entender os valores e a identidade da comunidade acadêmica puquiiana.

2.

Influências por trás da liberdade

Neste capítulo, serão discutidas as questões que podem ter influenciado na construção e produção do espaço da PUC-Rio enquanto um lugar de maior liberdade durante os anos da ditadura. A partir de entrevistas realizadas, documentos encontrados no acervo da Reitoria da Universidade – jornais estudantis, folhetos, cartas, entre outros –, em conjunto com alguns dossiês de órgãos de repressão encontrados no SIAN, dois tópicos foram selecionados e entendidos como fundamentais para a elaboração desse espaço com características particulares que foi a PUC-Rio: a compreensão do histórico conservador presente no movimento estudantil puquiano e como se dava a relação da PUC-Rio com a Igreja Católica. Além disso, será demonstrado como esse entendimento de maior autonomia vem acompanhado de contradições.

2.1

Os filhos da PUC-Rio⁹ e o histórico conservador

Ao entendermos o espaço enquanto uma categoria de análise, precisamos vê-lo como não natural, mas sim como algo produzido e construído socialmente. Setha Low argumenta que “as relações de poder sempre fundamentam a construção social do espaço e estão inseridas na desigualdade de raça, classe e gênero” (LOW, 2016, p.69, tradução nossa). Levando isso em consideração, percebemos que, para apreender como foi elaborado esse ideal da PUC-Rio enquanto um lugar de liberdade discutido na introdução, seria preciso compreender quem eram as pessoas que ocupavam esse espaço, a partir de um olhar interseccional entre classe, raça e gênero. Ao colocar foco em diferentes variáveis, pretende-se não apenas contar a história oficial dos vencedores, mas sim “escovar a história a contrapelo”, tal como defende Walter Benjamin (BENJAMIN apud LÖWY, 2011).

⁹ A expressão “Filhos da PUC” faz alusão ao nome pelo qual ficou conhecido os alunos da PUC-Rio no meio acadêmico. Em 2016, os alunos bolsistas da Universidade criaram o coletivo “Bastardos da PUC”, para debater os problemas dos estudantes de baixa renda e denunciar as discriminações sofridas. Michel Silva, um dos estudantes membros do coletivo, em entrevista para a Revista Piauí, explicou a escolha do nome: “Eles, os brancos de classe média ou alta, que vivem nas áreas mais ricas da Zona Sul e pagam mensalidades salgadas, são os filhos da PUC. Nós, os pardos e negros, que precisamos de bolsa, somos os bastardos” (ANTENORE, 2018).

Em um primeiro lugar, para entender a PUC-Rio enquanto Universidade, precisamos adotar uma perspectiva relacional, comparando-a tanto com as instituições de ensino superior privadas como as públicas, já que ela tem similaridades e particularidades com os dois grupos. De acordo com os estudos de Helena Sampaio (2000), no início dos anos de 1960, o ensino superior brasileiro contava com aproximadamente uma centena de instituições, localizadas predominantemente nos centros urbanos e voltadas para a reprodução de quadros da elite nacional. Eram um pouco mais de 100 mil estudantes, com a predominância do gênero masculino. Nesse momento, o governo, para atender a explosiva demanda por ensino superior, buscou ampliar as vagas no ensino público e estimular a expansão do setor privado. Houve, então, um vertiginoso crescimento do ensino superior no país: “Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior vai de 93.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentam as maiores taxas de crescimento” (SAMPAIO, 1991, p.17). Na PUC-Rio, é possível visualizar também esse crescimento. Em 11 anos, o número de matrículas passou de um pouco menos de 3.000 alunos (1960) para mais de 11 mil (1971), conforme podemos ver no gráfico abaixo, montado a partir de dados retirados dos Anuários da Universidade:

Alunos PUC-Rio (1941-1985)

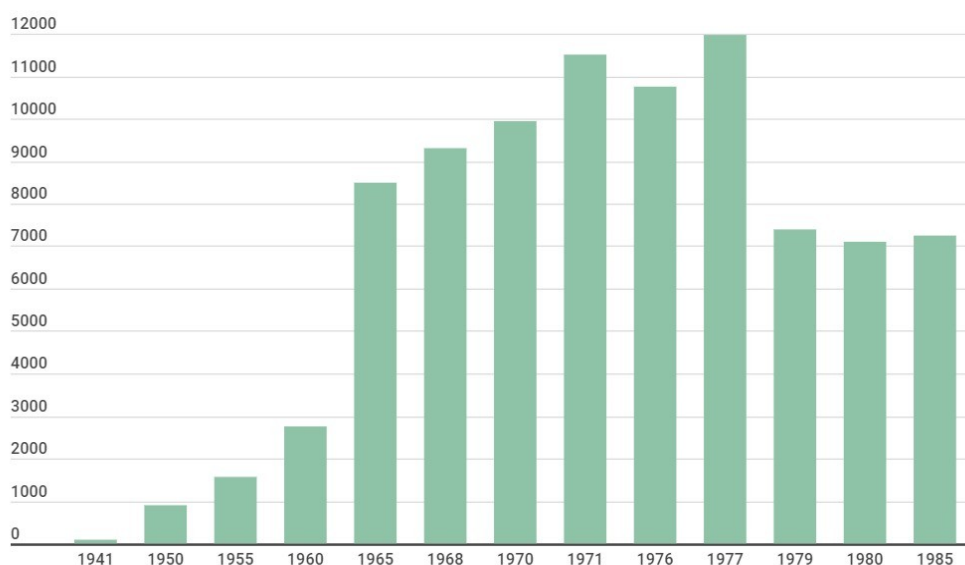


Figura 2: Gráfico com a relação de alunos da PUC-Rio entre 1941 e 1985. Produzido pela autora.

No entanto, é válido destacar que essa expansão não se deu da mesma forma para os setores públicos e para os particulares. Enquanto as universidades públicas investiam em pesquisa e na pós-graduação, os estabelecimentos privados eram dirigidos a partir de “um sistema empresarial de ensino no qual a qualidade da formação oferecida é secundária e a pesquisa totalmente irrelevante” (SAMPAIO, 1991, p.19). Mas, mais do que colocá-los em categorias fechadas, Sampaio procura mostrar como o ensino superior brasileiro é heterogêneo, já que

ele não é apenas díspar na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecida pelas diferentes instituições. Ele é também fundamentalmente um sistema multifacetado, composto por instituições públicas e privadas, com diferentes formatos organizacionais e vocações acadêmicas, que tem desempenhando múltiplos papéis e diferentes formas de inserção nos planos local, regional e nacional (SAMPAIO apud MARTINS, 2002).

A PUC-Rio, por sua vez, é um exemplo desse ambiente multifacetado que é o ensino superior brasileiro. Ela, junto com algumas outras instituições, é um caso à parte no ensino superior privado. Diferentemente de grande parte das universidades particulares da época, a PUC-Rio tinha, assim como as instituições públicas, um grande foco na integração universidade-pesquisa e no desenvolvimento de programas de pós-graduação, inserindo-se no conjunto de instituições pioneiras na implementação da pós-graduação no país – algumas dessas atitudes precursoras antecederam, inclusive, a publicação do Parecer Sucupira¹⁰. Em áreas como a Educação e Informática, a PUC-Rio foi a primeira instituição do país a ter um programa de mestrado, iniciados em 1965 e 1967, respectivamente –no caso da Informática foi o primeiro curso de pós-graduação da América Latina.

É preciso destacar, entretanto, que, apesar de ser um período de expansão do ensino superior, isso não significa que houve uma diminuição da desigualdade social no país. A ditadura militar se caracterizou por abissais diferenças sociais

¹⁰ O Parecer Sucupira – Parecer CFE nº 977/19652 – foi aprovado em 3 de dezembro de 1965. O documento “trata da definição dos cursos de pós-graduação, pelo Conselho Federal de Educação, com homologação ministerial, na vigência da Lei nº 4.0243, de 1961, que fixava as diretrizes e bases da educação nacional [...] Foi firmado por ilustres educadores da época: A. Almeida Júnior, presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Federal de Educação (Sesu/CFE), Newton Sucupira, relator, Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valmir Chagas e Rubens Maciel” (FRAUCHES, 2014, p.1).

entre ricos e pobres, com metade da população economicamente ativa abaixo da linha da pobreza:

Em 1960, os 10% mais ricos concentravam 39,6% de toda a renda nacional, enquanto os 60% mais pobres dividiam 24,9% da referida renda. No auge das diferenças, em 1970 e 1972, os 10% mais ricos detinham 52,6% da renda brasileira, restando 16,8% dela para os 60% mais pobres. No final do regime, os 10% mais ricos contavam 47,9% da renda nacional e os 60% mais pobres se viravam com 17,7% dela (SINGER apud GERMANO, 2011, p. 89).

Isso se deu, sobretudo, porque os reajustes salariais dos trabalhadores não acompanharam a elevação dos preços, reduzindo o poder de compra. De acordo com José Paulo Netto (2014, p.92), o caráter de classe do regime pode ser visualizado por meio da política do arrocho salarial, com uma “fixação unilateral tanto dos aumentos salariais quanto das datas em que estes seriam concedidos”, objetivando maximizar a exploração do trabalho e realizar uma “acumulação predatória” – ou seja, pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho. Para Netto (2014, p. 92),

Tratou-se de uma política salarial dirigida abertamente contra a massa trabalhadora, em especial a classe operária, sobre a qual se descarregou o custo decisivo da “estabilização econômica”: com o arrocho, garantiu-se a superexploração dos trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas.

Netto usa o tempo de trabalho necessário para comprar a ração alimentar como forma de demonstrar a superexploração dos trabalhadores no período: “em 1976, o salário mínimo real equivalia a 31% do valor que tinha em 1959; em 1963, os trabalhadores remunerados com o salário mínimo gastavam 40,97% dele para comprar a ração essencial mínima e, em 1973, mais de 60% (e, no fim do ciclo ditatorial, 74,38%)” (Netto, 2014, p. 93).

Em relação ao acesso à educação, segundo relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, feito pela IPEA em 1996, na década de 1960, os homens brasileiros estudavam, em média, 2,4 anos ao longo da vida e as mulheres 1,9 ano. Entre a população negra, a taxa de escolarização total caía para menos de um ano. Nesse período, quase 46% da população era analfabeta. A média se manteve na faixa dos 2 anos também na década de 1970: 2,6 anos para os homens e 2,2 anos para as mulheres (IPEA, 1996).

No que se refere especificamente a composição do movimento estudantil, Franklin Martins – à época, líder estudantil e presidente do DCE da UFRJ –, em entrevista para o *Projeto Memórias do Movimento Estudantil*, contou que

O movimento estudantil na época era de classe média, e classe média-média – pelo menos no Rio de Janeiro. Os estudantes de modo geral eram filhos de profissionais liberais, advogados, médicos, dentistas, professores, funcionários públicos, pequenos comerciantes, pequenos industriais – era essa a composição básica. É claro que você tinha estudantes da classe média baixa, ou da classe trabalhadora, que com grande esforço tinham conseguido entrar e em geral trabalhavam. Eu diria que 5% eram filhos de rico, uns 10% filhos de pobre, e uns 85% eram filhos da classe média-média, uma classe com aspirações intelectuais e democráticas, que considerava o estudo e a universidade como forma não só de acesso ao mercado de trabalho, mas também de manutenção do seu padrão de vida e de acesso aos bens culturais do mundo; para quem a cultura era importante. Essa era a base social do movimento estudantil (MARTINS apud Siqueira, 2014, p.381).

A PUC-Rio, com suas altas mensalidades, era, sobretudo, um lugar pertencente à elite. Entretanto, levando-se em consideração a desigualdade do acesso à educação que marca a história do ensino nacional, as universidades públicas não eram muito diferentes. A PUC-Rio talvez fosse uma hipérbole desse elitismo. Conforme Motta (2014), os dados mostram que a desigualdade característica da sociedade brasileira se reproduziu no âmbito da repressão e, por conta disso, membros das elites sociais eram mais prováveis de sofrerem punições leves dos que eram das camadas mais pobres. Uma das situações mencionadas pelo autor como exemplo desses privilégios da elite foi quando uma professora, ao ser convidada a comparecer ao DOPS, solicitou a intercessão do professor da PUC-Rio Artur César Ferreira Reis que, de acordo com o historiador, “tinha um bom trato político” (MOTTA, 2014, p. 318) e acionou seus contatos para assegurar a integridade física da colega de profissão, tendo-a aconselhado ligar para ele tanto na chegada como na saída da sede militar. Quando a professora em questão chegou no DOPS foi recebida por um policial que lhe disse que ela havia mobilizado um “peixão” a seu favor (MOTTA, 2014, p. 318). Cabe, portanto, levantar alguns indícios de como era formada a comunidade universitária puquiana, a partir das categorias de gênero, sexo, classe social e raça, que podem ter influenciado para que, em alguns momentos, os alunos e professores puquianos fossem menos visados pelo regime.

Apesar de a Universidade já ter, à época, algumas políticas de bolsas de estudo, antes dos programas de ações afirmativas como o ProUni e o Fies, o corpo discente puquiano era formado, em sua grande maioria, por alunos brancos da classe média alta. Nos anuários da época, foi possível encontrar o número de alunos bolsistas em alguns anos. Em 1968, por exemplo, havia 9.317 alunos matriculados, dos quais 781 eram bolsistas, totalizando um total de um pouco mais do que 8%. Em 1971, dos 11.511 matriculados, 971 eram bolsistas, novamente totalizando um pouco mais do que 8%. Em 1985, último ano do regime militar, eram 7.416 alunos, com um total de 915 bolsistas, o que dava aproximadamente 12%. Nesse momento, as origens das bolsas apresentadas nos anuários eram, por exemplo, coral, seminaristas e religiosos, esporte, desempenho, funcionários, etc. Não havia bolsas intituladas de caráter socioeconômico. Em 2021, para título de comparação, de acordo com dados disponibilizados pela Vice-Reitoria Comunitária, 27,5% dos alunos matriculados na graduação tinham bolsas segundo critério socioeconômicos.

Denise Soares da Silva, em sua dissertação *Os desafios da comunidade negra nas relações universitárias na PUC-Rio e a síndrome do impostor (1990-2019)*, aponta a criação do Pré-Vestibular de Negros e Carentes (PVNC) e a parceria com a PUC-Rio no ano de 1994 como uma das razões que “possibilitou a inclusão de jovens negros das periferias e favelas do Rio de Janeiro em grande escala a uma faculdade direcionada, até então, para elite” (SILVA, 2022, p.41). De acordo com a autora, o PVNC nasceu na Ação Pastoral do Negro de São Paulo (APN), entre 1989 e 1992 e teve como resultado a concessão de 200 bolsas de estudo da PUC-SP para estudantes do movimento negro. Muito influenciado pela experiência paulista e insatisfeito com a baixa qualidade do ensino público na Baixada Fluminense e com o pequeno número de negros nas universidades, Frei Davi Raimundo dos Santos elaborou o projeto na cidade do Rio de Janeiro em 1993, que, no ano seguinte, estabeleceu parceria com a PUC-Rio. Nesse momento, a PUC-Rio criou Bolsas de Ação Social direcionadas para os jovens negros e carentes oriundos do PVNC. Silva (2022) destaca como, a partir disso, a política de concessões de bolsas da PUC-Rio sofreu alterações significativas, já que, além de aumentar consideravelmente em números, deixaram de ser rotativas-reembolsáveis como tinham sido na década de 1970. Nesse sentido, a colaboração entre o PVNC e a PUC-Rio é apontada como diferencial para a implementação

das ações afirmativas no contexto universitário — o programa de governo ProUni, inclusive, é apresentado como inspirado na experiência do PVNC. A autora, porém, destaca que essa inserção de alunos bolsistas negros não ocorreu sem a presença de tensões, como, por exemplo, declarações de que o nível da Universidade iria cair devido a presença de alunos negros. Atualmente, a Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários da PUC-Rio oferece várias modalidades de bolsas e financiamentos, entre elas: Bolsas concedidas segundo critérios socioeconômicos (ProUni, Filantrópica e PUC); bolsas que promovem a cultura e o esporte (Esporte PUC-Rio e Coral); bolsas de incentivo à Formação Acadêmica (Seminaristas e Religiosos, Estágios); Bolsas previstas no Acordo Trabalhista e provenientes de Resoluções Específicas (Acordo Coletivo e Fraternal); e Fundo de Financiamento Estudantil do Governo Federal/MEC (FIES). É difícil, porém, definir com alguma precisão qual era relação proporcional de alunos brancos e negros, ou de homens e mulheres. Michelle Perrot (2007, p.21) afirma que “as estatísticas quase sempre são assexuadas”, e é exatamente o que acontece com as encontradas até o momento sobre a relação de estudantes puquianos. O que podemos fazer é nos atermos aos indícios que possam nos ajudar a entender os valores e a identidade da comunidade acadêmica puquiana, considerando-a como um microcosmo da sociedade brasileira. Em uma pesquisa feita em 2012 com alunos de três cursos da PUC-Rio – Administração, Direito e Psicologia –, foi notado que havia uma escassez de estudantes autodeclarados negros e pardos se comparado à média de 70% de alunos autodeclarados brancos (CRUZ, LIMA, GUIMARÃES, 2019). Em relação ao corpo docente, em uma pesquisa feita em 2016, dos 1.985 professores puquianos, 86 eram negros, ou seja, apenas 4,3% (BETIM, 2018). Apesar de não ter tido acesso a dados específicos sobre a PUC-Rio no período estudado, as estatísticas gerais da época e os números mais recentes nos levam a crer que, durante o regime militar, o corpo discente e docente puquiano era majoritariamente formado por filhos da elite – em sua maioria, homens brancos, pertencentes a classe média e média alta e a setores da sociedade que apoiaram o golpe, como, por exemplo, o empresariado.

Partindo da ideia de indícios, alguns documentos encontrados nos trazem informações interessantes. Há um dossiê de 1977¹¹ que lista o nome de alunos

¹¹ “Material enviado para 1.Junito de Souza Brandão e 2.Mauro Soares de Assis”. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

parte do ME que tinham "participação ativa identificada na perturbação da ordem na universidade", no qual são citados 25 estudantes, entre eles, 8 mulheres, ou seja, dos estudantes listados como militantes naquele ano, 32% eram mulheres. Já em outro documento¹², há os nomes dos membros da gestão dos diretórios acadêmicos de 1976-1977. São 33 alunos integrando sete diretórios, entre os quais há 10 mulheres – também por volta de 30% de representação feminina. Em três dos diretórios – Diretório Acadêmico Tiradentes, Centro Acadêmico Roquete Pinto (CARP), Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca (DAAF) – há mulheres ocupando o cargo de presidente. Nesse documento são também mencionados os endereços desses estudantes, com 26 moradores da zona sul, 5 da zona norte, 1 da zona oeste e 1 da região oceânica de Niterói – em outros termos, quase 79% desses estudantes moravam em bairros nobres, como Leblon, Ipanema, São Conrado, Copacabana e Laranjeiras, em ruas e avenidas importantes como Ataulfo de Paiva, Barão da Torre, Epiácio Pessoa, etc.

Um dos entrevistados, que foi aluno e militante do movimento estudantil da PUC-Rio na década de 1980, quando questionado se havia a presença de pautas entendidas como feministas na luta de resistência, relatou: “sinceramente, não. O feminismo, essa discussão sobre feminismo, sobre o lugar da mulher, isso é muito muito pra cá” (EUDES, 2021)¹³. Ainda, quando perguntado sobre qual era o papel desempenhado pelas alunas mulheres que eram também militantes, expôs que “as mulheres não estavam na PUC. No geral. Nas minhas salas de aula do curso de Jornalismo não tinha mulher, ou se tinha, eram pouquíssimas” (EUDES, 2021). Já sobre a presença de negros, o entrevistado expôs que, no Departamento de Comunicação Social, no qual estudou por seis anos, lembra de ter tido apenas um colega negro, que, de acordo com o relato, era conhecido por todos como “o negão da Comunicação” (EUDES, 2021).

Há também alguns documentos que mostram a presença de alunos bolsistas na Universidade. No comunicado *À comunidade universitária da PUC comunicado sobre as bolsa de estudos*¹⁴, publicado pelo DCE em novembro de 1972, é dito que o espírito de concessões de bolsas de estudos está contido em vários documentos da Igreja Católica, mas algumas atitudes tomadas pela

¹² Diretórios Acadêmicos - Gestão de 1976/1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹³ EUDES, José. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2021.

¹⁴ “À comunidade universitária da PUC, comunicado sobre as bolsas de estudo”. 20 de novembro de 1973. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Administração Central da Universidade – como a exigência de coeficiente de rendimento (CR) maior do que 5 – seriam posições elitistas que fugiriam às resoluções contidas nos pastorais da Igreja, já que o pior desempenho dos bolsistas seria explicável pelo fato de que eles enfrentam problemas como a dificuldade da compra de livros, necessidade de trabalhar e distância entre o lugar de moradia e a faculdade, com falta de transporte público. O Vice-Reitor Comunitário, que não aceitou a mudança no critério, teria argumentado que “é humano aconselhar se retirar da Universidade quem nela não tiver condições de permanecer”. Em matéria do *Jornal do Brasil* (JB), de 19 de abril de 1964, intitulada *A PUC como ela é*¹⁵, também é mencionada a presença de alunos bolsistas na Universidade. Segundo o texto, a PUC-Rio, apesar de custar anualmente Cr\$ 200 mil¹⁶, teria cerca de 500 alunos estudando gratuitamente – o que, na opinião do jornalista, desmentiria o pensamento popular de que a PUC-Rio seria um “estabelecimento de grã-finos, onde o estudante de origem modesta não tem vez”. A matéria ainda usa o argumento de que os diretórios da Universidade defendem os direitos dos alunos junto à direção da universidade sempre com fatos e provas, nunca provocando greves, nem fazendo política, como forma de demonstrar que a PUC-Rio era um lugar prazeroso de se estudar. Um exemplo positivo disso seria o fato de que “agora mesmo os alunos vêm se reunindo em assembleia a fim de que seja criada uma Comissão de Inquérito Estudantil para expurgar os comunistas do corpo discente e docente”.

Como podemos ver pelo exemplo acima, mais do que serem apenas filhos dos apoiadores do golpe – característica que muitos dos estudantes das universidades públicas também compartilhavam –, grande parte dos estudantes puquianos dividiam das mesmas posições dos pais, pelo menos no momento do golpe militar. Por meio dos documentos encontrados no Acervo da Reitoria e de matérias de jornais da grande imprensa, foi possível perceber que a direita conservadora, no momento do golpe militar, tinha um papel significativo no movimento estudantil puquiano. O Diretório Central de Estudantes, que já havia se manifestado contra João Goulart anteriormente, no dia seguinte à tomada de

¹⁵ A PUC como ela é. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.3, 19 de abril de 1964. Revista de Domingo.

¹⁶ Para título de comparação, o salário mínimo, em fevereiro de 1964, custava Cr\$ 42.000,00. Disponível em: <<https://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaitinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>> Acesso em 25 de janeiro de 2022.

poder pelos militares, manifestou apoio ao chamado “movimento de abril”¹⁷. Segundo a matéria *PUC rebela-se contra a UNE no apoio à Rebeldia*,¹⁸ publicada no *Diário de Notícias*, no dia 1 abril,

enquanto a UNE anunciava, em manifesto, que a “trama golpista já está em execução contra as liberdades democráticas”, a PUC condenava [por meio de um manifesto do Conselho de Representantes do Diretório Central], também em nota oficial, os meios empregados pelos marinheiros e fuzileiros durante a crise na Marinha¹⁹ como “um atentado aos princípios democráticos de hierarquia e disciplina”.

O Diretório Acadêmico da Escola Politécnica (EPUC), conforme mencionado na introdução, também publicou algumas notas nos dias seguintes ao golpe militar²⁰, nas quais o episódio é descrito como “a tomada do governo por forças democráticas e verdadeiramente interessadas no progresso brasileiro” e é defendido “a cassação imediata e definitiva dos direitos políticos de todos os políticos comprovadamente corruptos ou comunistas que causaram por omissão ou má fé a quase destruição total da Democracia brasileira”. Houve também uma proposta vinda dos alunos puquianos para que os comunistas presentes na Pontifícia fossem identificados e punidos²¹, com o objetivo de que “ficassem claros o pensamento e a orientação que norteiam professores e alunos”, já que a tentativa de uma minoria de alunos de impor à opinião pública a “crença que a Universidade é um ninho de comunistas” seria um “vexame para a esmagadora

¹⁷ Relatório de Gestão do DCE. 1964. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁸ PUC rebela-se contra a UNE no apoio à rebeldia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 9, 1 de abril de 1964. Primeira Seção.

¹⁹ O termo diz respeito ao episódio no qual, no dia 25 de março de 1964, os marinheiros se reuniram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para comemorar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Por considerar o ato uma subversão da hierarquia militar, o ministro Sílvio Mota emitiu ordem de prisão dos principais organizadores do evento e enviou fuzileiros navais ao local da reunião que, porém, ao invés de prender os marinheiros, aderiram aos revoltosos. O presidente João Goulart proibiu as tropas de invadir o Sindicato dos Metalúrgicos e anistiou os marinheiros que haviam sido presos. Essa anistia foi duramente criticada pelos setores da alta oficialidade, contribuindo para o agravamento da crise na área militar e para o golpe militar realizado poucos dias depois do ocorrido. Para maiores informações, acesse: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-marinheiros>, acessado em 20 de julho de 2022.

²⁰ Nota Oficial do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica da Pontifícia. 6 de abril de 1964. Acervo da Reitoria da PUC-Rio. Notas retiradas da Assembleia Geral Extraordinária enviadas do Diretório Acadêmico da EPUC para o reitor Pe. Laércio Dias de Moura. 8 de abril de 1964. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²¹ Carta do Diretório Acadêmico da EPUC para o reitor Pe. Laércio Dias de Moura; 08 de abril de 1964. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

maioria dos alunos da Universidade”. Em carta de 14 de abril de 1964²², o então reitor Pe. Laércio Dias de Moura aprovou a criação dessa Comissão de Inquérito para apurar a infiltração comunista na PUC. Após votação na qual foram ouvidos o reitor e alguns alunos, a instauração do Inquérito também foi aprovada no Conselho Universitário, visto que, caso houvesse alunos comunistas na Universidade, estaria “infringindo determinados artigos dos Estatutos da Universidade”.²³ Além disso, foi criado um grupo chamado “Juventude Alerta Universitária” que emitiu uma carta aberta²⁴, na qual foi declarado ódio ao perigo vermelho e aos “covardes chacais comunistas”.

Entretanto, apesar da forte presença da direita, a esquerda se fazia presente na Universidade sobretudo por meio do Centro Acadêmico Roquete Pinto (CARP), que, conforme publicado em vários jornais da grande imprensa, teria apoiado os marinheiros. De acordo com a nota publicada pelo CARP e reproduzida pelo *Diário de Notícias* em 29 de março²⁵, a solidariedade aos marinheiros se deu, antes de tudo, como “um testemunho da afirmação dos direitos humanos historicamente conquistados: o direito de reunião, liberdade de manifestação e, sobretudo, o direito de ser considerado e tratado como homem”. Tal colocação parece, porém, não ter agradado nem o restante do corpo discente nem a Administração Central da Universidade. Na edição de 31 de março do *Diário de Notícias*²⁶, o secretário-geral da PUC, por designação do reitor que estava em viagem, desaprovou o apoio dos estudantes aos marinheiros rebeldes. O DAJF, como exposto na matéria do *O Jornal* de 1 de abril²⁷, emitiu nota esclarecendo que a opinião do CARP não era compartilhada pelos demais estudantes da PUC-Rio, e ressaltam que o grupo de alunos do CARP é

o mesmo grupo que, encampando acusações da UNE, vai contra a universidade, acusando-a, falsamente, de estar contra a evolução do país. O mesmo grupo que promove uma pseudo-alfabetização nas favelas. O mesmo grupo que, falando em

²² Carta do reitor Pe. Laércio Dias de Moura para o presidente do diretório Acadêmico da EPUC. 14 de abril de 1964. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²³ Carta do Secretário Geral da PUC para o secretário da EPUC. 27 de abril de 1964. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁴ Panfleto “O verdadeiro compromisso”, assinado pela Juventude Alerta Universitária. Sem data. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁵ PUC com os Marujos: É o povo fardado. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p.15, 29 de março de 1964. Primeira Seção.

²⁶ PUC desaprovou apoio aos Marujos Rebeldes. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p.6, 31 de março de 1964. Primeira Seção.

²⁷ UNIVERSITÁRIOS da GB mobilizaram-se contra subversão nas Forças Armadas. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p.9, 1 de abril de 1964. Primeiro Caderno.

diálogo, desconhece todas as outras faculdades da PUC na hora de pronunciar-se sobre vários acontecimentos da vida nacional (DAJF apud O JORNAL, 1 abr. 1964, p.9).

Com a deposição de Jango, o CARP divulgou nota contra o golpe, que motivou, de acordo com carta enviada pelo Centro para o reitor Pe. Laércio Dias de Moura, a depredação de sua sede. Os alunos membros da diretoria, então, com o argumento de proteger a integridade física, optaram pela renúncia²⁸ - o que mostra uma vitória da direita sobre a esquerda no movimento estudantil puquiano daquele momento.

Nas universidades públicas, a realidade do movimento estudantil no momento do golpe parece ter sido outra. Assim como exposto por Siqueira,

Nos momentos seguintes ao golpe, uma onda repressora atingiu pessoas, entidades e associações civis e políticas identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que dava sustentação ao projeto de governo de João Goulart. Vários dirigentes, sindicalistas, intelectuais e políticos foram presos, entidades fechadas e suas atividades proibidas. A sede da UNE, na praia do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro, foi destruída por um incêndio criminoso e todas as organizações estudantis foram extintas e proibidas (Siqueira, 2011. p. 315).

De acordo com Rodrigo Patto de Sá Motta (2014), desde o fim dos anos 1950 as universidades haviam se tornado lugares propícios à divulgação dos valores de esquerda e, por conta disso, foram logo visados pela repressão que, no momento do golpe, já tinham seus alvos previamente definidos. Em muitas universidades, inclusive, as aulas foram suspensas por vários dias em decorrência de operações policial-militares após a tomada do poder pelas Forças Armadas. A Universidade de Brasília, que representava o projeto educacional do governo deposto, foi a mais atingida pelo novo regime, presenciando uma violenta repressão (LINO DE PAULA, 2004). As instituições cariocas, porém, também foram logo alvo do novo governo. Segundo Maria Paula Araújo (2007), nos anos 1960 as faculdades de Direito (FND) e de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, posteriormente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disputavam o cargo de faculdade mais combativa do Rio de Janeiro. De acordo com Marieta Ferreira (2014), muitos alunos e professores da FNFi participaram

²⁸ Carta do Centro Acadêmico Roquete Pinto (CARP) para o reitor Pe. Laércio Dias de Moura. 7 de abril de 1964. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

ativamente dos momentos finais do governo Goulart, acreditando que a revolução socialista estaria por vir. Por conta disso, com o regime militar, os órgãos de segurança teriam passado a ver a FNFi como “um antro de comunistas e de perigosos extremistas” e, portanto, seria um alvo preferencial da repressão (FEREIRA, 2014, p.34). Nos meses seguintes ao golpe, vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram abertos para apurar a infiltração comunista na FNFi, com professores acusados e presos e alunos expulsos. Ferreira (2014, p.35) expressa que “nesse contexto, o funcionamento da FNFi ficou em grande parte paralisado, e as atividades docentes ficaram fortemente comprometidas. Somente a partir de 1965 o ritmo da FNFi começaria a se regularizar, mas em novas bases, agora sob um regime ditatorial”.

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os alunos também foram logo visados, especialmente os estudantes da Escola de Agronomia, que haviam entrado em greve em 1º de abril. No dia 5 do mesmo mês, alguns jornais da grande imprensa divulgaram que os estudantes da Rural estariam, instigados pelo reitor, preparando uma reação armada e teria sido, inclusive, apreendido grande quantidade de material subversivo e algumas metralhadoras na universidade. O reitor, entretanto, desmentiu as notícias e divulgou que, no dia 6 de abril, o campus fora minuciosamente revistado pelos oficiais do Exército que passaram a exigir que as reuniões do Conselho Universitário fossem gravadas (OTRANTO apud LINO DE PAULA, 2004). A Universidade Rural também vivenciou o afastamento de seu reitor por parte dos militares – processo que também ocorreu em outras instituições de ensino –, o que é visto por Motta (2014) como uma forma encontrada pelos militares de facilitar o processo de expurgo de professores e alunos.

Vale ressaltar, porém, que, mesmo as universidades públicas sendo um maior alvo da repressão nesse primeiro momento, as atividades políticas dos estudantes não pararam. Assim como exposto por Siqueira, “se as lideranças, em um primeiro momento foram perseguidas e tiveram que se afastar, o mesmo não aconteceu com a base do movimento estudantil, que nesse instante foi poupada, propiciando a formação de uma nova geração e o surgimento de outros líderes”. Em depoimento para o *Projeto Memórias do Movimento Estudantil*, o historiador Daniel Aarão Reis (apud ARAÚJO, 2007, p.155) conta que “realmente, o processo repressivo em geral não foi muito duro para a classe média, inclusive

porque a classe média tinha sido um esteio do golpe. O movimento estudantil, em particular, embora atingido, teve condições de rearticulação relativamente favoráveis”.

Ainda, é importante destacar que não foi apenas na PUC-Rio que foi identificadas evidências de apoio ao golpe por parte de alguma comunidade universitária. Motta (2014), que desenvolveu uma densa pesquisa sobre as universidades no regime militar, cita alguns casos, como, por exemplo, o da Faculdade de Medicina da USP e das faculdades de Medicina, Arquitetura e Engenharia da UMG. Para o autor, entre esses apoiadores “havia muitos que não desejavam a ditadura, apenas o afastamento de um governo considerado esquerdista demais” (MOTTA, 2014, p.35). A comunidade universitária puquiense, nesse momento, parece se encaixar exatamente nessa categoria. Nesse sentido, o argumento defendido aqui não é de que a PUC-Rio teria sido a única instituição com a presença da direita, mas, em comparação com as outras instituições cariocas, era a que de fato apresentava um maior peso de setores conservadores na maioria de suas faculdades – tanto que o DCE da PUC-Rio, órgão central dos estudantes, emitiu nota apoiando o golpe. Nas outras universidades, essa presença ao que tudo indica ficava restrita a apenas alguns cursos específicos.

Assim como expõe Motta (2014, p.35), “parte desse segmento ‘moderado’ logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição”. O marco definitivo de ruptura do apoio da classe média para com o governo militar é apontado por muitos historiadores como o emblemático ano de 1968, conhecido como “o ano que não acabou” (NAPOLITANO, 2019, p.91). Isso porque, com a instauração do Ato Institucional nº 5, o AI-5, “os estudantes, artistas e intelectuais passaram a conhecer a perseguição” (NAPOLITANO, 2019, p.92). Antes disso, o regime militar ainda tentou conservar a classe média como sócia e as punições eram pontuais e seletivas (NAPOLITANO, 2019). De acordo com Marcelo Siqueira, as repressões violentas feitas pelo regime ao movimento estudantil – como, por exemplo o caso da chamada “Sexta-feira Sangrenta”²⁹ – foi crucial para diminuir a aceitação do

²⁹ Passeata em protesto contra a repressão ocorrida no dia 21 de junho, no centro do Rio de Janeiro. Os estudantes reagiram “às investidas da polícia, enfrentando a cavalaria com rolas e bolas de gude, que fazem os cavalos tombar. A população apoiou os jovens e também atacou a polícia com pedras. Do alto dos prédios, objetos foram atirados sobre os soldados. A polícia reagiu com tiros. Bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas de helicópteros. Durante o fim da manhã e toda a tarde, o conflito se espalhou por uma extensa área do centro. A batalha durou até o início da

governo: “a classe média carioca viu seus filhos presos, espancados e humilhados, o que causou uma reação imediata e imprevista: a perda do apoio e da confiança no regime militar” (SIQUEIRA, 2014, p. 397). Maria Valle (1997) destaca a morte do estudante Edson Luís, em 1968, como o primeiro incidente a sensibilizar a opinião pública para a luta do movimento estudantil. O enterro do estudante é apontado pela autora como a maior mobilização popular após o golpe de 1964, que contou com a presença de representantes de diversas classes: “Aquele povo todo, operários, artistas, estudantes, funcionários públicos, mães [...] estava ali motivado pelo crime da ditadura” (VALLE, 1997, p.40). Para Valle, o movimento estudantil recebeu solidariedade por conta da indignação frente ao assassinato:

A violência que mata um estudante - não sendo nem ao menos uma liderança subversiva que possa estar comprometendo a “tranquilidade nacional” – transforma-se em um forte motivo para a adesão inclusive de setores das classes dominantes – “que podem ter seus filhos mortos” - ao repúdio à ação da PM (VALLE, 1997, p.40).

Márcio Moreira Alves – deputado pelo MDB em 1968 conhecido pelo discurso no Congresso Nacional em que convocava boicote às comemorações do Dia da Independência –, seu livro *68 Mudou o Mundo - A explosão dos sonhos e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas*, também apontou o enterro de Edson Luís como evento importante para que a classe média rompesse com os militares:

O enterro de Edson Luís levou uma multidão a marchar pela avenida Beira-Mar, acompanhada pelo papel picado da solidariedade dos moradores de apartamentos de luxo da praia do Flamengo [...] Uma das faixas levadas ao enterro sintetiza a razão da provisória aliança entre os jovens e a alta burguesia carioca: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?” Para as classes dominantes brasileiras, polícia, espancamento e prisões sempre foram problemas dos outros. O regime militar rompeu essa tradição (ALVES, 1993, p.121-2).

Décio Saes, no livro *Classe Média e Sistema Político no Brasil* (1985), é também um dos autores a ressaltar a violência contra os estudantes como um dos

noite e persiste uma controvérsia com relação ao número de mortos. O verbete do Centro de Documentação de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, fala em ‘um saldo de 28 mortos, segundo informações dos hospitais – ou três, segundo a versão oficial’. Restaram ainda centenas de feridos, mais de mil presos e 15 viaturas incendiadas”. Para mais informações, acesse: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/sexta-feira-sangrenta-28-mortos-nas-ruas>>, acessado em 20 de julho de 2022.

fatores que levou a classe média à oposição: “Ao reconhecer no movimento estudantil seus filhos, as camadas médias tradicionais reconheciam na realidade a filiação social comum, e preparavam-se para exercer, num terreno comum, suas aspirações antiditatoriais” (SAES, 1985, p. 2016). A repressão contra os estudantes provocou declarações descontentes até mesmo de figuras políticas que haviam apoiado o golpe de 1964. O presidente do Superior Tribunal Militar, general Mourão Filho, declarou: “É incrível que a polícia atire contra estudantes, em uma democracia. Estou indignado, fora de mim, com tais acontecimentos (...) quando se permite que policiais atirem contra estudantes, não podemos ficar tranquilos em casa” (apud BUONICORE, 2008, p. 45).

Em consonância com o posicionamento da classe média, os estudantes da PUC-Rio foram aos poucos deixando de apoiar o regime militar e tornando-se oposição, mesmo antes de 1968. Em 1965, a mesma chapa do DCE que tinha comemorado o golpe, emitiu nota de repulsa ao que chamou de “governo ditatorial”. De acordo com Augusto Sampaio – aluno da PUC-Rio entre os anos 1963 e 1966 e atualmente Vice-Reitor para Assuntos Comunitários –, seria equivocado afirmar que os setores mais conservadores entre os estudantes puquianos passaram para a esquerda revolucionária, mas ele acredita que houve um caminhar para a oposição ao regime ditatorial, sem que fosse aderida a proposta de contrarrevolução socialista (SAMPAIO apud COUTINHO, 2004).

Em 1968, os atritos existentes entre os diretórios acadêmicos da PUC-Rio e o grupo formado por estudantes da Universidade intitulado Movimento de Autenticidade Acadêmica (MAAC) exemplificam a fala de Augusto Sampaio. No dia 4 de outubro de 1968, o *Jornal do Brasil*, publicou matéria intitulada *Alunos da PUC condenam desordem*³⁰, contendo nota oficial do MACC:

Tendo em vista o regime de anarquia que uma minoria não representativa tenta implantar na PUC, nós, alunos desta Universidade, convencidos de que tais atividades estão prejudicando sensivelmente a maioria do corpo discente, resolvemos vir de público dirigir-nos à comunidade universitária, a fim de apresentar o nosso repúdio e a nossa indignação pelos atos de violência e desrespeito ultimamente cometidos.

[...]

³⁰ ALUNOS da PUC condenam desordem. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.7, 4 de outubro de 1968. Segundo Clichê.

Não concordamos com a estrutura social vigente. Não concordamos com as diferenças de classe que se estabeleceram no país.

Estamos convencidos de que a educação deve ser a meta primeira de uma nação que deseja romper a barreira do subdesenvolvimento.

Queremos um regime mais democrático e que propicie ao país ingressar na era da tecnologia e do progresso social.

Mas não queremos, em hipótese alguma, utilizar a PUC como bandeira de luta política. Nossa influência só será possível atuando diretamente na sociedade brasileira através do exercício honesto, capacitado e consciente de nossas profissões.

Nossa participação atual - tentativa imediata de impor nossas ideias - terá que ser exercida ordeira e legalmente, utilizando os meios de que dispomos, temos que vencer pelo bom senso, pela maturidade e pela honestidade de nossas atitudes.

Não nos iludamos! Não será com manifestações calçadas em desordem e caos, desrespeitando a hierarquia universitária que conseguiremos reformar a nação.

A PUC é o caminho que temos, pela aquisição de uma profissão, para conseguir atingir nossos ideais. E isto porque nela o estudo é sério. Não permitiremos que a destruam.

Lutaremos contra todo aquele que ousar matar uma universidade que se rege por diretrizes cristãs e que está propiciando a tantos a oportunidade de trabalhar (MAAC apud JORNAL DO BRASIL, 4 out. 1968, p.7).

Em matéria publicada no mesmo jornal no dia 8 de outubro³¹, o MAAC voltou a reafirmar sua posição democrática e condenou a manobra do Diretório de Engenharia que tentou identificá-lo como uma entidade de direita e o acusou de ter elementos da Comissão de Caça aos Comunistas (CCC). O MAAC, então, enfatizou a “definitiva condenação a qualquer movimento de natureza extremista” (apud JORNAL DO BRASIL, 8 out. 1968, p.7). Alguns dias depois, em 23 de outubro, o *JB* narrou o episódio no qual alguns estudantes puquianos³², reclamando da invasão da Universidade por agentes do DOPS e do SNI – teriam sido identificados 38 agentes matriculados só na Escola Politécnica –, picharam as paredes da Universidade com a frase “a UNE somos nós”. O Vice-Reitor Mendonça, que, segundo a mesma matéria, teria entrado em conflito direto com os estudantes, teria declarado aos alunos que “afirmar é fácil, mas para agir eu preciso de provas. Vocês sempre se fazem de vítimas, embora iniciem violência, como esse pichamento. É natural que surjam grupos radicais que se oponham a

³¹ MOVIMENTO de Autenticidade se define. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.7, 8 de outubro 1968. Primeiro Caderno.

³² VICE-REITOR da PUC critica pichadores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.12. 23 de outubro de 1968. Primeiro Caderno.

isso”. Por conta do incidente, o MAAC divulgou nota de repúdio às manifestações estudantis:

As proposições de vandalismo e provocação contidas na nota distribuída hoje, dia 22, pelo Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, confirma de maneira decisiva a denúncia que vem sendo feita pelo Movimento de Autenticidade Acadêmica: a intenção clara de uma minoria atuante é transformar a PUC numa praça de luta (MAAC apud JORNAL DO BRASIL, 23 out. 1968, p.12)³³.

Nesse sentido, podemos notar que, assim como afirmou Augusto Sampaio, mesmo a direita conservadora tendo perdido espaço no movimento estudantil puquiano, não foi a totalidade do corpo discente que se encaminhou para uma esquerda revolucionária. O MAAC, apesar de se colocar contra a desigualdade social e a favor de um governo mais democrático, não parece encarar o governo militar como inteiramente antidemocrático e desaprova as manifestações estudantis por considerá-las agentes de caos. Os diretórios acadêmicos, por sua vez, acusavam o grupo de pertencer à direita.

A hipótese defendida é que, mesmo havendo divergência entre os projetos de sociedade e de universidade concebidos pelos estudantes, os militantes puquianos puderam utilizar do histórico da PUC-Rio como uma universidade católica da elite conservadora para realizar atividades que em outras instituições de ensino superior seriam mais difíceis de serem praticadas. Atividades essas que perpassam pelo campo das microrresistências – exibição de filmes proibidos, produção de jornais, atividades culturais – e que, em 1977, ganharam mais força. É importante ressaltar que exemplos de microrresistências podem ser visualizados em outras universidades pelo país, mas, assim como exposto por Angélica Muller (2016), elas variavam conforme a realidade local. No âmbito da PUC-Rio, havia alguns facilitadores, como, por exemplo, o fato de a Universidade ter sido a única instituição de ensino superior do Rio de Janeiro a não fechar os diretórios acadêmicos e central. Isso permitiu que o ME puquiano tivesse uma mínima organização, com sedes na Vila dos Diretórios, nas quais podiam ter a sua disposição aparelhagens como os mimeógrafos. Conforme publicado em um dos jornais produzidos pelos estudantes, o *Informe DAAF*³⁴, como a maioria das entidades estudantis não tinha à sua disposição tal aparelhagem, era na sede do

³³ Idem.

³⁴ Informe DAAF. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Diretório Adhemar Fonseca (DAAF) que eram feitos os principais textos do movimento estudantil de todo o Rio de Janeiro. No ano de 1977, inclusive, essas máquinas foram furtadas em uma situação suspeita e os alunos atribuíram a motivação do furto como uma tentativa de deter o crescimento do movimento estudantil carioca.

Mesmo enxergando a continuidade da luta estudantil durante os anos de chumbo, é preciso reconhecer a importância do ano de 1977. De acordo com Maria Paula Araújo (2007), 1977 marcou, definitivamente, a retomada das lutas estudantis: “o movimento voltou a realizar manifestações, saiu às ruas e deu os passos necessários para a reconstrução da UNE” (p.218). No Rio de Janeiro, segundo Araújo, o movimento se concentrou na PUC-Rio.

1977 já começou movimentado na PUC-Rio: em março, os alunos entraram em greve por conta do aumento considerado abusivo das mensalidades. De acordo com o publicado no *Jornal do Brasil*³⁵, cerca de 8 mil estudantes aderiram à reivindicação, parando de frequentar as aulas e suspendendo o pagamento das mensalidades até que elas fossem rebaixadas aos níveis do ano anterior. Segundo a cobertura jornalística, a paralisação teria ocorrido sem a presença de policiais dentro ou fora do campus e sem medidas repressivas por parte da Universidade, que se limitou apenas a retirar os cartazes fixados nos pilotis. No entanto, foi notada uma grande preocupação dos estudantes com os fotógrafos presentes, solicitando que eles não tirassem foto de frente de nenhum dos alunos que participavam da greve. No dia 05 de abril, o *JB*³⁶ publicou que os estudantes puquianos decidiram pelo fim da greve, apesar de continuar o boicote a mensalidade, que foi suspenso apenas no dia 29 do mesmo mês. Sobre o acontecimento, o jornal definiu que “encerrou-se em acordo a primeira greve universitária desde muitos anos”.³⁷

Esse episódio parece ter aberto espaço para outras manifestações de caráter mais amplo. Foram vários os encontros de estudantes de todo o Rio de Janeiro que aconteceram no campus puquiano ao longo do ano. Os jornais da grande imprensa carioca fizeram uma vasta cobertura dessas reuniões. Para esta

³⁵ ALUNOS fazem greve na PUC contra aumento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.1. 30 de março de 1977.

³⁶ ALUNOS da PUC encerram greve no sexto dia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.1. 5 de abril de 1977.

³⁷ ALUNOS da PUC decidem em plebiscito pela suspensão do boicote às anuidades. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.13. 29 de abril de 1977. Primeiro Caderno.

parte do trabalho, focaremos sobretudo nas matérias publicadas no *JB* e *O Globo*, dois dos maiores veículos da época.

A primeira menção a um encontro de estudantes cariocas realizado na PUC-Rio naquele ano foi no *Jornal do Brasil* no dia 15 de abril³⁸, com matéria sobre cerca de 300 estudantes de 34 faculdades e de um colégio, que, ignorando o pedido do vice-reitor para que se retirassem da Universidade, teriam se reunido para reivindicar mais verbas para a educação. Cerca de vinte dias depois, 700 estudantes, representantes de 77 escolas, voltavam a se encontrar na PUC-Rio na Assembleia dos Universitários do Grande Rio que, em um primeiro momento seria realizada no Bandejão, mas foi transferida para os pilotis. Agora, além de mais verbas, exigiam a liberdade para os estudantes e operários presos em São Paulo. O evento teria sido proibido pelo reitor Pe. Mac Dowell – o que foi definido pelo DCE em nota como “uma posição claramente repressiva, ameaçando e atentando contra nossas entidades representativas, visando impedir nossa livre organização e manifestação”³⁹ –, mas, de acordo com matéria publicada no *JB* no dia seguinte⁴⁰, ele nada teria feito para impedir que a reunião acontecesse. Pelas assinaturas nas cartas aprovadas na assembleia em questão, podemos notar a grande presença estudantil carioca, entre os quais estavam: toda as escolas da PUC; os cursos de Medicina, Comunicação, Letras, Belas Artes, Biologia, Física, Engenharia, Psicologia, Química, Arquitetura, Matemática, Farmácia, Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ; Direito, Medicina, Engenharia, Biologia, Ciências Contábeis, Psicologia, História, Serviço Social, Filosofia, Letras e Educação Física da UERJ; Engenharia, Economia, Medicina, Arquitetura, Geografia, Comunicação, Letras e Ciências Sociais da UFF; Arquitetura, Psicologia e Engenharia da Santa Ursula; Medicina e Teatro da FEFIERJ – atual Unirio; Economia e Direito da Cândido Mendes; Medicina da Souza Marques; Arquitetura da Silva e Souza; Comunicação da Estácio de Sá; Agronomia, Geologia e Biologia da UFRRJ; além de estudantes de Petrópolis, Barra do Piraí e de Vassouras.

³⁸ ASSEMBLEIA de estudantes da PUC apoia manifesto nacional por mais verbas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.21 15 de abril de 1977. Cidade.

³⁹ REITOR proíbe assembleia de universitários do Grande Rio no restaurante da PUC. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 4 de maio de 1977. 1º Caderno.

⁴⁰ ESTUDANTES do Grande Rio protestam contra prisões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.18, 5 de maio de 1977. 1º Caderno.

No dia 10 de maio, episódio parecido se repetiu: apesar de circular do Ministro da Justiça e de nota da Secretaria de Segurança do Estado avisando que não permitiria passeatas, concentrações contestatórias ou outras manifestações capazes de provocar agitações, os estudantes da PUC, UFRJ, UERJ, FEFIERJ e UFF decidiram manter o ato público pela libertação dos estudantes e operários de São Paulo marcado na PUC-Rio. A Reitoria da Universidade decidiu suspender as aulas, o que foi visto pelos estudantes como uma forma de desmobilizar a realização do ato e que “expressa a sua conivência [da reitoria] com aqueles que hoje pretendem manter encarcerados os oito estudantes e operários”⁴¹. Segundo matérias publicadas no dia seguinte no *JB*⁴² e no *O Globo*⁴³, foram cerca de 7 mil pessoas presentes no campus da PUC, em sua maioria estudantes representantes de todas as escolas superiores do Rio e comissões de outros estados, além de alunos do segundo grau, comissão de vereadores e deputados do MDB e parentes de presos políticos. O número apresentado pelo governo foi entre 1500 a 18000 estudantes presentes. Na foto abaixo, publicada pelo *O Globo*, podemos ver os pilotis lotado com estudantes segurando cartazes com as palavras de ordem do momento, sendo um deles assinado pelos alunos da UFF:

⁴¹ ESTUDANTES mantêm o ato público na PUC. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 10 de maio de 1977. 1º Caderno.

⁴² REUNIÃO universitária leva 7 mil à PUC. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.13, 11 de maio de 1977. Primeiro Caderno.

⁴³ MANIFESTAÇÃO dos estudantes limitada ao campus da PUC. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.10, 11 de maio de 1977. Grande Rio.



Figura 3: Ato Público de estudantes cariocas nos pilotis da PUC-Rio, maio 1977. Acervo: O Globo.

Nesse dia, conforme relatou a cobertura jornalística, os militares montaram um enorme esquema de segurança, com cerca de 4.500 soldados aquartelados esperando ordens para entrar em ação, três choques da polícia, transportando 90 soldados armados com escudos e capacetes, aguardando no Parque da Cidade e um helicóptero da Secretaria de Segurança sobrevoando a Universidade por todo o tempo – perto do fim, um camburão da PM e uma rádio patrulha estacionaram junto a porta dos fundos da PUC-Rio. Nesse momento, o helicóptero teria descido até um nível mais baixo e informado por um megafone que dentro de 10 minutos deveria se encerrar a formação da área. Os estudantes interpretaram isso como um aviso para o encerramento do encontro para que não houvesse ação repressiva e organizaram a saída em pequenos grupos para evitar que a polícia interpretasse como uma passeata de provocação. O helicóptero sobrevoou o campus até que ele estivesse vazio, conforme pode-se ver na foto abaixo publicada no *JB*:



Figura 4: Helicóptero da Polícia Civil em voo rasante sobre a Vila dos Diretórios, maio de 1977. Acervo CPDocJB. Fotografia Equipe JB.

Segundo o *JB*⁴⁴, a assembleia teria ocorrido sem a intervenção da polícia e nenhum incidente grave. O reitor Pe. Mac Dowell, que teria recebido a imprensa amigavelmente, informou que havia se comunicado com o Ministério em Brasília para avisar que tudo corria bem e que o número de presentes era de 1.700 estudantes, conforme ele mesmo havia contado. A declaração do reitor para o jornal *O Globo*⁴⁵ foi que “a decisão de manter os portões abertos foi minha. A maioria dos que estão aqui não são alunos da PUC, mas preferimos a universidade aberta para não haver problema maior”.

Ao comentar sobre o episódio, o governador do Rio de Janeiro Floriano Peixoto Faria Lima (1975-1979), por sua vez, disse acreditar que a mocidade estava sendo usada. O político declarou ao *JB*⁴⁶: “a maioria dos estudantes da PUC não tem nada de agitadores porque minha filha estudou lá e eu tenho muitos

⁴⁴ REUNIÃO universitária leva 7 mil à PUC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.13, 11 de maio de 1977. Primeiro Caderno.

⁴⁵ MANIFESTAÇÃO dos estudantes limitada ao campus da PUC. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.10, 11 de maio de 1977. Grande Rio.

⁴⁶ REUNIÃO universitária leva 7 mil à PUC. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.13, 11 de maio de 1977. Primeiro Caderno.

amigos que foram da PUC – e, portanto, essa maioria não tomará parte nesta agitação”. Além disso, afirmou saber quem seriam os agitadores desse movimento que considerou obra da subversão. Para Faria Lima, utilizar a mocidade, que ele descreveu como boa e na qual depositava fé, não deveria ser permitido, nem pelo governo, nem pelo povo e que bastaria ler o manifesto dito dos estudantes para ver que nada teria de assunto estudantil. A fala do governador é um indício desse entendimento da PUC como um lugar de elite que vem sendo discutido ao longo do capítulo: os estudantes puquianos não poderiam ser agitadores, afinal a filha e amigos do governador estudavam lá.

Com o sucesso dos encontros na PUC-Rio, no dia 18 de maio, os estudantes cariocas planejaram o primeiro ato público nas ruas, que seria na Avenida Chile, no centro da cidade. Entretanto, a Secretaria de Segurança emitiu uma nota oficial na qual proibia passeatas e concentrações em logradouros públicos com objetivos políticos de protesto e informava que seriam empregados todos os meios disponíveis para manter a ordem pública. Com receio, os estudantes cariocas optaram pela transferência do evento para a PUC-Rio, pois, consideravam que a Avenida Chile não oferecia “as condições de segurança necessárias à concentração pública”⁴⁷ – o que mostra que eles enxergavam na Universidade certa proteção que não teriam na rua. Mais uma vez, então, milhares de estudantes – cerca de 5 mil, segundo o *JB*,⁴⁸ – se reuniram na PUC-Rio, onde decidiram que seria realizada uma Semana pela Anistia na Universidade. A foto a seguir mostra o exato momento em que os milhares de estudantes reunidos nos pilotis votaram pela realização da Semana pela Anistia ao invés de uma passeata:

⁴⁷ CONCENTRAÇÃO será no campus da PUC. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.6, 18 de maio. 1977. O país.

⁴⁸ MINISTRO apela e estudantes resolvem ficar no campus. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.1, 18 de maio de 1977.



Figura 5: Estudantes votam durante ato público nos pilotis da PUC-Rio, maio de 1977. Fotografia Equipe JB.

Nesse dia, conforme exposto no *JB*, aproximadamente 600 policiais teriam se instalado aos arredores da Universidade, mas não teria havido necessidade de uma intervenção. Segundo o jornal, a preocupação dos agentes do Departamento de Polícia Política e Social seria a segurança da filha do Secretário de Segurança Pública, que estaria presente no ato. Novamente, a Universidade parece ter recebido uma proteção especial por conta de quem eram as pessoas que formavam a comunidade universitária puquiiana.

Em 1978 ocorreu situação parecida: de acordo com o exposto em panfleto assinado pelo DCE da PUC-Rio⁴⁹, 20 diretórios centrais de todo o Brasil teriam se reunido e escolhido a data de 28 de março para prestar homenagem aos estudantes Edson Luís – morto havia 10 anos na mesma data –, Alexandre Vannucchi Leme e as demais vítimas da repressão, além de reivindicar pela Assembleia Nacional Constituinte, pela anistia geral e irrestrita e pelas liberdades democráticas. Os estudantes do Rio de Janeiro planejaram a realização de um culto ecumênico, que, como não lhes foi permitido, tiveram, então, que transferir para um ato na PUC-Rio. A explicação dada para justificar a escolha da Universidade é a de que seria o “único local onde havia a possibilidade de ser realizado o encontro” – mais uma

⁴⁹ Panfleto “Pela anistia geral e irrestrita, pelas liberdades democráticas”, assinado pelo DCE da PUC-Rio. 27 de março de 1978. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

vez, é possível notar nas entrelinhas que a PUC-Rio teria alguma característica especial, que os outros espaços não tinham, e por isso os eventos proibidos podiam ser realizados lá.

No livro *Memória Estudantis - da Fundação da UNE aos Nossos Dias*, Maria Paula Araújo dá destaque para a PUC-Rio como o local de concentração do movimento estudantil carioca em 1977 e aponta que o “famoso” “Ato Público dos 5.000”, que aconteceu na Universidade, teria sido a primeira vez, depois do AI-5, que tantos estudantes se reuniam para ato público. Entretanto, como não é fornecida a data e nem outros detalhes do episódio, não é possível saber de fato de qual dos eventos a autora está se referindo.

Além dos casos mencionados, é possível encontrar várias outras menções sobre encontros estudantis ocorridos na PUC-Rio em 1977, principalmente nos meses de maio, junho e julho. É interessante observar que, mesmo tendo proibido a realização de vários eventos, a Administração Central da Universidade, na maior parte das vezes, não tomou medidas para de fato inviabilizar a realização deles. As aulas foram suspensas algumas vezes e alguns estudantes foram ameaçados com sanções que iam desde suspensão à expulsão. Mas as portas da Universidade quase sempre se mantiveram abertas – mais de uma vez, quando questionado por jornalistas sobre a possibilidade do fechamento das portas, o reitor declarou que era “um caso a se pensar”. Entre os episódios encontrados, apenas uma vez a Administração Central da Universidade decidiu de fato fechar a PUC-Rio, no dia 27 de julho, para tentar impedir que acontecesse no campus um debate sobre a anistia. Entretanto, o Vice-Reitor Comunitário Pe. José Mendes, que estava assumindo a Administração enquanto o reitor estava fora da cidade, declarou ao *JB*⁵⁰ no dia seguinte do acontecido que, apesar de a Reitoria ter fechado a Universidade, teria ele mesmo ligado para o Secretário de Segurança e solicitado que as tropas que cercavam o campus fossem afastadas. Os estudantes, por sua vez, repudiaram a decisão do Vice-Reitor e acusaram a direção de “compactuar com a repressão, não se dando o trabalho de garantir seus próprios alunos dentro do campus”⁵¹ – por essa declaração podemos notar que os alunos puquianos esperavam algumas garantias da Reitoria, que, quando não eram atendidas, eram reclamadas.

⁵⁰ PUC garante que não chamou PM. *Jornal do Brasil*, p. 16, 28 de julho de 1977. Nacional.

⁵¹ VICE-REITOR: PUC foi fechada por ser reunião política. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.10, 28 de julho de 1977. Grande Rio.

A fala e a atitude do Vice-Reitor são um exemplo dos atos controversos tomados pela Administração Central da Universidade ao longo dos anos ditatoriais. No dia 13 de maio de 1977, o reitor declarou ao *Jornal do Brasil*⁵² que “a universidade pretende manter um clima de respeito e diálogo e não coibir as manifestações de estudantes sobre seus problemas. Entretanto, esta participação deve obedecer a certas normas necessárias a qualquer tipo de convivência humana”. Dois meses depois, em 27 de julho, contrariando a declaração anterior do reitor, a PUC-Rio fechou as portas para impedir a realização de debate estudantil. Na visão dos estudantes, porém, segundo declararam membros do DCE para o *JB* em 15 de maio de 1977⁵³, esse comportamento paradoxal nem sempre era nocivo, já que “as contradições da universidade foram o motor deste novo período de ascenso”.

2.2 Sob a Cruz e a Espada⁵⁴

Assim como exposto por Paulo Gomes (2014), para situar a Igreja nos primeiros anos da ditadura, é pertinente explorar alguns pontos da história da instituição, levando-se em conta que, desde o início, a atuação política da Igreja Católica no Brasil se deu de maneira heterogênea, principalmente em situações de autoritarismo e repressão (GOMES, 2014, p.16).

No que diz respeito às transformações da instituição por conta do fortalecimento do pensamento social católico, diversos autores concordam que esse processo ocorreu a partir da década de 1950. Scott Mainwaring (2004) é um dos pesquisadores que explora as mudanças significativas na Igreja Católica Romana na década de 1955-1965, tanto em nível internacional como no Brasil. Em âmbito internacional, o autor destaca o fato de que, com a morte do conservador Papa Pio XIII em 1958, o Vaticano foi assumido por João XXIII, que promoveu reformas importantes – entre as quais vale destacar a publicação das

⁵² REITOR da PUC quer diálogo com respeito e obediência às normas em manifestações. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.14, 13 de maio de 1977. Primeiro Caderno.

⁵³ REPRESENTAÇÃO estudantil tem sua atuação sobre controle. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 30, 15 maio de 1977. Primeiro Caderno.

⁵⁴ O nome do subcapítulo faz referência a monografia de Ana Maria Bonjour de Paula Coutinho, defendida no Departamento de História da PUC-Rio em 2004, com o título *Sob a cruz e a espada: A relação do Movimento Estudantil da PUC-Rio com a Reitoria durante o Regime Militar*. O debate e as colocações trazidas por Coutinho suscitaram questões essenciais para a elaboração deste trabalho.

encíclicas *Mater Et Magistra* (1961) e *Pacem In Terris* (1963), que modificaram o pensamento católico oficial e “desenvolveram uma nova concepção da igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na terra e em promover a justiça social” (MAINWARING, 2004, p.62). Além disso, o Papa João XXIII reuniu, em 1962, bispos do mundo inteiro em Roma para discutir uma visão mais aberta da Igreja. O encontro, chamado de Concílio do Vaticano II, que enfatizou a missão social da Igreja, marcou um dos mais importantes na história do catolicismo romano:

em linhas gerais, nele se discutiu a importância de o clero não manter suas funções alheias à realidade sócio político-econômica, valorizou-se o diálogo ecumênico, atribuíram-se maiores responsabilidades aos leigos e, assim, destacou-se a necessidade de a Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade (GOMES, 2014, p.32).

Já em nível nacional, Mainwaring (2004, p.63-64) aponta que as mudanças na sociedade brasileira e na política também ajudaram a estimular a reforma da Igreja, visto que, de acordo com o autor, “o caráter cada vez mais democrático e participante da sociedade e da política encorajou a Igreja a se tornar mais democrática também”. Para Luiz Souza Lima (1979), esse lento mais decisivo movimento de deslocamento de alguns setores da Igreja de aproximação com as classes dominadas, ocorreu principalmente a partir da ação de duas componentes, entre si intimamente relacionadas: de um grupo progressista do episcopado e da Ação Católica Brasileira (ACB), “principalmente os setores da JUC, JEC (muito menos intensamente, JAC e JIC, a JOC viveu o fenômeno – o deslocamento - com atraso) (LIMA, 1979, p.30). Segundo Paulo Gomes (2014, p.28), muito influenciados pela maior proximidade com trabalhadores e estudantes, alguns setores da Igreja passaram a questionar o próprio conservadorismo político e preocupar-se mais com a justiça social.

Para Rodrigo Motta (2002), a guinada da Igreja em favor dos necessitados teve influência do anticomunismo presente na instituição. Nesse sentido, sem exagerar o peso que o imaginário anticomunista teve sobre as ações da Igreja, os bispos teriam visto nas reformas uma forma de “satisfazer às aspirações das massas e, por conseguinte, evitar a propagação do ‘perigo vermelho’” (GOMES, 2014, p. 33) – o que não significava que a Igreja propunha a inserção do país no capitalismo internacional, mas sim uma “alternativa que afastasse a sociedade das

experiências radicais vividas pelo socialismo e pelo capitalismo liberal” (SOUZA apud GOMES, 2014, p.33). Porém, assim como ressaltado por Gomes (2014), esse ideal de mudança não foi absorvido da mesma maneira por todos os seus membros. Mainwaring (2004, p.64) salienta que é igualmente importante avaliar a resistência à mudança:

Por volta de 1964 a Igreja Brasileira havia se modificado de maneira significativa, mas a Igreja sofria graves conflitos internos. Num extremo estava a esquerda católica comprometida com uma transformação social radical. No outro, estavam os tradicionalistas, de cujas fileiras surgiu a direita católica [...] que ajudou a provocar a queda do presidente Goulart em 1964 e a gerar pressões contra a esquerda católica e os bispos progressistas.

Havia, então, grupos dentro da Igreja que, preocupados com a “ameaça comunista”, optaram pelo alinhamento com as forças anti-esquerdistas que faziam oposição a João Goulart. Formou-se, então, um grupo composto muito além de apenas a extrema direita católica, com a presença de um grande número de pessoas comprometidas com princípios como a Doutrina Social – entre os quais, podemos localizar a CNBB que, agindo de forma semelhante aos setores moderados da sociedade, inicialmente apoiou o regime militar e, posteriormente, encaminhou-se para a oposição (MAINWARING, 2004, p.103). A atuação dos bispos católicos, porém, também não se deu de forma homogênea. Segundo Gomes (2014, p.13),

Entre o apoio de alguns e a oposição de outros, havia muitas matizes. Diversas eram as questões que particularizavam o posicionamento dos bispos em face dos militares. Não há como entender as relações entre as duas instituições como uma simples contraposição entre o Estado que reprime e a Igreja que resiste. Então, apesar dos conflitos envolvendo Igreja e Estado, a ruptura total entre eles nunca ocorreu. Houve várias ocasiões de diálogos e, portanto, de tentativas de manutenção dos vínculos que haviam construído ao longo da história.

Em 1964, mais especificamente no dia 3 de junho de 1964, a CNBB emitiu um manifesto no qual, ainda que de forma contraditória, os bispos manifestaram apoio ao novo governo (MAINWARING, 2004). Porém, com o passar do tempo e o crescente aumento da utilização da violência por parte das Forças Armadas para reprimir os opositores – o que ia de encontro ao discurso

católico, baseado no Concílio do Vaticano II (1961), de justiça social –, o relacionamento entre a Igreja Católica e o regime militar foi se tornando mais conflituoso. Dessa forma, segundo o exposto por Mainwaring (2004, p.125), “devido à repressão contra outras instituições e a sua transformação, a Igreja tornou-se a mais importante força de oposição durante grande parte dos anos 1970”. A relação entre as duas entidades, entretanto, não foi rompida definitivamente.

Um dos exemplos dessa continuidade de interação entre as duas instituições foi a chamada Comissão Bipartite, analisada por Kenneth Serbin, no livro *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* (2001). A Comissão eram encontros secretos, que aconteceram entre os anos 1970 e 1974, entre membros da alta hierarquia católica e militar que visavam discutir e resolver os principais conflitos entre as instituições.

De acordo com Serbin (2001), uma das razões principais para a criação da Bipartite foram os ataques feitos à JOC, entre eles o que aconteceu no final de 1970, no qual agentes do Dops invadiram o Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento)⁵⁵ e maltrataram vários religiosos, entre eles o Padre Pe. Belisário Velloso Rebello e o, à época reitor da PUC-Rio, padre Ormino Viveiros de Castro. Além disso, o secretário-geral da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, foi detido e mantido incomunicável por quatro horas (SERBIN, 2001). Segundo Serbin, o incidente JOC-Ibrades marcou uma reviravolta na posição da Igreja e à medida em que o regime ia endurecendo e os ataques a oposição da Igreja se intensificaram, “a proposta para um diálogo formal e sistemático entre a Igreja e o Estado se tornou mais premente” (SERBIN, 2001, p.204). Antes disso, já havia tido durante três semanas de fevereiro de 1969 encontros informais — conhecidos como Encontros Tripartites – entre um grupo de cinquenta empresários, autoridades militares e clérigos, que, financiados pelos empresários preocupados, esperavam construir um entendimento mútuo e reduzir tensões entre os três setores (SERBIN, 2001). Essas reuniões teriam passado sem deixar nenhum efeito aparente, mas após o ataque do Ibrades, o Coronel Octávio Costa sugeriu que elas fossem retomadas, na tentativa de evitar mais atritos entre a Igreja e o Estado. Do lado dos militares, os encontros foram coordenados pelo

⁵⁵ Dirigido por jesuítas, o Instituto “treinava jocistas e outros militantes populares com a finalidade de implementar o movimento da Igreja por justiça social” e também servia de assessoria intelectual da CNBB (SERBIN, 2001, p. 190).

general Antônio Carlos da Silva Muricy⁵⁶. Já do lado religioso, a delegação era chefiada por Dom Vicente Scherer⁵⁷ (SERBIN, 2001). O presidente Médici, definido por Serbin (2001, p. 206) como “um conciliador político que delegava responsabilidade a outros”, de início, aprovou a Bipartite, mas a comissão encontrou resistência no Planalto. Então, os termos impostos buscaram manter a Bipartite “sob um status tão informal e ambíguo quanto possível, de modo a evitar fazer concessões à Igreja” (SERBIN, 2001, p. 207).

Para Serbin (2001, p. 48), a Bipartite contradizia completamente as tendências políticas e eclesiais do início dos anos 1970, já que durante esse período teria ocorrido a pior crise entre a Igreja e o Estado na história do país, com a primeira fazendo críticas públicas contra o governo militar que alcançaram destaque internacional. Scott Mainwaring (2004, p.18) ressalta como as contradições da Igreja estavam presentes não apenas na Bipartite, mas nos projetos defendidos pela instituição que incluía “objetos tão potencialmente contraditórios como o de encorajar um alto grau de atendimento, combater o comunismo, lutar em prol da justiça social e promover um relacionamento de proximidade com a elite”.

No caso da Bipartite, é válido observar como o grupo da Igreja era formado por bispos influentes em todo o espectro político e não apenas figuras da direita: “alguns tinham laços fortes com os militares, mas outros mantinham posições moderadas e até progressistas, como Dom Aloísio e seu primo Dom Ivo Lorscheiter” (SERBIN, 2001, p. 52). Além desses, também faziam parte algumas outras figuras importantes no campo religioso, como Cândido Mendes, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Eugênio Sales. Porém, vale salientar que, independentemente da visão política, eram discussões que contavam apenas com participantes do sexo masculino, brancos e com uma educação acima de média brasileira. Serbin descreve a Bipartite como uma personificação da conciliação da elite, uma característica tradicional da política nacional: “homens poderosos,

⁵⁶ General Antônio Carlos da Silva Muricy foi um militar do Exército brasileiro que colaborou ativamente na articulação do movimento para depor o presidente João Goulart e ocupou durante o regime militar os cargos de chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército e de chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Para maiores informações, acesse: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-da-silva-murici>, acessado em 24 de julho de 2022.

⁵⁷ Dom Alfredo Vicente Scherer foi um jesuíta que ocupou o cargo de arcebispo de Porto Alegre entre os anos de 1947 e 1981. Para mais informações, acesse: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-vicente-scherer>, acessado em 24 de julho de 2022.

levados pela fé e pelo desejo de exercer poder e influência, juntaram-se para prevenir um conflito aberto, que poderia ter sérias implicações para a sociedade brasileira” (SERBIN, 2001, p. 237).

Nesse sentido, as atitudes controversas da Administração Central da PUC-Rio que são discutidas ao longo do trabalho tornam-se mais claras quando pensamos que a Reitoria estava sob a influência de uma instituição que tinha também comportamentos divergentes, como, por exemplo, criticar os militares em público, mas dialogar em segredo.

A PUC-Rio, por conta da localização geográfica, tinha contato e interferência mais direta da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que durante a maior parte do recorte deste trabalho esteve sob o comando de Dom Eugênio Sales⁵⁸, que exerceu o cargo de Arcebispo do Estado de 1971 a 2001 e, por consequência, também o de Grão-Chanceler da Universidade, e teve uma atuação pastoral construída a partir de uma imagem revestida de controvérsia (ALÓ, ANGELO, 2016). Aló e Ângelo (2016, p.8) definem Dom Eugênio como “homem taciturno, de personalidade forte e, para alguns, autoritário, sempre expressou o seu posicionamento doutrinário e político de forma autêntica: fidelidade ao Papa e negação ao marxismo”. Combatente da Teologia da Libertação, Dom Eugênio era visto por setores da esquerda como conservador e “amigo da ditadura”, e foi considerado por muitos como o “cardeal da ditadura”. Foi acusado de

[...] se omitir em situações de mobilização como a tentativa de Zuzu Angel à procura de seu filho, Stuart, assassinado pelos militares em 1977. Dom Eugênio também foi acusado de esvaziar o movimento da CNBB quando esta pretendia se posicionar incisivamente sobre as torturas, como se fosse um censor da própria Igreja em nome da ditadura. (KOPANYSHYN, 2015, p. 51)

Entretanto, apesar de sua “opção pastoral conservadora e ambígua” (ALÓ, ANGELO, 2016, p.15), teria agido nos bastidores, dando assistência a perseguidos políticos do Cone Sul (KOPANYSHYN, 2015). Segundo Aló e Ângelo (2016, p.14), “quando milhares de expatriados uruguaios, chilenos e argentinos aportaram no Rio de Janeiro buscando refúgio e a preservação de suas vidas, encontraram apoio e esperança no controvertido Cardeal Arcebispo Dom

⁵⁸ Dom Eugênio nasceu no interior do Rio Grande do Norte, onde foi ordenado sacerdote em 1943. Foi nomeado bispo em 1954 e, em 1968, arcebispo de Salvador. Em 1969, foi designado Cardeal pelo Papa Paulo VI. Foi o religioso brasileiro com o maior número de cargos no Vaticano.

Eugênio Sales”. Foi descrito por um ex-presos político brasileiro como “conservador, mas íntegro” e por Aló e Ângelo (2016 p.15) como um “pastor dos bons e dos maus”.

Quando Rodrigo Motta (2014) trata sobre o caso das instituições privadas que contrataram ou mantiveram no cargo pessoas visadas pela repressão, o autor menciona tanto o nome da PUC-Rio como da PUC-SP. Entretanto, no caso da Pontifícia paulista o historiador expõe que a instituição estava sob a orientação do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns⁵⁹, “conhecido por suas atitudes desafiadoras diante ao estado autoritário” e, portanto, entende que “a contratação dos perseguidos tinha motivação política, o que despertava o mau humor dos órgãos de repressão” (MOTTA, 2014, p.304). No que diz respeito à PUC-Rio, o autor nada declara a respeito de qual seria a motivação por trás dessas contratações.

A PUC-Rio estava, então, não apenas sob a influência da Igreja Católica, mas mais diretamente da figura controversa de Dom Eugênio Sales. Dessa forma, o fato de ser vinculada a um Arcebispo, que diferente do caso paulista, era mais próximo ao regime, pode ter influenciado para que a comunidade universitária pudesse desenvolver esse lugar de maior liberdade debatido ao longo do trabalho.

Nos documentos do Acervo da Reitoria da Universidade é possível verificar o relacionamento entre o Cardeal e a Universidade – como, por exemplo, em carta enviada pelo então reitor Padre Mac Dowell para Dom Eugênio⁶⁰, datada de novembro de 1978, na qual o reitor diz que, para cumprir o definido pelo artigo n°. 63 do Estatuto da PUC-Rio, o Arcebispo precisaria aprovar a promoção de um professor para o cargo de professor titular. O professor em questão é definido pelo reitor como “católico convicto e praticante, fiel às orientações da Igreja” e é ressaltado que “nada há de meu conhecimento em desabono de seus costumes”. Podemos traçar aqui uma certa similaridade entre esses apontamentos e a declaração de “nada consta” que os professores das universidades públicas precisavam apresentar⁶¹. A PUC-Rio, apesar de ser uma universidade católica,

⁵⁹ Dom Paulo Evaristo Arns foi ordenado sacerdote em 1945 e entre 1947 e 1952 estudou em Paris, na Universidade de Sorbonne. Formou-se em estudos brasileiros, latinos, gregos e literatura antiga. Foi arcebispo de São Paulo e grão-chanceler da PUC-SP e da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção entre 1970 e 1998. Em sua atuação à frente da Arquidiocese de São Paulo, Arns guiou-se pelo princípio da defesa dos direitos humanos e destacou-se por sua luta política contra as torturas praticadas pela ditadura.

⁶⁰ Carta enviada do reitor Pe. Mac Dowell para o Cardeal Dom Eugênio Salles. 27 de novembro de 1978. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁶¹ Nas universidades públicas, a ideologia dos professores era uma preocupação do governo. Desde 1969, com o Decreto 477, vários docentes estavam sendo demitidos acusados de subversão,

nunca foi restrita apenas à cristãos. Então, não há nenhuma justificativa legal para explicar porque um professor do Departamento de Psicologia precisaria ser “católico convicto” e “fiel às orientações da Igreja” para ser contratado. Na carta ainda é dito que está sendo cumprido o definido pelo estatuto da Universidade. Apesar de o documento não ter sido encontrado, podemos concluir que o parecer de Dom Eugênio em relação a contratação de professores, pelo menos para o cargo de professor titular, parece ter sido a norma.

Foi encontrada também uma carta de 1975 dos alunos da disciplina “Questões Especiais de Moral” para o reitor Pe. Pedro Velloso⁶², solicitando a reintegração do professor José Sotero que, segundo os estudantes, teria sido desligado da PUC-Rio de forma arbitrária. Na correspondência de resposta⁶³, o reitor Pe. Pedro Velloso declara que o professor em questão, “por motivos pessoais, não podia continuar integrando o Departamento de Teologia, de acordo com as diretrizes claras da Santa Fé, a que a PUC como universidade católica está obrigada a seguir”. Isso porque o docente teria escrito carta aberta que circulou entre os alunos, na qual teria “atacado violenta, injusta e caluniosamente o Grão-Chanceler da Universidade, as autoridades da Santa Fé e da Igreja em geral e, denegrindo a fé católica, declara-se abertamente não ser mais católico”. Novamente, o fato de ser católico e seguir as orientações da Igreja aparecem como fundamental para a manutenção ou não do vínculo empregatício com a Universidade.

Para a professora Tereza Cavalcanti, no Departamento de Teologia as decisões do Grão-Chanceler tinham um peso ainda maior: “na universidade no geral, o Cardeal, enquanto Grão-Chanceler, é quem manda, mas não manda tanto. Mas, na Teologia ele manda, ele decide quem vai contratar ou não, quem quer demitir ou não, e a Comissão Geral tem muito pouco poder⁶⁴. Em relação ao Dom Eugênio Sales, a docente o descreveu como “rigoroso, mas com um pouco de mas foi somente em 1971, com a criação das ASI universitárias, que os militares de fato elaboraram uma estrutura de barreira ideológica: o “nada consta” - declaração emitida pelo DOPS que precisava obrigatoriamente ser apresentada para o professor ter o contrato efetivado. De acordo com Pereira (2016, 224), “o ‘nada consta’ significaria, em tese, que o professor não teria feito qualquer declaração crítica à ditadura, não teria identificação com a esquerda ou com qualquer movimento contra a ditadura”.

⁶² Carta enviada dos “alunos do prof. Sotero” para o reitor e para o Diretor do Dept. de Teologia. 13 de maio de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁶³ Carta enviada do reitor Pe. Velloso para os alunos da disciplina “Questões Especiais de Moral”. 14 de maio de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁶⁴ CAVALCANTI, Tereza Maria Pompéia. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 5 de fevereiro de 2019.

abertura”⁶⁵, já que, apesar de ter demitido professores em 1981, ele manteve outros docentes que, assim como ela, seguiam a Teologia da Libertação. Sobre o episódio, ela declarou que não sabe explicar porque não foi demitida:

Quem mandou demitir foi o Dom Eugenio, e curiosamente, ele não me demitiu, mesmo sabendo que eu seguia a Teologia da Libertação. Eu não sei porque eu fui poupada, talvez por eu nunca ter sido uma professora de chamar a atenção publicamente e os outros serem mais radicais, não sei.⁶⁶

Porém, mesmo tendo sido poupada, a professora contou que a relação com seus companheiros de departamento era difícil e se tornou ainda pior com a greve deflagrada em 1981 pela readmissão de professores demitidos, visto que, em sua maioria, os colegas apoiavam o Cardeal e, por conseguinte, o Reitor da PUC-Rio e ela estava do lado da reivindicação. De acordo com panfleto do DCE de 1986⁶⁷, alguns anos depois, outros professores, entretanto, não tiveram a mesma sorte da professora Teresa Cavalcanti e foram demitidos por defenderem ideias identificadas com a Teologia da Libertação. Para os alunos, “esta atitude do Cardeal D. Eugênio Sales, apoiado na omissão da Reitoria, vem reforçar uma prática de cassação ideológica característica dos tempos da ditadura militar”. Além disso, a Administração Central da PUC teria também tomado outras atitudes consideradas arbitrarias pelos estudantes, como a proibição de exibição de filmes, o que, para eles, demonstrava que “a PUC, no momento, não é nossa. Ela é, isto sim, um brinquedo nas mãos do Cardeal que deseja impor sua visão de mundo através da intimidação e expulsão de todos que dela diverjam”.⁶⁸

Vemos, então, que, diferentemente das universidades públicas, a comunidade universitária puquiana tinha, além de se preocupar com a intervenção dos militares no ensino superior, responder também às diretrizes da Igreja. Por um lado, isso poderia ser positivo, já que daria a comunidade universitária puquiana a tal “proteção” da qual falou Amâncio Paulino na entrevista para o *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, citada na introdução.⁶⁹

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Panfleto “Democracia, cadê você na PUC?”, assinado pelo DCE. 07 de maio de 1986. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ CARVALHO, Amâncio Paulino. Entrevista concedida à Carla Siqueira. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2005.

O caso da aluna de Psicologia Mônica Tolipan, que foi presidente do DCE da PUC-Rio durante determinado tempo, é exemplificativo dessa salvaguarda. Mônica Tolipan foi presa três vezes e, no cárcere, foi torturada pelo então chefe do DOI-Codi, Carlos Alberto Brilhante Ustra. De acordo com matéria publicada no jornal GZH⁷⁰, Tolipan foi “mantida num cubículo escuro e congelante, com água gotejando por dias sobre a cabeça” e “ouviu do carrasco que seria supliciada pelo ‘método inglês’, baseado em aflições psicológicas, já que não poderia machucá-la por conta da pressão de Dom Ivo e da PUC”. Em entrevista para o *Diário de Santa Maria*, nas edições de 10 e 11 de março de 2007, Tolipan contou que encontrou na Igreja Católica, particularmente na pessoa de Dom Ivo Lorscheiter – secretário-geral da CNBB e um dos membros da Comissão Bipartite –, um defensor (TOLIPAN, 2007 apud TORRES, BORIN, KONRAD, 2015):

Teve uma ligação corajosíssima de Dom Ivo para o coronel Adir Fiúza de Castro, que comandava as torturas. Ele [dom Ivo] disse que os militares estavam abusando. O coronel ficou furioso e disse que aquele não era um assunto para a Igreja. Dom Ivo retrucou e falou que a Igreja não só tinha de se meter, como era tão a favor da liberdade de expressão quanto dos estudantes. Dom Ivo era a mão de Deus para proteger a gente. (TOLIPAN, 2007 apud TORRES, BORIN, KONRAD, 2015)

O caso de Mônica parece ter repercutido bastante na época, já que há muitos documentos a respeito do tema no Acervo da Reitoria e também foi possível localizar no SIAN uma correspondência em inglês enviada do Consulado Geral do Estados Unidos no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado norte-americano⁷¹, datada de dezembro de 1972, sobre a prisão da estudante e a agitação que o caso havia causado no campus da PUC-Rio. No documento é possível visualizar como os estudantes tentaram usar a ligação com a Igreja a favor das suas reivindicações. De acordo com o descrito na carta, os alunos puquianos utilizaram como forma de ação para garantir a integridade física da presidente do DCE as estratégias de alertar o reitor e de pedir sua intervenção, bem como a de enviar um grupo à sede da CNBB para solicitar auxílio do órgão. Como resultado,

⁷⁰ SCHAFFNER, Fábio. Do comunismo ao bolsonarismo: a trajetória de Osmar Terra. **GZH**. 25 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/do-comunismo-ao-bolsonarismo-a-trajetoria-de-osmar-terra-ck26ui51409yh01r2fhwov6dr.html>> Acesso em 9 de julho de 2021.

⁷¹ *Airgram* (termo diplomático para mensagem enviada pelo correio) do Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro para o *Department of State*. 21 de dezembro de 1972. Arquivo Nacional.

tanto o reitor Pe. Velloso como o secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, prometeram interceder junto às autoridades em nome de Mônica Tolipan. No entanto, a promessa de ajuda do reitor teria vindo acompanhada da proibição de qualquer manifestação estudantil, visto que, para ele, elas “não serviriam à causa da presidente estudantil, do corpo discente, nem da universidade” (tradução nossa). Alguns dias depois, o reitor teria informado aos estudantes que havia conseguido com que Dom Eugênio Sales perguntasse ao Comandante do Primeiro Exército, General Frota, sobre o bem-estar de Tolipan, e o Cardeal teria garantido que o caso da estudante estava sendo tratado com a “completa correção” (tradução nossa). Na correspondência em questão, é curioso observar como é ressaltado que as ações tomadas rapidamente pelo reitor e pelo Cardeal conseguiram apaziguar a situação no campus e fizeram com que não fosse provável que os estudantes puquianos tomassem atitudes mais radicais de protesto. Nesse sentido, fica sugerido que a razão pela qual os religiosos intervieram foi, em primeiro lugar, para controlar a agitação estudantil, e não por preocupação genuína com a situação de Tolipan. É apontado ainda que, por conta da repercussão que o caso teve, seria improvável que os militares maltratassem a estudante. Parece, então, que a interferência de figuras da Igreja de fato tinha alguma influência na ação dos militares.

Ao comparar o conteúdo da carta escrita pelo Consulado dos Estados Unidos com outros documentos produzidos pelos estudantes no momento da prisão de Mônica é possível visualizar as estratégias dos estudantes das quais fala o cônsul norte-americano sendo colocadas em prática. De acordo com o comunicado *Aos Estudantes*⁷², assinado pelo DCE em 13 de março de 1973, Mônica teria sido convidada por telefone pelos órgãos de segurança para “conversar sobre assunto de extrema importância” – tal situação preocupou os estudantes porque o mesmo método teria sido empregado anteriormente e Mônica teria permanecido detida por 7 dias, sendo submetida a situações humilhantes e a maus tratos. Ao pedirem o conselho da CNBB, os bispos teriam indicado que Mônica não se colocasse à disposição dos militares, a menos que recebesse intimação oficial por escrito, de acordo com a lei. Já no comunicado do dia seguinte, o DCE anuncia que Mônica teria sido informada que, caso não se

⁷² Comunicado “Aos estudantes”, assinado pelo DCE, DAAG, DAAF, DAJF, DAT e CARP. 13 de março de 1973. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

dirigisse ao Exército, seria considerada foragida e procurada por todo território nacional. Ao tomar a decisão de ir até as autoridades, a estudante teria sido acompanhada pelo reitor Pe. Velloso até o Exército, onde teria sido detida e permaneceria incomunicável por prazo indeterminado. Nesse comunicado, os estudantes expressam que “a única garantia da integridade física de Mônica é o apoio que possa ter dos alunos da universidade como um todo, da Reitoria da PUC e de entidades como CNBB”. Vemos aqui que de fato os estudantes puquianos viam na Igreja e em seus órgãos uma possibilidade de proteção.

No comunicado do DCE do dia 16 de março⁷³, entretanto, é possível notar certo atrito entre os estudantes e a Administração Central da Universidade, já que a Reitoria teria emitido nota proibindo uma série de atividades que, na visão dos estudantes, “sem as quais o encaminhamento do protesto em relação à prisão de Mônica seria seriamente prejudicado”. Os estudantes acreditavam que a reitoria aparentemente não apoiava a maneira arbitrária pela qual foi presa a colega – embora tivessem destacado que o reitor não havia se pronunciado oficialmente a respeito – e entendiam que a PUC dependia de verbas externas para o seu funcionamento, o que a obrigava a tomar certas medidas no sentido de manter um bom relacionamento com os poderes públicos, porém declararam que, se têm como objetivo protestar contra medidas arbitrárias, não poderiam simplesmente aceitar tais proibições por parte da Reitoria. Diferentemente do documento anterior no qual a reitoria era elencada como uma aliada, estava claro para os estudantes que a principal força com que contavam era somente a própria união. Em uma outra nota do mesmo dia, o DCE expôs o acatamento da decisão da reitoria, mas somente porque queriam que os diretórios permanecessem em funcionamento.⁷⁴

O reitor, por sua vez, parece ter feito o que prometeu, tendo ficado em contato permanente com as autoridades a fim de obter informações sobre Mônica. Em nota de 20 de março⁷⁵, Pe. Velloso informou, atendendo ao pedido dos diretórios acadêmicos, que recebeu permissão para visitar Mônica em companhia de membros da família da aluna. Depois de visitá-la, contou que foi mostrada

⁷³ Comunicado “Aos estudantes e à comunidade universitária em geral”, assinado pelo DCE, DAAG, DAAF, DAJF, DAT e CARP. 16 de março de 1973. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁷⁴ Comunicado “À Comunidade Universitária”, assinado pelo DCE, DAAG, DAAF, DAJF, DAT e CARP. 16 de março de 1973. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁷⁵ Nota da Reitoria. 20 de março de 1973. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

carta de sete páginas escrita à mão por Mônica, na qual a estudante conta como entrou para o Partido Comunista – carta essa armazenada pelo Reitor no Acervo da Reitoria e na qual Mônica descreve toda sua trajetória política no movimento estudantil. No documento em questão,⁷⁶ é interessante observar como Mônica inicia o documento dizendo que conheceu pessoas envolvidas com o ME por conta do namorado que tinha na época, que a apresentou a amigos que a introduziram na União da Juventude Patriótica (UJP)⁷⁷ e, por conseguinte, ao PC do B. A estudante contou que sua atuação foi desde pichar banheiros e ônibus com “vote nulo” até se candidatar a cargos nos diretórios, já que, naquele momento, a conquista de entidades era a tarefa considerada mais importante pelo ME. Na carta, ainda, Mônica citou nomes, codinomes e características físicas de pessoas com as quais teve contato ao longo dos anos.

Foram várias outras vezes que os estudantes puquianos utilizaram a estratégia de solicitar a influência dos reitores em casos de prisões ou outras condutas autoritárias empreendidas pelos militares. Em carta datada de abril de 1969⁷⁸, enviada pelos alunos para o então reitor Pe. Laércio Dias de Moura, em razão da prisão de um professor do Departamento de Sociologia, que se encontrava há três dias incomunicável, os estudantes declararam acreditar que o reitor, assim como eles, defendia a autonomia universitária, mas consideraram que a “realidade nos está exigindo algo mais do que uma profissão da fé, ela nos exige uma posição”. Colocam-se, então, ao lado do Reitor para apoiá-lo na movimentação que imaginam que ele já está fazendo não apenas para protestar contra a prisão do docente, mas para garantir a liberdade de ensino na Universidade. Aqui, a escrita dos estudantes é estratégica, porque já apresentam como certas as atitudes da Reitoria, tornando mais difícil para o reitor negar a ajuda.

Outra tática que parece ter sido empreendida pelos estudantes é a de, quando entravam em conflito com a Reitoria, recorrer a textos religiosos para argumentar que estavam sendo submetidos a atitudes arbitrárias das quais a Igreja

⁷⁶ Carta manuscrita por Monica Tolipan. 1973. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁷⁷ De acordo com o site do PC do B, a União da Juventude Patriótica (UJP) foi um grupo criado pelo Partido no Rio de Janeiro que objetivava manter relações próximas com os estudantes. Para mais informações, acesse: <https://pcdob.org.br/noticias/pcdob-a-ditadura-foi-um-regime-contrario-ao-povo-e-a-nacao/>, acessado em 24 de julho de 2022.

⁷⁸ Carta enviada dos “alunos desta universidade” para o reitor. 08 de abril de 1969. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

não concordaria. Em 1976, por exemplo, o reitor Pe. Pedro Velloso não autorizou que o Congresso Nacional de Estudantes fosse realizado no campus da PUC-Rio. O DCE, então, enviou carta ao reitor na qual citou a declaração dos Direitos dos Homens, Carta Apostólica Octogesima Adveniens (1971) e a Declaração da II Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas (1954) para reforçar que estavam sendo vítimas do cerceamento da sua liberdade de expressão, e acrescentam:

numa época em que todos os setores democráticos, do qual a CNBB é um dos mais expressivos, se empenham no restabelecimento pleno do estado de direito, onde exista a liberdade de reunião e expressão, é que uma medida castrativa como a tomada no último dia 4, vem a se contrapor aos anseios destes setores.⁷⁹

Os estudantes terminaram a correspondência declarando que seriam enviadas cópias da carta para o Palácio São Joaquim, a sede da CNBB e outros órgãos similares. Na correspondência de resposta⁸⁰, o reitor, por sua vez, argumentou que “nenhuma universidade do Brasil concede, hoje maior liberdade aos seus alunos, do que a PUC do Rio de Janeiro”, porém “num momento de campanha política seria de suma imprudência permitir tais reuniões que, certamente, se desvirtuariam e contrariariam nossos Estatutos”. Em relação aos documentos eclesiais citados pelos alunos, declarou que seria um absurdo considerar que eles exigissem a liberdade de expressão em qualquer tempo e lugar, já que “a liberdade sem freios é libertinagem e não verdadeira liberdade”. Conclui, por fim, informando que as ameaças de envio de cópias da carta não o intimidava, visto que “a Reitoria sabe cumprir o seu dever de acordo com os Estatutos e as diretrizes das Autoridades Eclesiásticas”.

Essa, porém, não foi a primeira vez que os estudantes tomaram atitudes parecidas. Em 1974, quando o reitor Pe. Pedro Velloso tentou aprovar um novo Estatuto para os Diretórios face a lei 5.540 à revelia das intenções dos diretórios acadêmicos, os estudantes emitiram um *Comunicado à Igreja Católica*, denunciando a tentativa da reitoria de impedir a participação estudantil. Esse documento teria sido encaminhado para bispos do Brasil e da América Latina,

⁷⁹ Carta enviada do DCE, DAG e DAAF para o reitor Pe. Velloso. Cerca agosto de 1976. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁸⁰ Carta enviada do reitor Pe. Velloso para o DCE da PUC-Rio. 25 de agosto de 1976. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

para a imprensa e para diversas personalidades políticas. Nele, os estudantes pedem que

ao menos a Igreja, através de seus pastores, deveria evidenciar qual é sua posição diante de um flagrante atentado à própria doutrina da Igreja, diante de uma universidade que se diz católica. Pedimos, portanto, a V. Excia., que escreva à reitoria da PUC/RJ, pedindo esclarecimento sobre suas atitudes.⁸¹

Não é possível precisar para quantas pessoas ele efetivamente foi enviado, mas é fato que foram alguns que escreveram ao reitor solicitando um esclarecimento acerca do acontecido, entre eles, o Arcebispo de Campinas Dom Antônio Siqueira, o Arcebispo do Panamá Dom Marcos Macgrath, Dom Henrique Froehlich, Dom Roberto Pinarello e Otto Buchsbaum. Pe. Velloso, por sua vez, enviou uma longa carta de resposta explicando as ações da Reitoria, na qual salienta que “não se vê em que a Doutrina Social da Igreja foi contrariada, já que os diretórios foram mantidos, há liberdade para os estudantes se filiarem e a representação estudantil é feita pelos legítimos representantes eleitos pelo corpo discente”.⁸² Na correspondência para Otto Buchsbaum⁸³ argumenta que “não foi o Conselho Universitário, nem a Reitoria, nem o novo Regimento que tirou a representatividade dos alunos, mas a Lei” e faz questão de ressaltar que, fora a PUC-Rio, todas as outras universidades do Estado da Guanabara suprimiram os diretórios.

A questão a respeito da elaboração desse novo Estatuto dos Diretórios parece ter sido motivo de vários desentendimentos entre o ME e a Reitoria e perdurado por bastante tempo. A Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, definiu que os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes seriam facultativos, cabendo à direção de cada universidade autorizar a sua existência ou não. Porém, em caso de autorização, os órgãos teriam que estar submetidos a um Estatuto dos Diretórios que, seguindo as orientações dos Decretos-lei 477⁸⁴ e 288,

⁸¹ “Comunicado à Igreja Católica”. 1974. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁸² Carta enviada pelo reitor Pe. Velloso para o Arcebispo de Campinas Dom Antonio Maria Alves de Siqueira. 29 de agosto de 1974. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁸³ Carta enviada de Otto Buchsbaum para o reitor Pe. Velloso. 31 de agosto de 1974. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁸⁴ O Decreto Lei nº 477 foi baixado pelo então presidente da República, general Artur da Costa e Silva, em 26 de fevereiro de 1969, dois meses depois da promulgação do Ato Institucional nº 5. e previa as infrações disciplinares de cunho político dos professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino, bem como as penas a eles aplicáveis. Rodrigo Motta (2014, p. 156) define o Decreto como “um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar” e resalta que ele foi concebido sobretudo para desestruturar as organizações

seriam apenas associativos, sem poder deliberativo. A representação de corpo discente passaria para os conselhos e colegiados da universidade. A PUC-Rio teve seu estatuto reelaborado e aprovado pelo Conselho Federal de Educação e homologado pelo Ministérios da Educação e Cultura em 1969. Nele, ficou permitido o funcionamento dos diretórios, ficando pendente a aprovação de um novo Estatuto dos Diretórios aos moldes da nova lei. Segunda as cartas enviadas pelo reitor para justificar o *Comunicado à Igreja Católica*, apesar de diversas tentativas de elaboração desse estatuto, ele não foi efetivado em virtude dos diretórios que tumultuaram e continuavam definindo-se como representantes legítimos do corpo discente. Para terminar essas irregularidades e ilegalidades, a reitoria teria, então, resolvido aprovar um regimento para os diretórios de acordo com a lei. Aos estudantes foi solicitado a elaboração de um projeto de regimento, mas, de acordo com o reitor, eles teriam apresentado um projeto “inteiramente ilegal e em contradição com os Estatutos da Universidade”⁸⁵. Diante do impasse e para evitar uma discussão tumultuada como a das outras vezes, a Vice-reitoria Comunitária apresentou para discussão um substituto, que, com algumas alterações, foi aprovado pelo Conselho Universitário. A partir disso, os diretórios passaram a ser uma associação de estudantes facultativa, com a finalidade prescrita em lei de congregar alunos, mas sem a função de os representar. Entretanto, já na visão contada pelos alunos, o Conselho Universitário teria se negado a sequer discutir o projeto apresentado por eles e a proposta surpresa apresentada pelo Vice-Reitor Comunitário seria ultraconservadora, chegando inclusive, nas palavras dos alunos, “a cerceamentos que vão além das leis proibitivas existentes em nosso país”.⁸⁶ Em razão disso, houve uma renúncia coletiva dos estudantes que eram representantes nos órgãos colegiados da universidade.

Um ano depois a questão parecia ainda não ter sido resolvida. Um documento de 1975 – uma espécie de dossiê intitulado *Agitação Estudantil na*

estudantis, com infrações que previam, além do desligamento dos alunos das faculdades, a proibição de se matricular em outra instituição de ensino por três anos. De acordo com documento produzido pela DSI/MEC que contém a lista de nomes de todos os punidos em 1972 pelo Decreto, as universidades federais concentraram a maior parte das punições - no Rio de Janeiro, foram 71 ocorrências na UFRJ e três na PUC-Rio.

⁸⁵ Carta enviada pelo reitor Pe. Velloso para o Arcebispo de Campinas Dom Antonio Maria Alves de Siqueira. 29 de agosto de 1974. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁸⁶ Idem.

*PUC*⁸⁷, sem autoria –, são analisados os episódios que teriam movimentado os estudantes puquianos naquele ano. Nele, é mencionado que “os diretórios continuam ignorando o seu regimento aprovado pelo Conselho Universitário, porque este regimento, em conformidade com a lei, não concede aos diretórios esta representatividade”. Ainda, é ressaltado que “a literatura dos diretórios é de contestação do governo através da Universidade [...], procurando provocar uma confrontação da Universidade com o governo e no caso da PUC, da Igreja com o governo”. Três anos depois, o assunto ainda continuava não resolvido, já que, em uma matéria do jornal *O Globo*, de 2 de maio de 1977, intitulada *Das 8 universidades no Estado, só 3 têm diretórios*⁸⁸, os diretórios da PUC são mencionados como os mais atuantes do Rio de Janeiro e é exposto que eles não aceitam a condição de órgão de caráter associativo como prevê os Estatutos da Universidade.

Nesse sentido, podemos perceber que o fato de uma instituição católica ter dado proteção em alguns episódios, isso não significou que a relação entre os movimentos de resistência e a Administração Central fosse pacífica. Os reitores de fato intercederam pelos estudantes e professores diversas vezes – por exemplo, em 1970, o reitor Pe. Viveiros de Castro chegou, inclusive, a contratar o serviço de um advogado para dar assessoria jurídica a um professor preso pelos militares,⁸⁹ e, em 1973, quando a aluna Glória Maria Oliveira Castro foi detida em sua casa, reitor Pe. Velloso imediatamente entrou em contato com as autoridades e, ao localizá-la, encaminhou-se até o Exército para descobrir quais denúncias tinham sobre ela.⁹⁰ Entretanto, também não foram poucas as situações em que a administração central proibiu eventos, suspendeu a publicação de jornais estudantis e ameaçou os alunos com suspensões ou expulsões. Em 1969, o reitor Pe. Laércio Dias Moura chegou a determinar a expulsão de três alunos – Francisco San Tiago, Luiz Davidovich e Eduardo San Pedro Siqueira – por conta da organização de uma greve. Segundo carta do Decano do Centro Técnico Científico (CTC) para o diretor do Departamento de Física⁹¹, esses estudantes,

⁸⁷ Documento “Agitação Estudantil”. 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁸⁸ DAS 8 universidades no Estado, só 3 têm diretórios. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.8, 2 de maio de 1977. Grande Rio.

⁸⁹ Carta enviada do reitor Pe. Viveiros de Castro para o DCE da PUC-Rio. 29 de setembro de 1970. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁹⁰ Nota da Reitoria. 20 de março de 1973. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

⁹¹ Carta enviada do Diretor do CTC, Francisco de Paula Sattamini Flarys, ao Chefe do Departamento de Física. 17 de junho de 1969. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

enquadrados no Decreto 477, estavam proibidos de se matricularem em qualquer outra universidade. Parece, no entanto, que as expulsões não se realizaram de fato, visto que há informação de que pelo menos um deles, o físico Luiz Davidovich, se formou na Universidade em 1968.⁹² Assim como exposto por Motta (2014, p.160), o Decreto 477 foi responsável pela minoria das expulsões, porém “tornou-se símbolo de terror nas universidades, uma ameaça que pendia sobre quem ousasse cometer atos de indisciplina”. No caso dos alunos puquianos em questão, tudo indica que isso aconteceu, mas do que de fato usado para expulsar os alunos, ele foi empregado como um instrumento de ameaça.

No decorrer do período estudado neste trabalho, a PUC-Rio teve à sua frente cinco diferentes reitores. Em 1964, a Universidade estava sob a direção do Pe. Laércio Dias de Moura⁹³ que, em 1970, foi substituído pelo Pe. Ormino Sodré Viveiros de Castro⁹⁴. Em 1972, foi a vez do Pe. Pedro Belisário Velloso

⁹² Informação retirada do Currículo Lattes de Luiz Davidovich. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2112374695114747>, acessado em 24 de julho de 2022.

⁹³ Padre Laércio Dias de Moura formou-se em Direito pela USP em 1940 e ingressou na Companhia de Jesus em 1945. Formou-se também em Filosofia na Faculdade Jesuítica de Nova Friburgo e em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Além disso, tornou-se Doutor em Direito pela Universidade de Paris, em 1958. Na PUC-Rio foi Secretário Geral e depois Vice-Reitor entre 1959 e 1962, quando se tornou Reitor, em sua primeira gestão, até 1970. Na sua primeira gestão como Reitor, os Estatutos da Universidade foram adequados à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educa o, marcando o início do processo de Reforma Universitária na PUC, que culminou em 1967 com o agrupamento dos Departamentos em Centros, a cria o das Vice-Reitorias, da DAR (Diretoria de Admissão e Registro) entre outras mudanças. Foram também criados os primeiros cursos de p s-gradua o *stricto sensu*. Foram inauguradas as Alas Kennedy e Cardeal Frings do Edifício da Amizade. Foi inaugurado o busto do Presidente John Kennedy, com a presença de seu irmão, Robert Kennedy. No seu segundo mandato de 11 anos como reitor (1982-1995), sobretudo por conta do momento político e da crise financeira pela qual passava o país, enfrentou agita es sociais e problemas econ micos. Para mais informa es, acessar: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-laercio-dias-moura-sj-1962-1970-1982-1995>>, acessado em 24 de julho de 2022.

⁹⁴ Padre Ormino Sodré Viveiros de Castro tornou-se jesuíta aos 15 anos de idade, após ter completado o curso secundário no Colégio Santo In cio. Aos 27 anos voltou ao Colégio Santo In cio para atuar como professor. Em 1945 seus superiores na Ordem Jesuítica consideraram que sua forma o em Pedagogia deveria ser aprofundada, e Padre Ormino foi enviado ao West Baden College em Indiana/EUA, onde se ordenou sacerdote em 1947. Em 1950, foi para a Inglaterra fazer mestrado em Pedagogia. Voltou ao Brasil em 1952, sendo designado Secretário Geral da PUC-Rio, onde atuou também como Professor de Pedagogia até 1959. Entre 1960 e 1962 assumiu o cargo de Reitor do Colégio Santo In cio no Rio de Janeiro e, em 1963, foi enviado para assumir o cargo de Reitor da Universidade Católica de Goiás, onde ficou até 1967. Em 1968 voltou para a PUC-Rio, onde atuou como Diretor do Departamento de Filosofia, foi o primeiro Decano do Centro de Teologia e Ciências Humanas, e professor de Questões Pedagógicas e Psicologia Educacional. Em 1970 tornou-se Reitor da Universidade e em sua gestão foi implementado o regime de créditos acadêmicos, sendo a PUC pioneira neste processo. Foram inaugurados o novo prédio do Rio DataCentro, o prédio do Departamento de Química, o Acelerador de Partículas Van de Graaff e a expansão de seis andares no Bloco do Departamento de Física no Edifício Cardeal Leme. Padre Ormino deixou a Reitoria em outubro de 1972. Para mais informa es, acesse: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-ormindo-sodre-viveiros-de-castro-sj.html>>, acessado em 24 de julho de 2022.

Rebello⁹⁵ assumir a gestão da PUC-Rio e, em 1976, ele foi sucedido pelo Pe. João Augusto Anchieta Amazonas Mac Dowell⁹⁶, que administrou a Universidade até 1982, quando foi substituído pelo já conhecido Pe. Laércio Dias de Moura. Alguns desses reitores foram mais permissivos que outros, porém todos eles acompanharam de perto as atividades do movimentos de resistência presentes na PUC-Rio, o que pode ser comprovado pelo enorme acervo dos mais diversos tipos de documentação encontrada na reitoria – entre os quais há relatórios completos sobre a atuação do movimento estudantil, como o datado de 1977⁹⁷ que, contendo 18 páginas, apresenta um calendário completo de todas as reuniões estudantis daquele ano e informações como o nome completo dos alunos que participaram das manifestações, ano de entrada na universidade, o curso, quantas vezes já foram punidos, entre outras. Muitos dos documentos do acervo têm anotações feitas à mão como “guardar”, “arquivar”, “responder”, e com palavras e frases

⁹⁵ Pe. Pedro Belisário Velloso Rebello formou-se Engenheiro Civil em 1923 pela UFRJ. Após 10 anos como engenheiro, em 1933 decidiu entrar para o noviciado da Companhia de Jesus quando já estava com 31 anos de idade. Pela sua convivência com os trabalhadores no seu tempo de engenheiro, desejava devotar-se aos operários. Estudou Filosofia entre 1936 e 1938, e em 1939 foi cursar Teologia em Enghien, na Bélgica. Concluiu em Roma o curso de Teologia e em 1941 foi ordenado sacerdote, retornando ao Brasil. Padre Velloso teve atuação decisiva no projeto do novo campus da Universidade e na campanha financeira que viabilizou a construção dos prédios. Em 1951 assumiu pela primeira vez a Reitoria da PUC, cargo que ocupou até 1956. Em 1972 voltou à Reitoria da PUC, ficando no cargo até 1976, período em que lutou para evitar a passagem pelo campus da autoestrada Lagoa-Barra. Padre Velloso teve durante sua vida uma atuação social muito grande. Durante a existência do Parque Proletário que existia ao lado da PUC-Rio, assumiu o cargo de assistente eclesialístico do Parque, onde fundou uma Congregação Mariana de operários. Em 1951 iniciou sua atuação de assistência religiosa e de promoção social no Morro Dona Marta, em Botafogo, atividade que manteve até sua morte - por conta da sua atuação no local, a principal via da comunidade recebeu seu nome após votação dos moradores em assembleia. Ocupou também o cargo de Assistente na Federação dos Círculos Operários, criando na PUC-Rio a Escola de Líderes Operários, que visava à formação das lideranças do movimento sindical do Rio de Janeiro. Para mais informações, acesse: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-pedro-belisario-velloso-rebello-sj-1951-1956-1972-1976.html>>, acessado em 24 de julho de 2022.

⁹⁶ Pe. João Augusto Anchieta Amazonas Mac Dowell ingressou em 1950 na Companhia de Jesus. Cursou Filosofia no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, onde posteriormente lecionou. Em 1963 fez o Mestrado em Teologia em Frankfurt, Alemanha, e em 1968 o Doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Em 1975 iniciou sua atuação na PUC-Rio, como Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos. Foi nomeado Reitor da PUC-Rio em 1976, aos 42 anos de idade, o mais jovem na história da Universidade, ficando no cargo até 1982. O período em que esteve à frente da PUC-Rio coincidiu com o movimento de abertura política no Brasil, e de reestruturação do movimento estudantil, muito ativo na Universidade naquele momento. Em sua gestão concluiu em 1979 um difícil processo que se desenvolveu ao longo de quase duas décadas, com a assinatura do protocolo de Acerto Final entre o Estado do Rio de Janeiro e a PUC para a construção da Ligação Lagoa-Barra. Para mais informações, acesse: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-joao-augusto-anchieta-amazonas-mac-dowell-sj-1976-1982.html>>, acessado em 24 de julho de 2022.

⁹⁷ “Material enviado para 1.Junito de Souza Brandão e 2.Mauro Soares de Assis”. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

sublinhadas, em termos como “ditadura” e “boicote”, o que mostra que os reitores de fato liam os documentos produzidos pelos estudantes.

Assim como os estudantes tinham suas estratégias, os reitores também tinham as suas. Alguns episódios encontrados na documentação mostram que os reitores tinham conhecimento e por muitas vezes reforçavam esse ideal da PUC como um lugar de mais liberdade, o que lhes era útil para, ao proibir algum evento de acontecer ou jornal de circular, argumentar que já davam liberdade demais para a comunidade universitária puquiana. Os reitores, ao mesmo tempo que ofereciam ajuda, pediam algo em troca. No caso da prisão de Mônica Tolipan, por exemplo, o reitor, ao passo que prometeu sua intercessão, exigiu que as manifestações no campus parassem.⁹⁸ Em 1975, quando os estudantes fizeram boicote ao bandeirão, o reitor Pe. Velloso só aceitou receber a comissão de alunos quando a paralisação fosse suspensa.⁹⁹ Em outra ocasião, o reitor Pe. Viveiros de Castro não permitiu que os estudantes fizessem uma reunião geral para discutir quais medidas tomariam a respeito da prisão da aluna Ana Maria Nogueira, ameaçando aplicar o Decreto-Lei 477, caso não respeitassem a decisão, mas prometeu que interviria para que a aluna fosse encontrada e solta o mais breve possível.¹⁰⁰ Esse mesmo reitor, em uma carta destinada aos diretórios, afirmou que desejava empenhar seu “voto de confiança no idealismo, no bom senso e cooperação dos DAs, a mesma confiança que levou a PUC a criá-los e a conservá-los no seu Estatuto quando a lei tornava sua existência não obrigatória”.¹⁰¹ Em 1976, quando o reitor Pe. Velloso proibiu a realização do Congresso Nacional de Estudantes, fez questão de ressaltar que, como já exposto acima, “nenhuma universidade do Brasil concede, hoje, maior liberdade aos seus alunos, do que a PUC do Rio de Janeiro”.¹⁰² No caso do *Comunicado à Igreja Católica*, também não perdeu a oportunidade de lembrar que a PUC-Rio era a única universidade do Estado que não proibiu a existência dos diretórios.

⁹⁸ *Airgram* (termo diplomático para mensagem enviada pelo correio) do Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro para o *Department of State*. 21 de dezembro de 1972. Arquivo Nacional.

⁹⁹ Comunicado “Esclarecimento aos alunos sobre o processo de boicote”, assinado pelo DCE e demais diretórios acadêmicos. 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁰⁰ Panfleto “Aos estudantes em geral”, publicado pelo DAGG, DAJG, CARP e DAT. 1972. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁰¹ Carta do reitor Pe. Viveiros de Castro para o DCE da PUC-Rio. 29 de setembro de 1970.

¹⁰² Carta do reitor Pe. Viveiros de Castro para o DCE da PUC-Rio. 25 agosto de 1976.

Há também na documentação cartas trocadas entre os reitores e figuras do governo, mostrando que, assim como a Igreja, dialogavam e tentavam manter boas relações com os dois lados, o dos militares e o da resistência. Em abril de 1966, por exemplo, o Brigadeiro-do-ar Paulo de Vasconcellos Sousa e Silva enviou uma carta, carimbada como “confidencial”, ao reitor Pe. Laércio Dias de Moura¹⁰³, na qual diz que tem a “honra” de passar às mãos do reitor um exemplo do jornal *A Trincheira*, produzido pelo Diretório Acadêmico Edson Luiz (CAEL), que se enquadraria nas sanções previstas pelo Decreto n.º. 477, que havia sido promulgado no mês anterior. O militar termina a correspondência renovando a expressão do seu maior apreço e a mais alta consideração ao reitor. Pe Laércio, por sua vez, responde ao Brigadeiro esclarecendo que já tinha conhecimento acerca do jornal, mas que, como ele havia sido publicado antes da publicação do Decreto, entendeu que não poderia ser aplicada uma pena disciplinar baseada no texto legal. Entretanto, ressalta que advertiu os responsáveis pelo Diretório que, no futuro, qualquer publicação que contivesse conteúdo similar ao de *A Trincheira*, seria punida. Finaliza, da mesma forma que o militar, apresentando sua mais alta estima e consideração.¹⁰⁴ Há também cartas trocadas entre a Delegada Regional do Ministério da Cultura e da Educação com o Reitor Pe. Mac Dowell no mês de maio de 1978¹⁰⁵, nas quais a Delegada solicitou que o reitor informasse com urgência caso ocorresse qualquer greve no campus da Universidade. Na correspondência de volta¹⁰⁶, o reitor informou que, naquele ano, havia somente ocorrido uma greve que teve motivação de ordem acadêmica, embora tenha havido alguma instrumentalização política, e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento, reiterando a sua elevada estima e consideração.

Vemos, então, que, apesar do histórico conservador ter auxiliado na construção da PUC-Rio como esse lugar de maior liberdade, esse entendimento só pode se conservar por conta da ligação com a Igreja Católica. Em diversos casos, os movimentos de resistência puderam manejar essa posição ao seu favor e,

¹⁰³ Carta do Brigadeiro-do-Ar Paulo de Vasconcellos de Sousa e Silva para o reitor Pe. Laércio Dias de Moura. 8 abril de 1966. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁰⁴ Carta do reitor Pe. Laércio Dias de Moura para o Brigadeiro-do-Ar Paulo de Vasconcellos de Sousa e Silva. 10 de abril de 1966. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁰⁵ Carta da Delegada Regional do Ministério da Cultura e da Educação Mônica Paula Rector para o reitor Pe. Mac Dowell. 17 de abril de 1978. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁰⁶ Carta do reitor Pe. Mac Dowell para a Delegada Regional do Ministério da Cultura e da Educação Mônica Paula Rector. 02 de maio de 1978. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

mesmo que nem sempre vitoriosos, foram vários os momentos que tiveram a ajuda do clérigo. No entanto, essa compreensão também foi manipulada pela Administração Central da universidade, utilizando-a como argumento de legitimação para o controle da comunidade universitária puquiana em diversas ocasiões. Portanto, mais do que um lugar de liberdade, este capítulo buscou mostrar a PUC-Rio como um espaço de contradições, colocando a Universidade como mais um exemplo das outras inúmeras contradições que a sociedade brasileira vivenciou ao longo da ditadura militar.

2.3

A ADPUC e os movimentos de sístole e diástole puquianos¹⁰⁷

O caso do movimento docente (MD) na PUC-Rio é exemplificativo para aprofundar o debate acerca dessa liberdade puquiana, já que, no mesmo momento que os estudantes estavam fazendo suas grandes manifestações nos pilotis em 1977, os professores estavam sendo proibidos de se reunirem na Universidade.

É interessante pensar, em primeiro lugar, sobre o ano de 1977, momento no qual o país já vivia a chamada “abertura política” proposta por Ernesto Geisel desde 1974, que de forma lenta, gradual e segura, objetivava um pacífico retorno à democracia. A historiografia já reconhece, entretanto, que o contexto não era tão pacífico quanto pretendia-se mostrar ser. Assim como expõe Marcos Napolitano (2019), dados como o desaparecimento de 39 opositores, a morte de 42 pessoas, a utilização de censura à imprensa e o fechamento do Congresso por 15 dias durante o governo Geisel mostram os limites dessa abertura.

Era, porém, também, mesmo ainda com a presença de práticas autoritárias, uma época na qual os movimentos sociais passaram a ocupar novamente a praça pública (NAPOLITANO, 2019) e a militância contra a ditadura ganhou força e houve um engajamento das oposições (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Organizaram-se movimentos sociais urbanos em diferentes âmbitos, como em universidades, comunidades eclesiais de base e em organizações civis comunitárias (SCHERER-WARREN, 2007). Nesse momento, os estudantes

¹⁰⁷ Muito do tratado aqui deriva da pesquisa de Iniciação Científica “*Um galo sozinho não tece uma manhã*”: o movimento docente na puc-rio entre os anos 1977 e 1990. Porém, foi entendido que seria impossível falar sobre o movimento de resistência na PUC sem dar uma atenção especial a luta específica dos professores. Para maiores detalhes, acesse: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/sites/default/files/documentos/producao-nucleo/pibic/um-galo-sozinho-nao-tece-uma-manha-movimento-docente-puc-rio/relatorio-um-galo-sozinho-nao-tece-uma-manha-movimento.pdf>>, acessado em 24 de julho de 2022.

foram grandes atores dessa retomada das manifestações nas ruas. De acordo com Napolitano (2019, p. ?), “muitas vozes expressivas de diversos setores sociais, profissionais, religiosos e culturais se manifestam na carona dos protestos de rua” durante o que chama de “crise estudantil de 1977”.

No campo universitário, essa foi a ocasião na qual o movimento docente se fortaleceu e houve o surgimento de Associações de Docentes, que, desde meados dos anos 1970, estavam surgindo em diversas instituições de ensino superior brasileiras, sobretudo nas universidades públicas (RIDENTI, 1995). O movimento docente é um dos exemplos desses novos movimentos sociais que surgiram nos centros urbanos a partir do “esgotamento do regime autoritário e do desmoronamento do chamado ‘milagre econômico’” (OTRANTO, 2000, p. 213) e que procuravam realizar uma luta de resistência democrática contra o autoritarismo. Assim como exposto por Maciel (1991), o movimento dos professores tinha a forma característica de luta similar à empregada pelo movimento estudantil, unindo a luta reivindicativa com a política e, nesse sentido, ao mesmo tempo que reclamavam por reivindicações econômicas e demandas sociais, buscavam também a conquista da democracia na sociedade e na universidade. De acordo com Maciel (1991), os professores se mobilizaram em três patamares:

O primeiro patamar de mobilização, aquele que unia a todos, era o da luta política geral pela democracia, pela revogação das leis de exceção, pela reintegração dos docentes cassados pelo regime autoritário, pela anistia ampla, geral e irrestrita. O segundo patamar era o da luta sindical geral, que era parte da luta mais ampla. Muitos líderes do M.D. estavam atentos ao surgimento do que se passou a chamar de novo sindicalismo, o sindicalismo de massas que aflorou na região do ABC paulista, no movimento dos metalúrgicos. O terceiro patamar era a questão da luta específica em defesa do ensino público e gratuito, contrapondo-se à política oficial privatizante. Os docentes estabeleciam uma ligação profunda entre a luta pela democratização da sociedade e a busca de democracia interna, como um exercício do direito de cidadania. A universidade pública passou a ser defendida como a universidade democrática. (MACIEL apud OTRANTO, 2000, p.215)

Maciel ainda aponta como muitos dos representantes das associações docentes traziam na bagagem “o patrimônio político forjado nas lutas do movimento estudantil (ME), o qual, tradicionalmente, constitui escola formadora e origem de quadros dirigentes para as mais diversas atividades sociais”

(MACIEL, 1991, p. 68). De acordo com Ridenti (1995), costumava-se dizer que as associações docentes eram a "pós-graduação" da UNE. Nesse sentido, apesar do protagonismo do movimento estudantil na luta pela redemocratização, o movimento docente foi um dos muitos outros movimentos sociais que se uniram aos estudantes. Assim como defendem Schwarcz e Starling, os “estudantes adoravam ir na frente, mas havia mais gente disposta a engrossar a oposição” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 475).

No caso da PUC-Rio, os estudantes parecem de fato terem influenciado diretamente os professores. Como já visto, o ano de 1977 foi um período de muitas manifestações estudantis no campus puquiano. De acordo com a documentação¹⁰⁸, em março daquele ano, a Vice-Reitoria Acadêmica divulgou uma circular em que normatizava atitudes dos professores em relação aos alunos grevistas. O que parece ter acontecido foi que a confluência do que acontecia no âmbito externo em conjunto com a efervescência política estudantil dentro do campus, suscitou um clima de indignação por parte dos docentes que sentiram sua autonomia – já atingida no âmbito nacional – comprometida também no espaço da Universidade. Ao trabalhar com esse momento da fundação da ADPUC durante a entrevista feita com a professora Berenice Cavalcante, que por duas vezes fez parte da diretoria da Associação, a professora utilizou a metáfora de que era enfim possível vislumbrar uma “luz no fim do túnel”.¹⁰⁹

Entretanto, não parece ter sido fácil para a ADPUC ocupar o espaço da PUC-Rio, já que, desde o momento da sua criação, teve conflitos com a Reitoria. Segundo publicado no *Boletim da ADPUC*¹¹⁰, houve uma “resistência por parte da Reitoria em reconhecer e conviver com o esboço de uma organização que tentava restabelecer o nexo entre ‘técnico’ e o cidadão”. Por conta disso, a primeira reunião da Associação foi feita no Colégio São Vicente de Paulo, localizado no bairro do Cosme Velho, e a existência da ADPUC só foi reconhecida pela Reitoria muitos anos depois de sua fundação.¹¹¹

¹⁰⁸ Panfleto “Professores apoiam a luta”. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁰⁹ CAVALCANTE, Berenice. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 6 de novembro de 2017.

¹¹⁰ CAVALCANTE, Berenice; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. PUC e ADPUC: faces de um mesmo impasse. In: **BOLETIM DA ADPUC**. Rio de Janeiro: ADPUC, [s.n.], novembro de 1981, p. 4-5.

¹¹¹ Não foi possível precisar ao certo quando a ADPUC foi reconhecida oficialmente pela reitoria. Na edição do *Jornal da ADPUC* de novembro de 1981, porém, é mencionado que o reconhecimento da ADPUC era iminente, já que, depois de intensas negociações, a Associação obteve da reitoria a garantia de que passaria a ser entendida como a entidade representativa dos

Tal fato representava uma contradição, visto que, como apontado no artigo publicado no jornal docente, nos “anos de chumbo” da Ditadura Militar, a PUC-Rio, com sua orientação ecumênica, “sempre teve uma política de acolhimento a todos aqueles que viam as suas possibilidades de exercício profissional vedadas em outras instituições”.¹¹² Assim como apontado por Motta (2014), no momento da edição do AI-5, os órgãos de repressão tinham como seu objetivo prioritário expurgar os estudantes. Os professores oposicionistas, no entanto, não foram esquecidos e passaram a ser alvo mais visado a partir de 1969. A PUC-Rio foi uma das instituições assinalada por Motta (2014) que manteve em seus quadros docentes visados pelos militares, assim como também contratou profissionais que tinham sido aposentados pelo AI-5 – Motta (2014) cita os nomes dos professores Miriam Limoeiro Cardoso, Moema Toscano, Jayme Tiomno, Elisa Frota-Pessoa, Sarah de Castro Barbosa, Luiz Costa Lima, Luiz Werneck Vianna e José Nilo Tavares. No caso de Jayme Tiomno, Motta (2014) ressalta que a Instituição teria hesitado por causa de forte pressão contrária, mas, em razão de uma intervenção do Papa em favor do docente, o professor foi contratado em 1973 – o que reforça o argumento defendido no subcapítulo anterior de que intervenções de figuras da Igreja Católica muitas vezes influenciaram para que a PUC-Rio tivesse algumas exceções, como contratar um professor mesmo em desacordo da opinião militar.

A questão que se colocava para os professores era como a Universidade poderia levar em frente “um projeto pluralista sem afirmar princípios democráticos que comportam a participação dos professores na definição dos seus próprios destinos?”¹¹³. Para os professores, a contradição que se fixava era como a mesma universidade que contratou professores cassados pelo regime nas universidades públicas, agora não estava sendo capaz de reconhecer uma organização que reivindicava por democracia, seja no país ou na universidade.

Um dos entrevistados, ao analisar as atitudes da reitoria ao longo dos anos do regime militar, descreveu que a PUC-Rio viveu o que ele chamou de

professores da PUC-Rio. No dia 22 de outubro, inclusive, havia sido concedida uma sede no campus da Universidade, em uma das casas da Vila dos Diretórios. Em agosto de 1982, as eleições para nova diretoria da entidade aconteceram nos pilotis da Universidade, o que indica que, nesse meio tempo, o reitor de fato cumpriu a promessa e reconheceu a ADPUC.

¹¹² CAVALCANTE, Berenice; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. PUC e ADPUC: faces de um mesmo impasse. In: **BOLETIM DA ADPUC**. Rio de Janeiro: ADPUC, [s.n.], novembro de 1981. p. 4-5.

¹¹³ Idem.

“movimentos de sístole e diástole”.¹¹⁴ Utilizando a nomenclatura dos movimentos que o coração faz durante o ciclo cardíaco – contração e relaxamento –, o professor em questão quis figurar de forma metafórica o entendimento que, em alguns momentos, a Universidade foi mais permissiva e, em outros, mais inflexível. Salientou ainda que a PUC-Rio caminhou ao contrário do regime militar, já que, enquanto o país passava pelo período mais sombrio e repressivo dos “anos de chumbo”, a Universidade estava em seu momento de diástole. No entanto, quando o governo passava pela abertura política, a Administração Central adotou uma política mais dura em suas atitudes. Esse entendimento, inclusive, parece ter sido dividido por outros atores do momento. Em uma matéria da época, publicada na *Tribuna da Imprensa*¹¹⁵ em março de 1981, um dos professores associados a ADPUC, Luis Carlos Friedman, relatou pensamento similar: “quando a sociedade está fechada, a Universidade deve se abrir e quando a sociedade se abre, a Universidade deve fechar”. Na memória dos professores, os maiores exemplos que ficaram e que representam esses movimentos de abertura e fechamento da PUC-Rio foram a contratação de professores cassados nas universidades públicas durante o período mais repressivo do regime militar e, já no governo Figueiredo, a demissão de docentes por razões consideradas político-ideológicas.

Em relação a demissões de professores por parte da reitoria durante o regime militar é válido fazer uma comparação entre as ocorridas em 1979 e 1981, que são bastante representativas das atitudes por muitas vezes contraditórias adotadas pela Administração Central da Universidade. O primeiro caso aconteceu quando quatro professores, após serem demitidos, foram até a imprensa denunciar que a PUC-Rio praticava “ditadura ideológica”, “terror cultural” e estava “a serviço da ideologia marxista”.¹¹⁶ Foi um momento no qual os professores e estudantes saíram em apoio à Reitoria e aos departamentos acusados. Assim como publicado no *Boletim da ADPUC*, “a união se configurou em torno da defesa da Universidade enquanto um espaço crítico e pluralista ameaçado pela nova forma

¹¹⁴ JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, outubro de 2014.

¹¹⁵ Greve para PUC em protesto contra demissão de mestres. *Tribuna da Imprensa*, p.5, 12 de março de 1981. Rio de Janeiro.

¹¹⁶ NERY, Sebastião. Macartismo na PUC apud **BOLETIM DA ADPUC**, Rio de Janeiro, ADPUC, n. 2, p. 6.

que assumia o controle ideológico na sociedade”.¹¹⁷ O caso repercutiu em diversos jornais – tanto pertencentes às ADs como em veículos da grande imprensa – que saíram em defesa da Universidade. Na *Tribuna da Imprensa*, o jornalista Sebastião Nery publicou¹¹⁸:

O Caso da PUC [nome como o evento ficou conhecido] é um caso de montagem policial da direita pressionar à PUC, encurralar a Igreja, perturbar o processo de abertura e redemocratização. É simplesmente um caso de polícia. E o nome disso é Macarthismo.

Vemos que, nesse episódio, a PUC-Rio foi acusada de demitir professores porque eles seriam de orientação política de direita e a reitoria contou com grande apoio da comunidade universitária puquiã que não compartilhava desse mesmo entendimento. Já, em 1981, três anos depois, aconteceu justamente o contrário: 28 professores dos departamentos de Sociologia, Filosofia e Comunicação Social foram demitidos com a justificativa de motivos financeiros e razões institucionais. No entanto, como apontado nos jornais universitários e nos relatos orais, os departamentos atingidos buscaram apresentar as mais diversas soluções, como, por exemplo, a redução da carga horária do conjunto de todos os professores e, mesmo assim, não obtiveram êxito nas negociações. Para os professores envolvidos, a verdadeira motivação foi se mostrando menos financeira e mais político-ideológica, já que os professores demitidos eram de orientação política de esquerda. Nos relatos memorialísticos, a imagem que ficou foi que, para os docentes, era evidente que a decisão não partiu do então reitor à época padre Mac Dowell, mas sim “de cima”, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Jardim (2014) contou, inclusive, que, muito influenciado pelo clima de entusiasmo do momento, tomou algumas atitudes que até hoje não acredita tê-las feito, como ir até o Palácio São Joaquim, em companhia do professor Ronald Shellard, pedir a reintegração dos docentes demitidos para o delegado do Cardeal Dom Eugênio Sales – feito esse que Jardim caracterizou como uma simples ilusão juvenil.¹¹⁹ Podemos ver esse entendimento de que as demissões vinham de cima também em

¹¹⁷ CAVALCANTE, Berenice; CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit.

¹¹⁸ NERY, Sebastião, op. cit.

¹¹⁹ JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, outubro de 2014.

matérias publicadas na *Tribuna da Imprensa*¹²⁰, que produziu uma cobertura detalhada das demissões na PUC-Rio com uma leitura a favor dos docentes – em uma delas é dito que a utilização do critério ideológico por parte do reitor é “flagrante” e “vergonhosa” e que a atitude “obviamente” foi apoiada por Dom Eugênio Sales, “bastante conhecido por suas posições reacionárias, vide recusar a receber parlamentares ‘de esquerda’ para tratar do problema da PUC”.¹²¹

Porém, mesmo com a convicção dos docentes de que a decisão partia da Arquidiocese do Rio de Janeiro, os professores em seus relatos fizeram questão de ressaltar que o então reitor padre Mac Dowell apresentava a decisão como sua. Eduardo Jardim definiu o padre como um homem corajoso, que encarava sem hesitar as grandes assembleias dos professores nas quais era contestada a sua posição de autoridade.¹²² Berenice Cavalcante chamou o padre de “fenômeno” e disse acreditar que, na memória de qualquer um que esteve presente nas assembleias, está a imagem de Mac Dowell em pé, impassível, não movendo um músculo, enquanto ouvia de tudo um pouco. Para ela, a metáfora perfeita para definir o Reitor é que ele era a personificação de um quadro, cumprindo o seu papel perfeitamente e assumindo a responsabilidade para si.¹²³

¹²⁰ BELISARIO, Aluizio. Carta aos professores demitidos. *Tribuna da Imprensa*, 26 de janeiro de 1981, p.10. Educação.

¹²¹ Idem.

¹²² JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, outubro de 2014.

¹²³ CAVALCANTE, Berenice. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 6 de novembro de 2017.



Figura 6 : Professores reunidos em assembleia por conta da demissão de professores, com a presença do Reitor Padre Mac Dowell. 1981. Fotografia Antônio Albuquerque. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

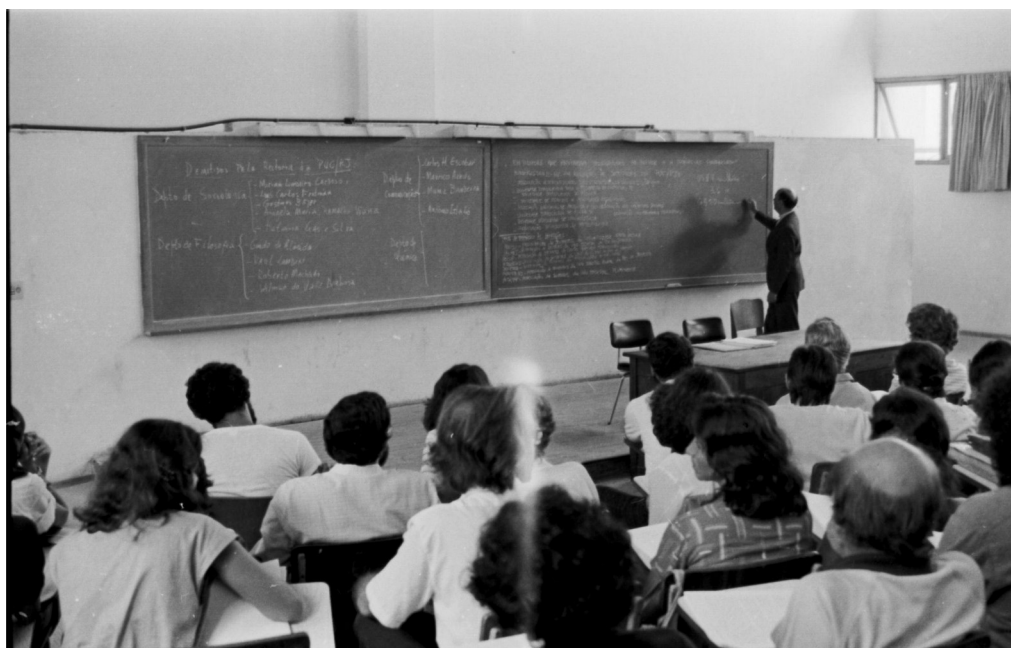


Figura 7: Reitor Padre Mac Dowell S.J. em frente aos professores durante reunião sobre a demissão de professores. 1981. Fotografia Antônio Albuquerque. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

As fotos acima parecem representar bem essa postura de Mac Dowell descrita pelos professores, com o reitor parado de forma impassível enquanto ouvia os protestos docentes. Na sua vez de falar, manteve a compostura e preencheu o quadro com motivos pelos quais a decisão da demissão fazia sentido,

chegando até a apresentar cálculos que comprovavam a crise financeira pela qual a Universidade estava passando e que assim justificariam as demissões.

Entre os demitidos, foi possível localizar nomes de professores de bastante relevância acadêmica, como foi o caso de Miriam Limoeiro¹²⁴, que havia sido afastada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ em 1969 por conta do AI-5 e foi autora de trabalhos internacionalmente conhecidos; Roberto Machado¹²⁵, que foi responsável pela vinda de diferentes filósofos franceses ao Brasil, entre eles Michel Foucault; e José Nilo Tavares¹²⁶, um dos fundadores e primeiro presidente da ADPUC. É interessante observar que, entre os professores demitidos, encontramos justamente nomes citados por Motta (2014) como exemplos de profissionais que foram acolhidos na PUC-Rio após expurgos que aconteceram nas federais sobretudo depois de 1969.

É importante ressaltar que não é como se os professores considerassem que a PUC-Rio vivia em sua melhor situação financeira. Eram de fato tempos complicados. Em 1980, a inflação havia chegado aos 110%, a mesma marca histórica de 1964 que era amplamente divulgada como um dos motivos da queda de Jango (NAPOLITANO, 2019). Em 1981, a Universidade perdeu a verba que recebia da FINEP. Porém, o entendimento parece ter girado em torno de que a reitoria utilizou da realidade de instabilidade econômica para demitir figuras de esquerda. Não parece ser coincidência as demissões só terem ocorrido em departamentos ligados às ciências sociais e humanas e isso foi observado pelos atores da época e chegou a ser publicado no *A Luta Democrática: Um jornal de*

¹²⁴ Miriam Limoeiro Cardoso é doutora em Sociologia pela USP desde 1972 e foi afastada compulsoriamente da UFF e da UFRJ com base no Ato Institucional no 5, em 26 de abril de 1969. Foi professora visitante da Universidad Nacional Autónoma de México em 1973 e professora da FGV-RJ e da PUC-RJ, entre 1966 e 1980. Após o regime militar, Miriam retomou a atividade docente na universidade pública e atualmente é professora aposentada da UFF e da UFRJ.

¹²⁵ Roberto Machado foi um dos nomes mais renomados na filosofia brasileira, tendo feito graduação na Universidade Católica de Pernambuco e mestrado (1969) e doutorado (1981) na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Roberto concluiu seu pós-doutorado na Universidade de Paris VIII, com Gilles Deleuze, em 1985/1986. No currículo também está a passagem pela Universidade de Heidelberg, como ouvinte, entre 1969 e 1970, além de vários estágios no Collège de France, sob orientação de Michel Foucault, entre 1973 e 1980. Machado se tornou um dos principais responsáveis pela recepção no Brasil do pensamento de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Gilles Deleuze. Era professor aposentado da UFRJ, mas teve passagem em instituições como UFPB, PUC-Rio e no Instituto de Medicina Social da UERJ.

¹²⁶ José Nilo Tavares foi professor titular de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor associado da mesma cadeira da PUC-Rio. Livre docente na sua área de competência profissional, fez o seu pós-doutoramento na Itália. Ocupou altos cargos de administração acadêmica, entre eles o de Diretor do CNPq, logo após a quebra do ciclo militar, durante o governo José Sarney.

*luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ)*¹²⁷, que divulgou que era sabido que “os departamentos da PUC ligados à produção e transmissão de conhecimentos no campo de Filosofia e das Ciências Sociais sempre foram extremamente visados pela comunidade de segurança e informação como focos de tendência esquerdistas”. Além disso, ainda de acordo com o jornal, as demissões feriam o contrato assinado com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), já que uma das pesquisas financiadas pela agência, que só terminaria em 30 de abril, teve que ser suspensa por causa da demissão de uma professora envolvida.¹²⁸ Tal colocação conversa com o divulgado em comunicado dos pesquisadores do Programa de Pesquisas em Saúde do Departamento de Sociologia e Política, que expôs que Miriam Limoeiro, uma das professoras demitidas, era a coordenadora-geral do programa, que vinha sendo desenvolvido desde abril de 1979 sob o patrocínio da FINEP e tinha sido um dos poucos entre os financiados pelo órgão que receberam complementação de recursos nessa fase de dificuldades financeiras generalizadas que o país atravessava¹²⁹, não parecendo fazer sentido, portanto, demitir justamente a coordenadora do projeto.

Foi sob essas circunstâncias que os docentes da Universidade declararam greve pela readmissão dos professores demitidos. Somaram também a greve uma reivindicação por reajuste salarial, já que havia há algum tempo um descontentamento por parte dos professores pela situação de diferença salarial entre os departamentos da Universidade. O Centro Técnico Científico (CTC) tinha financiamento FINEP e por isso os professores de lá recebiam salários maiores que os que lecionavam no Centro de Ciências Sociais (CCS) ou no Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH). Para a ADPUC isso caracterizava “um distanciamento que a Universidade ia assumindo em relação aos seus propósitos iniciais”.¹³⁰ Isso porque a PUC-Rio foi fundada como uma universidade das humanidades e essa hipervalorização da área técnico-científica expressava um gradual menosprezo pelas ciências sociais e humanas – realidade essa que não

¹²⁷ Um precedente perigoso. **A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ)**. 11-12 de janeiro de 1981. Luta.

¹²⁸ Greve para PUC em protesto contra demissão de mestres. **Tribuna da Imprensa**, p.5, 12 de março de 1981. Rio de Janeiro.

¹²⁹ Comunicado dos pesquisadores do Programa de Pesquisas em Saúde do Departamento de Sociologia e Política. 1981. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/departamentos/cronosociologia.htm> Acesso em 15 junho de 2022.

¹³⁰ CAVALCANTE, Berenice; CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit.

estava restrita apenas ao âmbito puquiano, já que a Reforma Universitária empreendida pelos militares tinha um projeto político-ideológico com ênfase no ensino técnico e tecnológico e não necessariamente público e gratuito (MOTTA, 2014).

Apesar de ser antiga essa insatisfação salarial, foi em 1981 que a questão se generalizou, visto que o aporte de verba da FINEP foi cortado, levando o CTC e, por conseguinte, a PUC-Rio a entrar em uma crise financeira. Um panfleto publicado pelo DCE em 1981¹³¹, que trazia informações sobre a situação financeira dos Centros da Universidade, resumiu bem a situação, utilizando a característica ironia estudantil: “CTC – a menina dos olhos está ficando vesga”. Nesse sentido, o que os associados da ADPUC propuseram foi que houvesse uma aliança entre os Centros, no qual seria preciso que o CTC abrisse mão da sua primazia, mas que beneficiaria toda a Universidade. Outras reclamações dos professores foram também a mudança de órgãos consultivos para deliberativos e o reconhecimento imediato da ADPUC pela Administração Central da PUC-Rio.

A greve foi declarada no início do mês de março e durou 28 dias. Com pausa de uma semana, teve seu término no dia 26 de maio, o que atrasou o começo do ano letivo. O corpo discente integrou a luta e trouxe suas próprias reivindicações, como a redução nos preços das mensalidades e do Bandejão. Notícias estamparam jornais de grande circulação da cidade, alguns a favor e outros contra as reivindicações. Como já mencionado, a *Tribuna da Imprensa* mostrou-se simpática à causa dos professores. O *Jornal do Brasil*, por outro lado, em matéria com títulos tendenciosos como “Perigo Potencial”¹³² e “Resíduo Radical”¹³³, publicou que os professores queriam instituir um “poder paralelo que cindiria a Universidade ao meio, além de deturpá-la em sua essência” e que seria impossível para a reitoria “entrar em diálogo como uma associação que não pode existir nos termos em que está proposta”.¹³⁴

De acordo com a própria visão dos professores publicada no *Boletim da ADPUC*, a atuação da ADPUC não foi integralmente caracterizada por grande

¹³¹ Panfleto “CTC - a menina dos olhos está ficando vesga”, assinado pelo DCE da PUC-Rio. 1981. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹³² Perigo Potencial. *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1981, p.1.

¹³³ Resíduo Radical. *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1981, p.1.

¹³⁴ Perigo Potencial. *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1981, p.1.

mobilização. No artigo *PUC e ADPUC: faces de um mesmo impasse*, a ação da Associação é definida como “espasmos periódicos”, com a presença de

“momentos gloriosos” em sua história: [...] são atuações episódicas que são reações àquilo que é entendido como atitudes que ferem frontalmente o livre exercício de pensamento e crítica no interior da PUC, não há estímulo a um estado permanente de intervenção organizada no cotidiano da Universidade.¹³⁵

O ano de 1981 parece ter sido um desses momentos gloriosos, quase como a versão docente do ano de 1977 para os estudantes. Foi curioso, inclusive, observar que alguns entrevistados apontaram 1981 como o ano de fundação da ADPUC, mostrando que, assim como descreve Le Goff (1996), a memória é fiel e móvel, sendo um cruzamento entre a lembrança e o esquecimento. E, mais do que uma lembrança que pode ter sido impactada por conta da passagem do tempo, parece mostrar mais um sentimento da época, já que uma matéria do *Jornal do Brasil*, de 1981, cita a ADPUC como a “recém-formada associação de professores da PUC”.¹³⁶

A greve, em um primeiro momento, não conseguiu êxito na sua proposição maior, visto que os professores não voltaram a ser contratados. Porém, a atuação da ADPUC criada na ditadura militar, mesmo que tenha sido em “espasmos periódicos”, obteve conquistas que são usufruídas até hoje, 45 anos depois da sua fundação, como, por exemplo, as mudanças nas cláusulas de admissão e demissão de professores, que passaram a dar maior importância de decisão aos órgãos colegiados da Universidade, e também o estabelecimento do chamado Modelo PUC, que visa uma integração harmônica entre ensino, pesquisa e sociedade. Cabe fazer um parêntese temporal e ressaltar que não parece ser por acaso o fato de que em 2019 os professores da PUC-Rio decidiram refundar a ADPUC. De acordo com Henrique Estrada Rodrigues, um dos professores a frente do projeto, o desejo por retomar as atividades da Associação veio por conta da conjuntura política e econômica do momento, com a eleição da extrema direita com Jair Bolsonaro à Presidência da República e os sucessivos cortes na educação feitos pelo novo governo.¹³⁷

¹³⁵ CAVALCANTE, Berenice; CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit.

¹³⁶ Perigo Potencial. *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1981, p.1.

¹³⁷ REYS, Juan. Assembleia aprova por unanimidade a refundação da ADPUC. *Jornal da PUC*, 25 de março de 2019. Disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=10708&sid=29>> Acesso em

Um outro “momento glorioso” do qual a ADPUC parece ter tido relevância foi na criação do *Comitê Pró-Diretas PUC*, juntamente com o DCE, a APG e a AFPUC. Com o objetivo de reunir a comunidade universitária puquiiana na luta para eleições livres e diretas, os estudantes, professores e trabalhadores da Universidade faziam encontros periódicos para organizar a oposição no âmbito da PUC-Rio. O contexto era o da ampliação do movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República, iniciado em maio de 1983 e que ganhou dimensões mais amplas nos primeiros meses de 1984, com a mobilização de milhões de brasileiros por conta da campanha de sucessão do governo do general João Batista Figueiredo. Assim como exposto por Moreira¹³⁸, a ideia do retorno de eleições diretas para presidente tinha começado a tomar força em 1982, quando o governo Figueiredo restabeleceu as eleições diretas para os governos estaduais. Em março do ano seguinte, o deputado federal Dante de Oliveira apresentou ao Congresso Nacional uma emenda constitucional que propunha o fim do Colégio Eleitoral e o retorno das eleições diretas para presidente e vice-presidente para as eleições seguintes, previstas para 1985. Tal perspectiva instigou a oposição que tomou as ruas e praças das cidades brasileiras em 1984. Dentre as manifestações populares, vale destacar a acontecida em 10 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda. No Rio de Janeiro, o Comício da Candelária reuniu milhares de pessoas e, de acordo com Moreira, “foi considerado, na ocasião, de proporções inéditas nas manifestações político-populares da história do Brasil, chegando a se falar no comparecimento de um milhão de pessoas na região da Candelária”.¹³⁹ Na PUC-Rio, segundo ao relatado por Gonçalves (2014), no dia da grande manifestação, o DCE saiu do campus em direção à Candelária em passeata pela rua Marquês de São Vicente, acompanhados por professores associados a ADPUC, carregando faixas e dizeres como “Liberdade de Expressão PUC” e “Diretas Já PUC”.

15 de novembro de 2021.

¹³⁸MOREIRA, Maria Ester (s/d). **Verbete Diretas Já**. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro, CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>> Acesso em: 01 de junho de 2022.

¹³⁹ Idem.



Figura 8: Passeata em apoio à campanha pelas “Diretas Já” sai do campus da PUC-Rio em direção à rua Marquês de São Vicente, 10 de abril de 1984. Fotógrafo Antônio Albuquerque. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio



Figura 9: Passeata em apoio à campanha pelas “Diretas Já” ocupa a rua Marquês de São Vicente, na Gávea, 10 de abril de 1984. Fotógrafo Antônio Albuquerque. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

Nas fotos acima, conseguimos ver como não apenas ir ao grande Comício no Centro da cidade, os movimentos de resistência puquianos fizeram questão de manifestar-se primeiro no campus da Universidade, como mostra a primeira imagem, e na região do seu entorno, como mostra a segunda foto. Tanto para os professores como para os estudantes ocupar o espaço físico da PUC-Rio era, mais do que um anseio, uma necessidade, e será justamente o assunto do próximo capítulo.

Neste capítulo vimos que o imaginário social da PUC-Rio como um lugar de maior liberdade de fato tem um porquê de existir e foi influenciado tanto pela presença da direita no movimento estudantil puquiano no início do regime militar, como também pela relação da universidade com a Igreja Católica. Foi buscado mostrar, entretanto, que, mais do que apenas marcado pela liberdade, a relação dos movimentos de oposição puquianos com a reitoria e com os militares foi perpassada por contradições. Vimos também que, apesar de os estudantes terem saído na vanguarda e do ME puquiano ter sido um dos grandes atores da luta regional contra a ditadura, os professores também engrossaram essa oposição e somaram ao movimento maior de resistência suas próprias reivindicações. A atuação da ADPUC foi, inclusive, utilizada aqui como um exemplo das contradições puquianas.

3.

A construção e produção dos espaços da PUC-Rio pelos movimentos de resistência universitária

Este capítulo visa discutir como o espaço da PUC-Rio foi construído e produzido socialmente durante o período da ditadura militar e de que forma a memória atua sobre essa elaboração. O lugar simbólico ocupado pela Universidade discutido no primeiro capítulo fez com que o seu espaço fosse fisicamente preenchido também. Serão examinadas de quais formas esses movimentos de resistência usufruíram do espaço da Universidade e de que maneira esses espaços foram eles próprios também agentes na luta de oposição. Com isso, objetiva-se mostrar que, cada qual à sua maneira, os espaços da PUC-Rio foram não apenas cenário, mas parte ativa na construção de identidades sociais de determinados sujeitos individuais ou coletivos. Diante disso, foram escolhidos alguns espaços da PUC-Rio que foram ocupados pelo movimento estudantil e pelo movimento docente durante o regime de exceção: os pilotis, a Vila dos Diretórios, os auditórios B1 e B2 e o Bandeirão. A partir dessa seleção, pretende-se realizar uma análise da espacialidade dos movimentos de resistência puquianos.

3.1

A produção e a construção do espaço

A questão do espaço enquanto uma categoria de análise ganhou mais atenção dos estudiosos a partir de meados da década de 1990, com a chamada “virada espacial” – de início, uma preocupação dos geógrafos, a questão espacial se ampliou pelos demais campos das ciências sociais e humanas. Diversos pesquisadores de diferentes áreas expressaram seu descontentamento em relação a como o espaço era tratado na academia: para Henri Lefebvre (2013), o espaço não poderia mais ser entendido como um meio vazio, contendor indiferente ao conteúdo; para Mike Savage (1996), ele não podia ser visto como um cenário passivo para o processo social; Margaret Rodman (2003) argumentou que os lugares não eram recipientes inertes; já Gupta e Ferguson (1997) defenderam que o espaço não é uma grade neutra sobre a qual a diferença cultural, a memória

histórica e a organização social são inscrita; Paul Stock (2015), por sua vez, sustentou que o espaço não é algo fora da história.

A partir disso, dois grandes vieses pautaram os estudos espaciais, um focado na produção social do espaço e outro na construção social do espaço. A metodologia da produção social do espaço encara o planejamento e o desenvolvimento do espaço a partir de fatores econômicos, políticos e históricos (LOW, 2016). Henri Lefebvre é um dos nomes mais importantes dessa perspectiva. Com fortes influências do marxismo, o autor argumenta que o modo de produção capitalista se tornou tão bem-sucedido não apenas por possuir os meios de produção, mas também por ocupar e produzir espaço. Nesse sentido, Lefebvre (2013, p.125) argumenta que o espaço precisa ser visto como um produto, ou seja, não como algo que existe em si mesmo, mas como produzido socialmente, e “enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção”. Dessa forma, o espaço precisa ser considerado como envolto nas contradições da realidade social e só pode ser compreendido no contexto dessa sociedade que o produz.

O autor divide o espaço em três categorias: espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido. O primeiro diz respeito ao “espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais e até um certo tipo de artistas próximos à cientificidade” (LEFEBVRE, 2013, p.97). Seria o espaço que teria sido planejado, por meio de normas técnicas e que, mesmo que seja apresentado como neutro, normatiza o que os cidadãos podem ou não fazer. Para Lefebvre, no capitalismo, o espaço concebido serve não apenas para manutenção da desigualdade social, mas para seu aprofundamento. Já o espaço vivido está relacionado com o campo das imagens e dos símbolos:

é, pois, o espaço dos moradores, dos “usantes”, mas também de certos artistas e talvez daqueles romancistas e filósofos que descrevem e só aspiram a descrever. Trata-se do espaço dominado, isto é, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar. Recobre o espaço físico usando simbolicamente seus objetos. Por conseguinte, esses espaços de representação mostrariam uma tendência (de novo, com as exceções precedentes) aos sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 2013, p.98).

O espaço percebido, por sua vez, está relacionado com a prática social, articulando a realidade cotidiana e a urbana (Lefebvre, 2013). Em outras palavras, seria o resultado de uma articulação entre o que foi concebido e o que é vivido pela população. Mas, mais do que delimitar espaço em uma dessas três categorias, o que Lefebvre procura mostrar é que elas são indissociáveis, sendo o espaço, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido, ainda que em determinado momento uma dessas categorias possa ser mais visível do que as outras.

Outro autor que compartilha com a visão de produção social do espaço é Mike Savage. O sociólogo expõe sua insatisfação com trabalhos que atribuem um papel insignificante para o espaço, que o entendem como “cenários, ou molduras, em que o historiador poderia delinear processos de seu interesse e eles não eram importantes em suas próprias prerrogativas” (SAVAGE, 2011, p.21). Para Savage seria importante entender que o espaço não é um cenário passivo para o processo social, mas que ele está ativamente envolvido no processo de construção das identidades sociais. Setha Low sintetiza essa abordagem da produção social do espaço como

um método poderoso para vincular processos macro e microssociais, gerando evidências empíricas de como os objetivos sociais e políticos de um grupo estão implicados na produção de um ambiente material que restringe recursos e acesso a bens públicos para a maioria dos moradores pobres e da classe trabalhadora. A produção social também oferece um meio para entender por que um lugar está em um determinado local, como ele se desenvolveu em sua forma atual e como mantém e acomoda poder e relações sociais desiguais (LOW, 2013, p.66, tradução nossa)

No entanto, Low ressalta que há limitações nessa interpretação, já que não dá atenção à capacidade das pessoas de dar sentido e apropriar-se do espaço cotidiano vivido. É nesse sentido que entra a metodologia da construção social do espaço, que dá importância à influência dos significados individuais, intenções, pensamentos e sonhos. Essa abordagem “inclui as transformações e contestações que ocorrem através das interações sociais das pessoas, memórias, sentimentos, imaginações e usos diários – ou falta deles – que são transformados em lugares, cenas e ações que transmitem significados particulares” (LOW, 2013, p.68, tradução nossa).

Os estudos de Margaret Rodman são um ótimo exemplo dessa abordagem. A antropóloga procura mostrar como os lugares têm múltiplos significados que são construídos espacialmente, com influência das realidades físicas, emocionais e experienciais que os lugares guardam para seus habitantes em momentos específicos. Nesse sentido, para a autora, seria a hora de reconhecer que os lugares, da mesma forma que as vozes, são locais e múltiplos: “para cada habitante, um lugar tem uma realidade única, em que o significado é compartilhado com outras pessoas e lugares” (RODMAN, 1992, p.643, tradução nossa). Rodman traz a ideia de multilocalidade para expressar como um único lugar pode ser experimentado de formas distintas e há disputas e tensões entre diferentes atores e interesses na construção do espaço que devem ser exploradas. É dever do pesquisador, então, reconhecer que as pessoas que estudam estão construindo seus próprios espaços, que não são “simplesmente cenários de ação social, nem meros reflexos da sociedade” (RODMAN, 1992, p.652, tradução nossa). São, na verdade, “construções politizadas, culturalmente relativas, historicamente específicas, locais e múltiplas” (RODMAN, 1992, p.641, tradução nossa).

Após o breve resumo teórico, pensaremos como a PUC-Rio e seus diferentes espaços foram produzidos e construídos socialmente durante o período da ditadura militar pelos militantes de resistência. Cabe ressaltar, porém, que, apesar desses lugares terem sido apropriados pelos movimentos estudantil e docente, não significa que não houvesse disputas e que os setores da direita não os tenham também ocupado. Além disso, não é porque faziam parte de um mesmo movimento e partilhavam experiências e características em comum, que todos os militantes percebiam esses espaços de maneira idêntica.

3.2

A PUC-Rio

Hoje quando falamos em Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ou melhor – como é mais conhecida no vocábulo popular –, PUC-Rio, podemos estar nos referindo a diferentes espaços. O mais conhecido, é claro, é o campus principal, localizado na Rua Marquês de São Vicente, número 225, no bairro nobre da zona sul carioca, a Gávea. No entanto, muito por conta da

Coordenação Central de Extensão (CCE), a Universidade também se faz presente em outras regiões do Rio de Janeiro, com os pólos nos bairros de Botafogo e Centro e no município vizinho de Duque de Caxias. Mesmo na Gávea, a PUC-Rio não se limita apenas à Marquês de São Vicente, já que detém outros prédios nos arredores, como é o caso da Casa de Medicina, que fica na Estrada da Gávea.

Em 1940, a PUC-Rio era apenas um projeto, coordenado, sobretudo, por Dom Sebastião Leme, então Cardeal do Rio de Janeiro. As Faculdades Católicas se instalaram inicialmente no Palacete Joppert, na rua São Clemente, no bairro de Botafogo, ao lado do Colégio Santo Inácio, em 1941. No entanto, o projeto ia além das paredes do Palacete:

Desde os primeiros anos o fundador e primeiro reitor, Padre Leonel Franca S.J., buscou junto ao Governo Federal um local adequado à construção da Universidade, de forma a que esta pudesse ser uma referência nacional, abranger todas as áreas de conhecimento e atuar no fortalecimento do catolicismo no Brasil. O presidente Getúlio Vargas manifestou-se favorável à doação de terrenos da União. Foram oferecidos terrenos em São Cristóvão, no Caju, em Duque de Caxias, entre outros, todos considerados inadequados. O Padre Franca propôs ocupar terrenos na Praia Vermelha ou no Jardim Botânico que, porém, já estavam reservados para outros usos. Durante algum tempo a solução pareceu ser a construção de prédios em terrenos disponíveis na Esplanada do Castelo, no Centro do Rio, que atenderiam à intenção de que a Universidade fosse acessível em termos de transportes. Diversas dificuldades levaram a que estes terrenos fossem vendidos. Mesmo sem uma solução definitiva iniciou-se em 1947 uma campanha nacional de arrecadação de fundos para a construção da Universidade (GORGÔNIO, 2014, p.40).

A PUC-Rio só passou a ocupar a Gávea no ano de 1955. Como mostram as negociações entre Padre Franca¹⁴⁰ e Getúlio Vargas, o espaço que seria ocupado

¹⁴⁰ Padre Leonel Edgard da Silveira Franca (1893 -1948), conhecido como padre Leonel Franca, ou padre Franca, foi um jesuíta com intensa atuação política e religiosa. Era muito próximo do cardeal dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e um dos principais líderes católicos da primeira metade do século XX no Brasil. Juntos dedicaram-se à defesa das ideias da Igreja Católica na área educacional. Com a autorização governamental para o funcionamento das Faculdades Católicas em 1940, padre Franca foi nomeado Reitor e dedicou-se integralmente à construção física e acadêmica do que viria a ser a PUC-Rio. Participou ativamente nas negociações com o Governo Federal para a doação de terrenos para a construção do campus universitário. Padre Franca não chegou a ver o sonho de um campus adequado para a Universidade plenamente realizado, pois a solução definitiva, com a aquisição dos terrenos na Gávea, só ocorreu após a sua morte em 1948. Para mais informações, acesse: <http://nuclodememoria.vrac.puc-rio.br/reitor/padre-leonel-edgar-da-silveira-franca-sj>, acessado em 24 de junho de 2022.

pelo campus foi marcado por disputas desde antes de existir fisicamente. De lá até os dias atuais, conflitos pela ocupação da Universidade e de seus diferentes espaços estiveram sempre presentes, cada época à sua maneira.

A região da Gávea era, no fim do século XIX, com o surto industrial experimentado pelo Rio de Janeiro naquele momento, uma das áreas mais industrializadas da cidade, com a presença de muitas fábricas (AZEVEDO, 2014). Os operários que ali trabalhavam buscavam moradias próximas em vilas – como foi o caso da Vila dos Diretórios da PUC-Rio –, casas de cômodos e, posteriormente, nas favelas. Nas primeiras décadas do século XX a região era considerada um subúrbio, no qual as fábricas conviviam com chácaras de famílias abastadas (GORGÔNIO, 2011). A partir da década de 1930 a região passou a adquirir mais rapidamente ares burgueses (AZEVEDO, 2014).

Assim como aponta Elizabeth Dezouart Cardoso (2011), o termo “zona sul” corresponde mais do que uma simples referência geográfica, estando relacionado a um ideal de “utopia urbana”, sendo visto no imaginário social como “local belo, de alto status, de cosmopolitismo, de elegância, de lançamento de modas e modernidade” (p.38), assim como mostra esse texto publicado no jornal *O Cruzeiro*, em 1953:

A zona sul, que começa propriamente no Flamengo, é a civilização do apartamento, e das praias maliciosas, do traje e dos hábitos esportivos, da ‘boite’ e do pecado à meia-luz, dos enredos grã-finos, do ‘pif-paf’ de família, dos bonitões de músculos à mostra e dos suculentos brotinhos queimados de sol, dos conquistadores de alto coturno e de certas damas habitualmente conquistáveis, do ‘short’, do blusão e do ‘slack’, dos hotéis de luxo (e de outros de má reputação) e dos turistas ensolarados. O Rio cosmopolita está na zona sul, onde uma centena de nacionalidades se tropicalizam à beira das praias.¹⁴¹

Entretanto, a autora destaca que o termo zona sul demorou a ser definitivamente incorporado na toponímia da cidade, tendo acontecido com o crescimento de novos bairros – como Copacabana, Ipanema e Leblon – e com a modificações de bairros mais antigos, com a expulsão das fábricas e a gentrificação da região – entre eles, Jardim Botânico, Gávea e Laranjeiras. De

¹⁴¹ Gomes, Pedro. Dois mundos Opostos do Rio, *O Cruzeiro*, 3/01/1953 apud CARDOSO, 2010, p. 81.

acordo com Cardoso (2011), nas primeiras décadas do século XX, o topônimo zona sul incluía apenas os novos bairros, chamados pela Revista Beira-Mar como “aquém túneis”, ocupados por membros de camadas de alta renda em suas casas e apartamentos modernos.

Com o passar dos anos, outros bairros que nem sequer eram banhados pelas praias – como Laranjeiras, Jardim Botânico e Gávea – foram sendo incorporadas no topônimo, por meio do que a autora chamou de mimetismo: “na intenção de valorizar outras áreas, o topônimo Zona Sul foi se estendendo para outros bairros de ocupação mais antiga, contíguos àqueles, e que, depois da década de 1960, quando se construíram os túneis Rebouças e Santa Bárbara, passaram a ser ‘aquém túneis’ também”(CARDOSO, 2011, p.53). No entanto, a autora ressalta que durante muito tempo o entendimento de o que era zona sul não estava delimitado:

o termo “zona sul” surgiu localmente, incorporando-se lentamente ao cotidiano de uma porção mais vasta da população e se firmando, não apenas como topônimo, mas também em seus limites geográficos mais amplos, até chegar ao que hoje é considerado como “Zona Sul”, durante a década de 1950, culminando com sua elevação ao status de conceito “científico” e incorporação definitiva ao “jargão” geográfico em princípios da década de 1960. Os trabalhos dos geógrafos vieram apenas consagrar uma divisão da cidade que vinha sendo construída havia algumas décadas pelos seus moradores e a mídia (CARDOSO, 2011, p.53).

Então, quando a Universidade Católica passou a ocupar o bairro da Gávea, a região não estava consolidada como parte da “zona sul”. De acordo com Gorgônio (2011), um dos fatores que contribuiu para a escolha da Gávea como local para a construção da Universidade foi o fato do bairro ser visto como uma “oportunidade de adquirir terrenos desvalorizados próximos à zona sul, onde moravam a maioria dos professores e alunos” (GORGÔNIO, 2011). O terreno ocupado pelo campus da Gávea da PUC-Rio é a junção de diversas chácaras e, com o passar dos anos, foi se expandindo e acompanhando as mudanças e o crescimento do bairro: “os seus pilotes, pilares físicos e simbólicos da universidade, assistiram a chegada de novos vizinhos, assim como se despediu de outros, como as fábricas instaladas no bairro” (SANTOS, 2014).

Um dos casos exemplificativos do processo de gentrificação do bairro da Gávea, a PUC-Rio acompanhou de perto. Próximo a um dos prédios da Universidade, o Cardeal Frings, existia o chamado Parque Proletário da Gávea – onde atualmente estão localizados o Núcleo de Competência em Petróleo, o Ginásio, o Instituto Gênese e o estacionamento da Universidade (SANTOS, 2014). O conjunto habitacional foi construído em 1942 e fazia parte do programa *Parques Proletários*, de Getúlio Vargas. O lugar era visto como uma moradia provisória para os moradores retirados do Largo da Memória, uma favela que ficava entre os bairros do Leblon e Lagoa, até que casas definitivas ficassem prontas (MILLEN, 2018). O local de destino dos moradores seria o Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente, conhecido atualmente como Minhocão. No entanto, foram poucas as famílias que conseguiram de fato um apartamento no Conjunto Marquês de São Vicente – grande parte dos moradores foram para regiões mais afastadas da cidade, como a Cidade de Deus, na zona oeste do Rio de Janeiro. Com o decorrer dos anos, o Parque Proletário da Gávea foi abandonado pelo poder público e iniciou um processo de favelização. Na década de 1960, com o projeto remocionista de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, o Parque passou pela primeira onda de remoções (DUARTE, 2019). O discurso oficial era que retirada desses moradores tinha como objetivo a salubridade da cidade e também era uma forma de combate ao comunismo, já que locais marginalizados eram vistos como subversivos e com predisposição a ser base para a esquerda (HERING apud DUARTE, 2019). O conjunto habitacional foi demolido totalmente nos anos 1970 e o terreno foi doado para a PUC-Rio, como uma forma de compensação pela outra parte do terreno da Universidade que foi cedido para a construção do túnel que ligaria a Lagoa à Barra da Tijuca.

Para entender, então, o que era a PUC-Rio na ditadura militar é preciso, assim como destaca Lefebvre (2013), não a considerar um espaço vazio, contentor indiferente ao conteúdo, entendendo que há uma história anterior daquele espaço que o fez ocupar aquele território e apresentar determinadas características no período analisado. A Universidade foi concebida a partir de um planejamento arquitetônico que, pelo menos em algum nível, objetivava normatizar as ações dos seus alunos, mas também foi percebida e vivida pelos seus usuários de diferentes formas. O próprio espaço da Universidade interviu na sua produção social, como também a ação de indivíduos e de forças além do controle individual o fizeram. É

válido, então, destacar que não há aqui a pretensão de produzir uma narrativa única sobre a Universidade, já que cada ator social – mesmo com a existência de experiências compartilhadas – tem uma trajetória específica e, portanto, significa os espaços também de forma singular. O entendimento de determinado espaço é situacional e contrastivo e as narrativas desses lugares podem, e de fato são, concorrentes e sobrepostas (RODMAN, 1992).

Ao entendermos a PUC-Rio como parte da luta social, e não apenas um cenário, podemos pensar como seu espaço estava envolvido na construção das identidades sociais dos membros da comunidade universitária puquiiana. Desde o início das negociações com o Estado, a Igreja queria que a Universidade Católica ocupasse um território próximo a zona sul, porque seria onde estariam seus alunos e professores, tendo negado os terrenos oferecidos em São Cristóvão, no Caju e em Duque de Caxias. A delimitação do espaço que seria a PUC-Rio, portanto, é fruto de uma produção social que planejava a Universidade para uma classe social em específico. Entretanto, como veremos, a experiência do espaço é diferente do projeto desse espaço.

3.3

Os Pilotis



Figura 10: Obras de construção da Ala Frings do Edifício da Amizade. Novembro de 1964. Acervo Núcleo de Memória.

Assim como aponta a historiadora Margarida de Souza Neves, “existem espaço que condensam os múltiplos sentidos da história da qual fazem parte e assumem a função de símbolos de um todo maior ao qual pertencem”, como é o caso dos pilotis da PUC-Rio:

Fotografados em todos os ângulos; transformados em logomarca oficial da Universidade; retomados, relidos e recriados em múltiplas formas, os pilotis são um dos elementos mais fortes da identidade visual da PUC-Rio e, de certa forma, transformaram-se em metonímia desta Universidade.¹⁴²

Durante os anos de existência do campus da PUC-Rio da Gávea, os pilotis foram apropriados de diversas maneiras, mesmo que muitas delas não tenham sido planejadas durante o projeto de construção dessas estruturas. Por meio de fotografias, das matérias jornalísticas e dos relatos orais é possível perceber que muitos dos principais eventos da Universidade aconteceram nos pilotis. A

¹⁴² NEVES, Margarida. **Os Pilotis** - A Ágora da PUC-Rio. Núcleo de Memória da PUC-Rio. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/tempo-no-espaco/lugares-memoria/pilotis-agora-da-puc-rio.html>>, acessado em 20 de junho de 2022.

ocupação desse espaço pelos movimentos de resistência universitária na luta contra a ditadura militar é apenas um dos inúmeros exemplos.

O arquiteto francês Le Corbusier foi o grande entusiasta da utilização de pilotis na construção arquitetônica nas décadas de 1920 e 1930. Ele defendia que eles eram uma saída para resolver o problema de falta de espaço e de moradias na Europa, como também para melhorar a circulação e a higiene das grandes cidades (GONÇALVES, 2008). Em concordância com Le Corbusier, o projeto arquitetônico do campus da PUC-Rio via os pilotis apenas com a funcionalidade de sustentar os blocos no ar e gerar um ganho de espaço para circulação. Esse espaço livre que os pilotis geram no térreo das construções favoreceu e possibilitou que eles fossem preenchidos de diferentes formas ao longo dos anos, tornando-os parte ativa na produção da história da Universidade.

Paul Stock aponta como o próprio espaço pode influenciar as ações e moldar os eventos. Segundo o autor, a forma como os espaços são construídos usando materiais físicos geram consequências:

Nesse sentido, o espaço não é apenas um produto contingente de forças históricas abstratas; em vez disso, também pode desempenhar um papel na formação de práticas históricas, porque permite e restringe a ação. Lief Jerram expressa isso de forma incisiva: se a materialidade “age por si mesma”, então as “disposições materiais” dos espaços podem “forçar, habilitar, delimitar e prevenir”. A questão aqui é que o espaço não é simplesmente outra expressão da experiência histórica; em vez disso, replica, impõe ou gera novas categorias de, digamos, gênero ou política (STOCK, 2015, p.5, tradução nossa).

Porém, Stock (2015, p.12, tradução nossa) destaca que não há um determinismo espacial, ou seja, “que supostas características espaciais inevitavelmente direcionam certos resultados”. Para ele,

o espaço pode muito bem ter “aspectos generativos”, mas isso não significa que os espaços ajam em si mesmos, ou que qualidades espaciais essenciais necessariamente estruturam a atividade – apenas que as características materiais dos espaços podem influenciar crenças e práticas, assim como crenças e práticas podem moldar concretos espaços (STOCK, 2015, p.13, tradução nossa).

Nesse sentido, cabe pensar como a estrutura dos prédios da PUC-Rio, construídos em grandes pilastras que os sustentam e o espaço livre criado por elas, foi significativa e permitiu a ação dos militantes parte dos movimentos de

resistência, assim como de outros atores sociais ao longo do tempo. Apesar de não ter sido planejada com esse objetivo, a arquitetura dos pilotis possibilitou que os movimentos de resistência usassem o espaço como palco de grandes manifestações e assembleias, como mostruário de faixas e cartazes de protestos e local no qual eram dispostas as urnas para as eleições do Diretório Central de Estudantes. Dessa forma, mais do que um mero cenário passivo, os pilotis foram, e ainda são, parte atuante de diferentes lutas sociais.

Durante o período aqui analisado, foram diversas as vezes que o movimento estudantil se apropriou de diferentes maneiras do espaço dos pilotis. A seguir, seguem alguns registros fotográficos dessas apropriações, entre elas, protestos políticos, votações eleitorais e performances artísticas:



Figura 11: Manifestação estudantil nos pilotis da PUC-Rio em 1968. Acervo Núcleo de Memória.



Figura 12: Eleição para o DCE da PUC-Rio. Outubro de 1978. Acervo Núcleo de Memória.



Figura 13: Performance teatral durante a campanha das chapas para o DCE. 1979. Acervo Núcleo de Memória.



Figura 14: Chegada de Miguel Arraes, cercado por alunos, nos pilotis. 1979. Acervo Núcleo de Memória.

Assim como expôs Angélica Müller (2021), o ME precisou usar de repertórios de ações distintos de acordo com as diferentes conjunturas nacionais. Na PUC-Rio, seja qual fosse a época e seja qual fosse a estratégia adotada, os estudantes puquianos ocuparam o espaço dos pilotis, conforme os exemplos fotográficos anteriores. Não parece ter sido por acaso que, no simbólico ano de 1977, foram nos pilotis que aconteceram as grandes manifestações estudantis cariocas. Nem mesmo as diversas proibições da reitoria foram empecilho para os estudantes ocuparem esse espaço. Em 1981, por exemplo, quando os estudantes organizaram ato público nos pilotis, o reitor padre Mac Dowell, ao saber da pretensão dos estudantes, encaminhou carta para o DCE na qual explicitou que manifestações de natureza político partidárias não eram permitidas nos pilotis, mas sugeriu que o evento fosse feito em algum recinto fechado da Universidade.¹⁴³ Mesmo com a proibição, os estudantes fizeram o ato no pilotis. Aqui podemos ver o significado que o espaço do pilotis tinha por dois ângulos distintos: um deles, era o dos estudantes, que, mesmo com outras opções não proibidas, optaram pela desobediência, não somente pelo símbolo que o pilotis representava para eles, mas também pela maior liberdade que a sua estrutura permitida; já, pela perspectiva da reitoria, podemos notar que a administração

¹⁴³ Carta do reitor Pe. Mac Dowell para o presidente do DCE da PUC-Rio. 9 de dezembro de 1981. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

central também via o pilotis como um espaço emblemático, visto que fazem questão de ressaltar que especificamente no pilotis não era permitido atos de natureza político-partidária – o que implica dizer que em outros espaços da Universidade eles seriam permitidos. Também em 1980, em um folheto do DCE¹⁴⁴, os estudantes, para reclamar de certa falta de movimentação dos alunos puquianos, expressaram: “os pilotis se tornam cada vez mais vazios”. Aqui, vemos que o espaço dos pilotis era tão significativo para os estudantes puquianos que sua ocupação servia de medida para mensurar o quão bem-sucedidos ou não estavam sendo eles na luta de resistência.

Outro episódio que mostra a importância que a comunidade universitária atribuía aos pilotis foi quando, em 1979, o político Miguel Arraes¹⁴⁵ foi impedido pela reitoria de palestrar nos pilotis, mesmo já havendo milhares de pessoas esperando por ele – os documentos citam de 2000 a 3000 pessoas.¹⁴⁶ Nos comunicados estudantis acerca desse episódio fica claro que os estudantes entendiam o pilotis como um espaço que eles não ocuparam naturalmente, mas o conquistaram por meio de lutas, e mais de uma vez o caso é descrito como uma forma que a reitoria teria encontrado para negar um espaço democraticamente já conquistado, que era o pilotis.¹⁴⁷

Nos termos de Lefebvre, podemos pensar que os pilotis foram concebidos a partir de determinado projeto racionalmente pensado. Entretanto, esse espaço foi vivido e percebido pelos movimentos de resistência de formas que foram além da funcionalidade com que ele foi criado. A produção dos pilotis no período da ditadura militar, então, perpassa pelos três âmbitos, desde a forma pela qual foi

¹⁴⁴ Publicação estudantil “Essa coisa toda”, publicado pelo DCE da PUC-Rio. 1981. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁴⁵ Miguel Arraes foi advogado, economista e político. Filiado ao Partido Social Trabalhista (PST), aliado do ex-presidente João Goulart, exercia seu primeiro mandato como governador de Pernambuco, quando, no dia 1º de abril de 1964, foi deposto pelo Exército brasileiro. Após o golpe militar, após passagem pela França e Chile, viveu em exílio por 14 anos na Argélia. Durante o período de exílio, continuou sendo vítima dos abusos da ditadura no Brasil, tendo a casa invadida por civis armados à procura de seus documentos pessoais e, mesmo em outro continente, foi condenado à revelia, pela Justiça brasileira pelo crime de subversão, em março de 1967, com pena prevista de 23 anos de prisão. Voltou ao Brasil em 1979, beneficiado pela anistia política. Para mais informações, acessar: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/miguel-arraes/>>, acessado em 10 de maio de 2022.

¹⁴⁶ O panfleto “A PUC está em greve” publicado pelo Centro Acadêmico de Comunicação da PUC-Rio, cita 2.000 mil presentes, já o panfleto do DCE cita 3.000 presentes. Ambos os documentos são datados de 1977 e foram encontrados no Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁴⁷ Panfleto “A PUC está em greve”, publicado pelo Centro Acadêmico de Comunicação da PUC-Rio. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

concebido durante sua construção lá em 1955, como também pela maneira que foi apropriado pelos usuários no período da ditadura.

Cabe pensar também que não apenas produzido, os pilotis foram também construídos socialmente durante o regime autoritário. É impossível dizer que para toda comunidade universitária os pilotis tinham o mesmo significado, já que cada indivíduo é influenciado por suas realidades físicas e emocionais na hora de perceber determinado espaço. Mesmo para os militantes esquerdistas essa significação não poderia ser uniforme, visto que, apesar de compartilhar experiências, as construções sociais de raça, classe e gênero são inscritas no espaço (LOW, 2016). É claro que determinada percepção poderia ser partilhada por uma grande maioria, mas jamais seriam totalizantes.

É válido ressaltar também que estamos pensando o significado dos pilotis durante o regime militar a partir do tempo presente, e, portanto, somos impactados pelas memórias que foram construídas sobre ele durante o passar do tempo – memórias essas que constroem novamente esse espaço, atribuindo-lhe novos significados. Não é nosso objetivo, e nem seria possível fazê-lo, abarcar todas as formas pela qual esse espaço foi construído, mas de fato entender que, tal como as memórias sobre os pilotis são múltiplas e influenciadas pelas dinâmicas de poder das forças históricas, políticas, econômicas e sociais, os significados desse espaço também o são (RODMAN, 2003). Para alguns, eles foram apenas um lugar de passagem; para outros, um ambiente de sociabilidade; alguns lembram deles como palco de eventos solenes; outros, como local de protestos políticos.

3.4

A Vila dos Diretórios Marielle Franco



Figura 15: Estudantes sentados na varanda da casa III da Vila, ocupada pelo Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca (Engenharia) - DAAF., em 1979. Fotografia de Alfredo Jefferson de Oliveira. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

Outro espaço atuante e importante para o movimento estudantil e para o movimento docente foi a Vila dos Diretórios – nome pelo qual ficou conhecida a partir dos anos 1960. Anteriormente a isso, e antes mesmo da construção do campus da PUC-Rio, as pequenas casas já ocupavam a região. A Gávea, como já mencionado, era considerada um subúrbio até as primeiras décadas do século XX, com a presença de muitas fábricas que “se beneficiavam do acesso fácil à água, dos preços baixos dos terrenos e do transporte regular para os operários pelas linhas de bondes” (GORGÔNIO, 2014, p.39). Os funcionários dessas fábricas, por sua vez, procuravam lugares próximos ao local de trabalho para morarem, como foi o caso das vilas, casas de cômodos e, posteriormente, das favelas que se formaram.

A vila que passou a fazer parte do terreno da Universidade foi uma dessas vilas operárias do Rio de Janeiro, que, na maior parte das vezes, seguiam o mesmo modelo:

pequenas casas padronizadas com uma casa mais imponente na entrada, que era ocupada pelo gerente da fábrica. Havia uma hierarquia na ocupação que possibilitava o controle dos subordinados pelo chefe, que podia ver o que acontecia não só na esfera profissional, mas também na vida pessoal dos empregados (MORANI, 2010, p. 9).

Enquanto as instalações do novo campus das Faculdades Católicas estavam sendo erguidas, as casas da Vila foram ocupadas por alguns funcionários da construção, e com a inauguração do campus em 1955, funcionaram ali alguns institutos, integrando definitivamente esse espaço às atividades acadêmicas (CORDEIRO, 2014). A partir dos anos 1960, a Vila começou a abrigar o Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos – daí o nome pelo qual atendeu até 2019, quando passou a se chamar Vila Marielle Franco¹⁴⁸. Naquele período, os estudantes passaram a realizar ali várias atividades culturais como teatro, cineclubes, exposições de arte, música e poesia. Exemplos de apropriações desse espaço pelos estudantes foram:

[...] o CUF (Centro Universitário de Fotografia), que era vinculado ao DCE, realizava eventos como as FotoMostras e possuía mais alunos em seus cursos – dados pelos próprios alunos – que o próprio Departamento de Design da época; o MusiClube, que realizava shows e festas, alegrando e agitando a vida dos universitários frequentadores da Vila; a ArtManha, cujo trabalho em desenho aparecia com frequência em jornais dos CAs; o CineClube, que promovia mostras de filmes (KOSCHECK, 2009, p.10).

A Vila dos Diretórios é exemplo de espaço que pode usufruir da certa liberdade vinculada ao nome da PUC-Rio no período do regime militar. O espaço foi fundamental para a articulação do movimento estudantil não só da Universidade como de todo o Rio de Janeiro, já que era onde os diretórios tinham suas sedes e faziam suas reuniões, produziam seus jornais e comunicados, como também faziam diversas programações culturais, como, por exemplo, shows e exibição de filmes. Se os pilotis foram o palco dos grandes protestos estudantis de resistência ao regime, era na Vila que eles eram arquitetados.

Já para o movimento docente, apesar de ter sido um lugar mais difícil de ocupar, a Vila também fez parte da luta dos professores. Desde o momento em que, em 1977, os professores mostraram o interesse de criar um espaço de representação participativa e crítica – a Associação de Docente da PUC-Rio (ADPUC) – houve certo conflito com a Administração Central da Universidade, conforme discutido no primeiro capítulo. A primeira reunião da Associação,

¹⁴⁸ Marielle Franco foi vereadora do município do Rio de Janeiro, atuante nas causas das minorias sociais e defensora dos direitos humanos, e foi executada, junto com seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018 e até os dias atuais o crime ainda não foi solucionado. Marielle foi aluna da PUC-Rio, onde se graduou em Ciências Sociais.

inclusive, teve que ser feita fora do espaço entendido como PUC-Rio, no Colégio São Vicente de Paulo, localizado no bairro do Cosme Velho.

Uma das reivindicações mais recorrentes da ADPUC, que pode ser visualizada em diferentes edições do jornal da instituição, foi o reconhecimento oficial pela Reitoria da PUC-Rio e a concessão de uma sede no campus. Depois de anos, a Administração Central da Universidade, enfim, cedeu uma sala na Vila dos Diretórios para a ADPUC. A professora Berenice Cavalcante, em entrevista, relatou: “Eu me lembro perfeitamente. Daqui para a Marquês de São Vicente, era do lado esquerdo, talvez a segunda ou a terceira casa”.¹⁴⁹ Assim, mais do que apenas ter um lugar oficial para reunir-se, a ocupação de um espaço físico e, sobretudo, simbólico da Universidade pelos professores militantes significou uma vitória para o movimento docente e a afirmação da existência deles enquanto sujeitos coletivos.

Mas, não foi apenas para os movimentos de resistência universitária que a Vila era entendida como um espaço importante. Os repressores também estavam atentos ao que acontecia ali e tentaram intervir em vários momentos, principalmente na forma de roubo das casinhas. Na documentação analisada foi possível identificar pelo menos dois episódios do tipo, ocorridos em 1977, que podem nos servir de indícios dessa repressão – não parece ser por acaso o fato deles terem acontecido justamente no momento a partir do qual o ME voltava a atuar de forma mais organizada. Em julho de 1977 – não é possível precisar o dia exato que teria acontecido o episódio já que em diferentes jornais e documentos há datas distintas – a sede do DAAF, localizada em uma das casas da Vila, foi invadida durante a madrugada e foram levados dois mimeógrafos, uma máquina sensibilizadora estêncil e uma máquina de escrever elétrica *IBM*.¹⁵⁰ Por meio dos seus jornais, os estudantes expressaram a convicção de que teriam sido roubados em virtude do crescimento do movimento estudantil não só da PUC mas de todo o Rio de Janeiro, já que confeccionavam ali jornais e panfletos de toda a cidade.¹⁵¹ Para eles, o fato teria ocorrido de forma bastante suspeita, visto que as máquinas eram pesadas e espaçosas e precisariam de pelo menos duas pessoas e um carro

¹⁴⁹ CAVALCANTE, Berenice. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 6 de novembro de 2017.

¹⁵⁰ Boletim DCE Alternativa. Agosto de 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁵¹ Informe DAAF. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

para serem levadas – veículo este que somente entraria na Universidade se tivesse sido liberado pelos seguranças.¹⁵² Em um dos seus jornais, declararam não acreditar em fantasmas nem coincidências e, com a ironia comum de vários de seus comunicados, expressaram que estariam estudando meios de eletrificar as máquinas e de deixar um *king kong* lá dentro para vigiá-las.¹⁵³

Alguns meses depois, em outubro, o Centro de Artes Cinematográficas (CAC) da PUC foi também invadido e foram roubados dois projetores e todos os filmes que estavam lá armazenados. Mais uma vez, os estudantes encaram o ocorrido não como episódio misterioso, mas como forma de reprimir a livre organização e manifestação dos estudantes em torno de suas entidades.¹⁵⁴ Esse episódio, inclusive, não teria sido a única ação repressiva que o CAC teria sofrido naquele ano, já que teve sessão do filme *Destruição Cerebral*¹⁵⁵ interdita pela censura, além de representantes do Centro terem sido convidados a prestar esclarecimentos na Polícia Militar. Além desses dois casos, é mencionado também, porém com menos detalhes, que o DAJF teria sido invadido no primeiro semestre de 1977 e teriam sido levados cartazes e faixas que chamavam para um ato reivindicativo por mais verbas.¹⁵⁶

Como podemos ver pelos exemplos acima, a Vila dos Diretórios, assim como outros espaços da PUC-Rio, foi arena permanente de disputa e sua ocupação pelo movimento estudantil e pelo movimento docente durante a ditadura militar não foi, de forma nenhuma, natural. Da mesma forma que os pilotis, mais do que um cenário, a Vila se apresenta como parte ativamente envolvida nas lutas sociais. Durante o regime militar assumiu papéis muito distantes e jamais pensados por seus planejadores quando concebida como um espaço de reprodução de padrões hierárquicos e controle dos operários fabris (MORANI, 2010).

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Panfleto assinado pelo Centro de Artes Cinematográficas e diretórios acadêmicos da PUC-Rio. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁵⁵ De acordo com sinopse encontrada no site da Cinemateca Brasileira, o filme tratava sobre um operário que sai de São Paulo e vai para Belém para se suicidar longe da família: “bom pai de família, conceituado operário da Volkswagem, militante sindical, este operário rompe com tudo, faz uma viagem pelo Brasil que o leva inicialmente a Brasília, imagem do poder, depois a Belém, onde se suicidou espetacularmente”. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=028924&format=detailed.pft>, acessado em 24 de julho de 2022.

¹⁵⁶ Panfleto “... E a repressão ataca novamente”, assinado pelo DCE da PUC-Rio e por outros diretórios acadêmicos. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Além disso, cabe pensar também sobre a proposição de Gordillo (apud LOW, 2016, p.77) de que “toda memória é a memória de um lugar”, de tal forma que a espacialidade da memória faz parte do processo dinâmico de produção do espaço. Ao conversar com pessoas envolvidas na luta de resistência na PUC-Rio, vários lugares foram trazidos nos relatos dos entrevistados de forma espontânea, muitas vezes indicando exatamente onde ficavam ou descrevendo características físicas desse espaço, como é o caso da fala da professora Berenice Cavalcante trazida acima. Vemos, então, que a memória da resistência acadêmica puquiiana está associada de forma inseparável a espaços específicos e, quando esses ex-militantes rememoram esses espaços, estão os construindo novamente. Em outras palavras, a construção social de um lugar perpassa pela política de memória: “O espaço e a memória são baseados em múltiplas construções sociais interseccionais, conflitantes e inerentemente instáveis que são continuamente moldadas e reformuladas pela dinâmica de poder das forças históricas, políticas, econômicas e sociais” (LOW, 2016, p.78, tradução nossa).

3.5

Os auditórios B1 e B2



Figura 16: Reitor Padre Mac Dowell S.J. em frente aos professores durante reunião sobre a demissão de professores. 1981. Fotografia Antônio Albuquerque. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

Apesar dos pilotis serem a referência mais óbvia de espaço quando se fala sobre a luta universitária contra o regime militar na PUC-Rio, há um outro espaço muito presente na memória dos professores membros da ADPUC: os auditórios B1 e B2, salas localizadas no Edifício da Amizade, na ala Frings.

Nas entrevistas feitas com alguns dos professores, um dos assuntos mais lembrados eram as assembleias lotadas feitas pelos membros da ADPUC nos auditórios Bs, sobretudo as realizadas no ano de 1981, no qual os docentes da Universidade fizeram uma greve por conta da demissão de professores, discutida no primeiro capítulo. Os entrevistados fizeram questão de espacializar o relato memorialístico e indicar o lugar exato onde ocorriam:

Berenice Cavalcanti: Existia o B2 – que é um auditório que foi cortado ao meio aqui no outro prédio – aquilo ali era lotado de 700 professores, entendeu?!¹⁵⁷

Eduardo Jardim: [...] no momento em que houve a crise [de 1981], os professores se reuniram muito. Nesse momento, e a gente fazia grandes assembleias aqui nos B's. Ainda é B? Ali no prédio Frings.¹⁵⁸

No caso dos auditórios Bs é curioso observar como eles tinham significados distintos para os professores e para os estudantes, que, apesar de fazerem parte do movimento maior de resistência universitária e de compartilharem alguns repertórios de ações, tinham suas especificidades. Foi possível notar que durante o período analisado os estudantes também ocuparam o espaço dos auditórios e chegaram a fazer alguns eventos ali, entretanto eles são pouco lembrados na memória estudantil e nem de longe recebem atenção semelhante à dada aos pilotis. Um exemplo significativo foi o já mencionado caso de 1981, quando os estudantes, ao organizarem ato público nos pilotis, foram proibidos pelo reitor padre Mac Dowell, que explicitou que manifestações de natureza político partidária não eram permitidas no pilotis, mas sugeriu que o evento fosse feito em um recinto fechado, como em um dos auditórios. Nesse sentido, enquanto que para os professores ocupar os auditórios, apropriando-se de um lugar dentro da PUC-Rio, era uma significativa vitória e uma forma de

¹⁵⁷ CAVALCANTE, Berenice. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 6 de novembro de 2017.

¹⁵⁸ JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, outubro de 2014.

resistência – já que durante muito tempo a reitoria havia proibido a ADPUC de se reunir na Universidade enquanto não submetesse seu regimento à aprovação do Conselho Universitário–, para os estudantes, era uma forma de limitar sua ação.

Comparando os auditórios aos pilotis podemos observar que alguns espaços da PUC-Rio foram selecionados, revestidos de significados e elevados à uma espécie de categoria de “lugares de memória” (NORA, 1993) oficiais da Universidade, enquanto a outros coube o esquecimento. Os pilotis, além de serem sempre lembrados nos relatos memorialísticos, fizeram parte de vários logotipos ao longo dos anos, como parte de uma “memória oficial” da Universidade. Já os auditórios, que hoje não existem mais com a mesma aparência física, só sobrevivem na memória oral e nas fotografias. Acredito que as reflexões feitas neste trabalho mostram que alguns espaços, mesmo que não tão óbvios quanto outros, também podem ser conceituados como lugares de memória da PUC-Rio.

3.6

O Bandejão

O restaurante universitário – localizado no subsolo da Ala Frings do Edifício da Amizade e mais conhecido como Bandejão – é mais um exemplo de espaço que foi produzido e construído de diferentes maneiras ao longo da história da PUC-Rio. Arquetizado e construído para ser um lugar de alimentação, foram muitas as vezes que ele foi ocupado e significado para além desse objetivo primário.

Agora mesmo, enquanto este trabalho está sendo inscrito, os alunos da PUC-Rio acabaram de realizar ato contra o aumento do restaurante. Após 2 anos sem aulas presenciais por conta da pandemia do Covid-19, ao regressarem para a Universidade no primeiro semestre de 2022, os estudantes puquianos depararam-se com o preço de R\$18,00 para realizar uma refeição no Bandejão. Em 2019, antes do isolamento social, o restaurante universitário custava R\$10,00 e já estava entre os mais caros do país. Para título de comparação, cabe apontar que o Bandejão da UERJ custa R\$ 2,00 para cotistas e R\$ 3,00 para não-cotistas, o da UFRJ é R\$ 2,00 e o da UFF, R\$ 0,70. A solução encontrada pelo DCE da PUC-Rio foi a organização de ato contra a redução do preço considerado abusivo,

marcado para o dia 16 de março deste ano, porém, no dia anterior (15 de março), a reitoria já havia comunicado que o valor da refeição seria diminuído para R\$12,00.¹⁵⁹

Em 1975, quando os alunos da PUC-Rio reivindicaram pelo mesmo motivo – diminuição no valor da refeição – as negociações, entretanto, não se resolveram tão rapidamente. De forma que guarda semelhanças com o episódio atual, quando os alunos iniciaram o primeiro semestre de 1975, depararam-se com o aumento do preço do Bandejão de Cr\$6,00 para Cr\$8,50. Os diretórios acadêmicos Adhemar Fonseca e Galileu Galilei insatisfeitos com o aumento do Bandejão e com outras despesas dentro da universidade – aumento da mensalidade e a criação de novas taxas – alegaram que a PUC-Rio estava acentuando o processo de elitização do ensino superior e propuseram um boicote ao restaurante universitário, que, após plebiscito, foi apoiado por 93% do CTC.¹⁶⁰

No dia 31 de março de 1975, o DCE publicou folheto¹⁶¹ no qual é informado o início do boicote em função dos elevados preços cobrados pelas refeições, inserido no contexto geral de aumentos constantes que vinham sofrendo os alunos. A logística apresentada foi a de que seriam realizadas reuniões diárias durante o horário de almoço no espaço do restaurante, onde discutiram o processo de boicote, bem como outras medidas de reitoria consideradas autoritárias, como a suspensão do jornal estudantil *Síntese* e de alunos do DAAF.

No dia 4 de abril, em carta aberta¹⁶², o DCE comunicou que, por meio de correspondência, o reitor informou que não seria possível abaixar o preço e que a realização do boicote poderia ter como consequência o fechamento do mesmo. Além disso, declarou que somente dialogaria com os estudantes caso o boicote fosse suspenso. Os estudantes, por sua vez, consideraram que “a experiência histórica da PUC nos demonstra um processo de fechamento da Reitoria em relação aos estudantes, pois há alguns anos atrás, havia diálogo entre alunos e

¹⁵⁹ NETO, Nelson. Alunos da PUC farão ato contra aumento do Bandejão: R\$ 18 por arroz, farofa e meia salsicha. **O Globo**. Reclamação. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/alunos-da-puc-rio-farao-ato-contr-aumento-do-bandejao-r-18-por-arroz-farofa-e-meia-salsicha.html>>, acessado em 24 de julho de 2022.

¹⁶⁰ Comunicado “Aos alunos”, assinado pela Comissão de Propaganda dos Alunos do CTC. 21 de março de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁶¹ Comunicado “Boicote ao Restaurante e bares da PUC”, assinado pela Comissão de Divulgação Interna do Boicote. 31 de março de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁶² Carta Aberta do DCE e diretórios acadêmicos da PUC-Rio. 04 de abril de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

direção” e decidiram por manter o boicote “como meio disponível no momento para manifestar sua posição em relação a todos os problemas da universidade”.¹⁶³ Os alunos teriam ainda formado comissões com diferentes finalidades, entre elas, uma para contato com a reitoria, outra para a imprensa, outra para a CNBB e outra para as demais universidades. É interessante observar como a fala dos estudantes dialoga com a do professor Eduardo Jardim, apresentada na introdução, na qual descreveu que a universidade viveu momentos de sístole e diástole, abrindo as portas no momento mais repressivo do regime, e, no período que o governo ia caminhando para a abertura, mostrou-se mais autoritária.

De acordo com folheto redigido pelos estudantes¹⁶⁴, datado de 9 de abril, no dia 7 do mesmo mês o reitor havia recebido uma comissão de alunos e os teria prometido que marcaria audiência com Ministro da Educação Ney Braga (1974-1978) para pedir verba e estava disposto a realizar reuniões semanais com os alunos. No mesmo dia, porém, a reitoria teria surpreendido a todos com nota à imprensa comunicando o fechamento do restaurante e a demissão de 25 funcionários que trabalhavam no Bandejão. Para os alunos:

[...] a demissão dos funcionários da bandeirão tal como a demissão de professores faz parte do plano da PUC de contenção de despesas que ela prefere assumir ao invés de requisitar do MEC as verbas necessárias. Dentro desse contexto, inclusive, os diretórios vêm sofrendo pressão, tais como o corte de suas verbas e o regimento que lhes foi imposto no ano passado, como tentativa de anular a representatividade dos D.A.s.

Parece, então, que o conflito seguiu por alguns dias até que, no dia 11 de abril, o DCE enviou carta¹⁶⁵ para o reitor Padre Velloso apresentando proposta de que o controle administrativo do restaurante e dos bares da PUC fosse exercido pelos alunos, através do DCE, com as seguintes exigências: administração por tempo indeterminado; readmissão dos funcionários demitidos; revogada a suspensão do DAAF e maior atuação dos estudantes nas decisões acerca dos

¹⁶³ Carta Aberta do DCE e diretórios acadêmicos da PUC-Rio. 04 de abril de. 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁶⁴ Panfleto “À comunidade da PUC”, assinado pela “Comissão de Propaganda Interna”. 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁶⁵ Carta do DCE e dos diretórios acadêmicos da PUC para o reitor Pe. Velloso. 11 de abril de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

assuntos da universidade. No dia 14 do mesmo mês o reitor aceita a proposta e no dia 18 o boicote é cessado.

A partir disso, a reitoria estabeleceu um prazo para que os estudantes pudessem criar uma estrutura jurídica, econômica e financeira para que estivessem aptos a assumir o controle do restaurante – por exemplo, os estudantes tiveram que abrir uma sociedade civil com personalidade jurídica, já que, de acordo com o estatuto, o DCE não poderia ter personalidade jurídica. No entanto, em carta aberta¹⁶⁶ de 29 de julho o reitor informa que a Associação de Alunos não teria atendido o prazo, que já havia sido prorrogado, para apresentação dos requisitos legais necessários para assinatura do contrato e, por conta disso, considera encerrados todos os entendimentos com os alunos e o contrato será feito com outro concessionário.

Por ausência de documentação não é possível precisar exatamente o que aconteceu para a resolução da questão, mas, em folheto do DCE¹⁶⁷ de agosto, os estudantes informaram que a reabertura do Bandejão sobre sua direção seria até o mais tardar no dia 11 de agosto e declararam que “a solução do problema do Bandejão é uma prova de que os alunos organizados poderão conseguir também outras vitórias”. Nesse documento, explicitam o desejo de realizar uma autogestão, na qual haverá um “novo tipo de clima de trabalho, em que desaparecerão as opressões e perseguições até então observadas nesses locais de trabalho”, com todas as decisões tomadas em conjunto pelos estudantes e funcionários. Além disso, apontam que não há o objetivo de rentabilidade, mas sim de vender alimento para a comunidade pelo menor preço possível e, caso houvesse excesso de caixa, o dinheiro seria distribuído entre os funcionários.

O que podemos ver é que, naquele momento, a questão do Bandejão extrapolava o próprio assunto. Assim como expuseram os estudantes em um dos seus comunicados, eles viam a problemática do restaurante “como meio disponível no momento para manifestar sua posição em relação a todos os problemas da universidade”¹⁶⁸. Para a administração central, isso também parece

¹⁶⁶ Carta aberta do reitor Pe. Velloso para os professores, alunos e funcionários da PUC. 29 de julho de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁶⁷ Comunicado “Aos alunos, funcionários e professores da PUC: Reabertura do Bandejão e bares”. Agosto de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁶⁸ Carta Aberta do DCE e diretórios acadêmicos da PUC-Rio. 04 de abril de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

ter ocorrido. Enquanto os estudantes faziam o boicote ao restaurante, a Reitoria suspendeu integrantes da chapa do DAAF – com a justificativa que eles organizaram uma chopada para os calouros que não estava autorizada – e também proibiu a publicação do jornal estudantil *Síntese*, porque teria como finalidade trazer temas políticos para a Universidade, contrariando o estatuto da universidade.¹⁶⁹ Os estudantes consideraram as duas medidas não como atos isolados, mas como forma de esvaziar o boicote ao Bandeirão e de restringir as atividades dos diretórios.¹⁷⁰

Em um documento intitulado “Agitação estudantil na PUC”¹⁷¹, que, apesar de não ter autoria, parece ter sido redigido pela Administração Central, é examinado três incidentes que aconteceram no ano de 1975 envolvendo os estudantes: a suspensão dos alunos do DAAF, a proibição do *Síntese* e o boicote do restaurante. Nele, é indicado que a questão do restaurante teria sido mal escolhida para agitar os alunos da PUC, podendo ter sido “escolhida outra bandeira de maior ressonância no ambiente estudantil da PUC”. É ressaltado ainda que teria gente de fora atuando dentro da PUC, já que “a panfletagem e cartazes usavam uma terminologia característica que não seria comum ao estudante puquiano”. Nesse caso, mais uma vez, a agitação estudantil é atribuída a elementos externos à Universidade, como se não fosse possível que os estudantes puquianos tivessem atitudes desse tipo.

Em uma matéria do *Diário de Notícias*¹⁷², o tema do controle do restaurante universitário pelos alunos foi descrito como uma “lúcida demonstração de que a consciência estudantil não está adormecida em nosso país”. A questão é apontada como “prova madura de que é possível, dentro da lei e da ordem, manter acesa a flama do entusiasmo juvenil e, ao mesmo tempo, buscar os caminhos do entendimento com as autoridades, sem apreciá-las ou hostilizá-las”. Para o autor da matéria, que chega a expressar o sentimento de orgulho, a decisão de gerir o Bandeirão é uma clara amostra de que os estudantes têm condições de participar ativamente das grandes decisões na área da educação e de que a PUC-Rio “não é mais o sítio das meninhas em flor e dos rapazes queimados de praia”, mas sim

¹⁶⁹ Documento “Agitação Estudantil”. 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁷⁰ Comunicado “Aos leitores do *Síntese*”, assinado pelo DCE e diretórios acadêmicos da PUC-Rio. 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁷¹ Documento “Agitação Estudantil”. 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁷² A vez dos estudantes. **Diário de Notícias**, 11 de abril de 1975, p.4. Opinião.

uma “grande escola de civismo”. Aqui podemos visualizar não apenas o estereótipo dos alunos puquianos como jovens ricos sem muita preocupação social, mas também como a opção estudantil de focar em problemas acadêmicos e realizar uma resistência pacífica encontrou um maior coro na sociedade, sendo vista não como uma mera reivindicação estudantil, mas como uma nova forma de inserção nos rumos da vida política nacional, inserida no contexto mais geral de luta pelas liberdades democráticas. Assim como exposto por Müller (2016, p.60):

Se a resistência praticada por parte das esquerdas que empunharam armas não encontrou eco na sociedade, pode-se dizer que parte dessas mesmas esquerdas apostou no caminho pacífico como forma de resistência à ditadura, encontrando na universidade, e em seus temas correlacionados, uma forma não só de ampliar o debate como também a atuação política das massas.

Mesmo com a resolução do conflito mais aparente, parece que os embates entre os estudantes e a reitoria por conta do restaurante não cessaram completamente. O que podemos ver é que, apesar de não ter um conflito mais direto como foi o boicote, houve pequenos desentendimentos entre os dois grupos ao longo do tempo, como foi o caso dos roubos que aconteceram no Bandeirão. Em carta da Associação de Alunos para o Reitor¹⁷³, data de julho de 1976, quando se completava quase um ano que os estudantes estavam a frente do restaurante, os estudantes reclamam no terceiro roubo que sofreram e argumentam que

parece muito estranho o fato do arrombamento não ser notado pelos seguranças, uma vez que o barulho necessário para arrombar tais cadeados, durante a noite, forçosamente chamaria a atenção dos seguranças. Outro fato bastante interessante é o dos assaltantes só haverem assaltado os bares sob nossa administração e não o Bar das Freiras ou o do IAG, que sem dúvidas não oferecem maiores resistências que o nosso.

Além desse episódio, já havia ocorrido dois assaltos no mês de abril do mesmo ano. O primeiro, que aconteceu no fim de semana de 3 e 4 de abril, não foi notado nenhum vestígio de arrombamento do cofre e das portas. O reitor, quando informado do roubo, aconselhou que os estudantes não divulgassem o caso, para

¹⁷³ Carta da Associação de Alunos da PUC-Rio para o reitor Pe. Velloso. 6 de julho de 1976. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

que não servisse de pretexto para elementos interessados em difamar a Universidade. No mesmo período, uma sala de aula da Universidade foi pichada com a frase “viva Lysaneas¹⁷⁴, abaixo o Geisel”.¹⁷⁵ No dia seguinte, a sala foi incendiada sem que se descobrissem os culpados, mesmo tendo o caso acontecido em plena luz do dia. O segundo roubo aconteceu no fim do mês, quando uma funcionária do restaurante foi rendida e amordaçada por assaltantes que disseram que moravam na Rocinha. Os estudantes declararam em nota¹⁷⁶ que consideravam estranho o fato de o primeiro assalto ter acontecido justamente na época do incêndio e logo em seguida da publicação do Informe Bandeirão, em 31 de março, no qual relatavam a sólida posição financeira e econômica do restaurante, além de ter sido feita de forma “perfeita”, digna de pessoas especializadas. Já em relação ao segundo roubo, julgavam suspeito o fato de os assaltantes falarem espontaneamente de onde são. Para os alunos puquianos, haviam duas hipóteses: ou os episódios foram meras coincidências ou foram de antemão planejados por “elementos perniciosos que tentavam criar um clima de insegurança total e terror na universidade, visando com isso solapar o trabalho consequente e adulto desenvolvido pelo DCE, DAs e APG”.¹⁷⁷

Outro ponto apontado pelos estudantes era o que chamavam de “problema do café”¹⁷⁸: o Bandeirão era quem fornecia café para os departamentos e o lucro ajudava na subvenção dos prejuízos causado pelos baixos preços da refeição, porém, em junho daquele ano, a reitoria teria, sem nenhuma comunicação ou negociação, parado de requisitar o café, afetando em muito no orçamento do restaurante.

Nos anos seguintes, até o fim de 1980, é possível encontrar documentos nos quais a principal queixa dos estudantes em relação ao restaurante é o fato de

¹⁷⁴ Lysânias Maciel foi um deputado federal, membro do MDB, que se destacou pela atuação em favor da criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a violação dos direitos humanos em 1975. Em 1976, após protestar contra a cassação de deputados, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no AI-5. Alguns meses depois, com base no AI-10, foi aposentado no Ministério do Trabalho pelo presidente Ernesto Geisel. Para maiores informações, acesse: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lisanias-dias-maciel>, acessado em 24 de julho de 2022.

¹⁷⁵ Comunicado “Roubo no Bandeirão”, assinado pelo DCE e diretórios acadêmicos da PUC-Rio. 30 de abril de 1976. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Carta da Associação de Alunos da PUC-Rio para o reitor Pe. Velloso. 6 de julho de 1976. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

se verem obrigados a aumentar o preço da refeição, por conta do “violento e contínuo aumento de preços dos gêneros alimentícios e série de problemas administrativos (estrutura atual arcaica, débil e ineficaz)”.¹⁷⁹ Cabe ressaltar que o período no qual os estudantes ficaram à frente do Bandejão foram de fato tempos difíceis economicamente, onde o “Milagre Econômico” já havia dado seus últimos suspiros nos anos iniciais do governo de Geisel (1974-1979) e o país passava por um período de aprofundamento da crise econômica. De acordo com Boris Fausto (2014), o governo de Figueiredo (1979-1985) foi marcado por um quadro de “estagflação”, combinando estagnação econômica com inflação. Em comparativo com o início do regime, segundo dados do Banco Mundial, a inflação, que havia sido controlada nos primeiros anos do governo militar, explodiu na segunda metade do regime, tendo, em 1985, batido a marca de 231%. O endividamento subiu de 15,7% do PIB em 1964 para 54% do PIB quando os militares deixaram o poder. A dívida externa cresceu 30 vezes, passando de US\$ 3,4 bilhões em 1964 para mais de US\$ 100 bilhões em 1985.¹⁸⁰

Em 1979, os estudantes já estavam cobrando o valor de Cr\$25,00 por uma refeição, o que representava um aumento de mais de 200% desde que tinham assumido o restaurante em 1975 a preço de Cr\$7,50 por refeição. Em carta de agosto de 1980, intitulada “Bandejão, órfão de pai e mãe, abre o berreiro”¹⁸¹, os estudantes culpabilizam a situação do restaurante, que cada vez mais estaria se distanciando do objetivo de uma alimentação barata, por conta do “momento de maior inflação da história do país somado com interesse por parte do Estado das questões estudantis”. Encontrando-se endividados e sem uma eficiente subvenção do MEC, decidem enviar proposta para que a Administração da PUC-Rio pagasse suas dívidas.

O Bandejão ficou sob o controle estudantil, não sem a presença de crises financeiras e administrativas e de conflitos com a Reitoria, até 1988, quando a Administração Central da Universidade, em resposta à não desocupação do espaço

¹⁷⁹ “Comunidade aos alunos e usuários dos bares e Bandejão”, assinado pela Associação de Alunos da PUC-Rio. 18 de janeiro de 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁸⁰ BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. **BBC News**, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>, acessado em 25 de julho de 2022.

¹⁸¹ “Carta aberta aos estudantes, professores e funcionários - Bandejão, órfão de pai e mãe, abre o berreiro”, assinado pela Associação dos Alunos da PUC-Rio. Agosto de 1980. Acervo da reitoria da PUC-Rio.

pelos estudantes, decidiu entrar com uma ação judicial. De acordo com o relatado pelo *Jornal da PUC*, o episódio teria terminado com a ida de viaturas policiais sob ordem judicial até a PUC-Rio, recebidas por cerca de cem estudantes junto com funcionários que obstruíram o acesso ao Bandejão e tentaram invadir a reitoria.¹⁸²

O que é de fato relevante observar aqui é como aquele espaço foi significado para muito além do que foi concebido, o de ser um lugar de alimentação. Serviu como símbolo de resistência estudantil e, sob o controle dos estudantes, pode ser usado para diversos fins, como, por exemplo, para a realização de encontros – como foi o caso da reunião de entidades de classes ocorrida em 1978, que contou com a presença de organizações como a DCEs da UFF, UFRJ, UFRRJ, Conselho Estadual de Professores, *Jornal Bagaço*, *Revista Isto é*, entre outras, que se encontram no Bandejão para discutir temas como anistia ampla, geral irrestrita; luta pela libertação dos presos políticos; repressão aos órgãos de segurança do governo; fim do exílio, banimento e cassação de direitos políticos; liberdades partidárias; etc.¹⁸³

Neste capítulo foi discutido como o caso do Bandejão, assim como de todos espaços analisados aqui – e também como o de outros que não foram – é exemplificativo de que, assim como argumenta Simmel (1939), o espaço não existe, o que existe é o ato de preencher. Os entendimentos desses espaços discutidos até aqui e as formas pela qual eles foram apropriados são apenas exemplos das inúmeras maneiras por meio da qual um espaço pode ser construído e produzido socialmente. Essas construções e os significados atribuídos aos espaços ocorrem de forma dinâmica, marcada por movimento. O campus da PUC-Rio não foi um espaço dado de forma natural. Ele foi, e continua sendo, fruto de disputas – assim como os espaços interiores a ele. O espaço é agente e, sobretudo, os indivíduos que o ocupam também o são.

Um último exemplo elucidativo de como esses lugares foram importantes para os movimentos de resistência universitária e como não foram ocupados sem a presença de disputas foi quando os estudantes puquianos tentaram realizar a I Mostra de Música Universitária, no ano de 1977. De acordo com o panfleto,

¹⁸² **JORNAL DA PUC**. 1988, ano II, n° 10, p.4.

¹⁸³ Panfleto sobre reunião no Bandejão. 1978. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

assinado pelo DCE, *Reitoria sequestra piano, apaga a luz mas a mostra de música se realiza*¹⁸⁴, a posição da reitoria era de que somente cederia o ginásio para a realização do evento caso as músicas inscritas fossem submetidas a aprovação da Censura Federal. Os estudantes, então, decidiram realizar a Mostra nos pilotis, porém depararam-se com o “sequestro” do piano que estava no Bandejão pela reitoria e com o desligamento das luzes do pilotis. Seguiram para o Bandejão, que também teve sua luz cortada. Encaminharam-se para uma das casas da Vila, cuja energia também foi desligada. A saída final foi ligar o som em uma casa que tinha a energia vinda da Rua Marquês de São Vicente e, segundo os estudantes, como seria um pouco escandaloso e um tanto impossível cortar a luz da rua, a Mostra pode ser realizada.

¹⁸⁴ Panfleto “Reitoria sequestra piano, apaga a luz mas a mostra de música se realiza”, assinado pelo DCE da PUC-Rio. Outubro de 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

4.

Os jornais universitários alternativos puquianos: um exemplo de microrresistência

Este capítulo irá analisar os jornais universitários puquianos enquanto um exemplo da microrresistência estudantil e docente no âmbito da PUC-Rio e de que forma esses periódicos se inserem no fenômeno da imprensa alternativa. Para isso, serão observados os aspectos gráficos, bem como os conteúdos abordados nessas publicações. Os professores da PUC-Rio produziram apenas um jornal, o *Boletim da ADPUC*, que se manteve em circulação durante vários anos, já os estudantes puquianos produziram uma quantidade maior e mais diversa de periódicos, caracterizados por uma vida bem mais efêmera do que a publicação docente.

4.1

A imprensa alternativa

Quando se fala em imprensa alternativa é comum pensarmos nos grandes jornais alternativos da ditadura militar, como, por exemplo, o *Pasquim* e *Opinião*. Entretanto, nem todos foram tão famosos assim e não foram restritos apenas ao período ditatorial. Segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012), o fenômeno da imprensa alternativa é longo e variado na história brasileira. Segundo elas, jornais alternativos seriam, em resumo, publicações que se opunham ou desviavam das tendências hegemônicas da imprensa convencional e já existiam bem antes do golpe militar de 1964. De acordo com Sacchetta (2011), a origem dos jornais alternativos no Brasil remonta ao século XIX: “fazendo humor, trazendo denúncias e atacando com linguagem virulenta a Corte e o próprio imperador, os pasquins marcaram o surgimento de um novo jornalismo” (SACCHETTA, 2011, p. 35). Entretanto, foi durante o regime militar que periódicos desse tipo ganharam fôlego e multiplicaram-se por todo o país (MARTINS, LUCA, 2012). A historiadora Maria Paula Nascimento Araújo (2010) divide a imprensa alternativa em:

- 1) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas);
- 2) revistas de “contracultura” (que reuniam

intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” — artistas que produziam fora do esquema comercial) e 3) publicações de movimentos sociais (englobando neste campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa, aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.).

Os jornais dessa terceira categoria, ligados aos movimentos sociais, eram geralmente elaborados por pessoas vinculadas ao movimento que buscavam representar e não por jornalistas ou por militantes organizados (ARAÚJO, 2010). Seria exatamente nessa definição que se encaixariam os jornais universitários aqui estudados, já que eram produzidos por estudantes e professores de diversos cursos que, mesmo não tendo conhecimento jornalístico profissional ou a aparelhagem necessária, compartilhavam a característica de enxergar o jornal como um espaço no qual podiam expressar suas ideias, seus incômodos e anseios. Assim como afirma Müller (2016), a confecção de um jornal servia para criar uma identidade coletiva e, mais do que apenas uma forma de fazer um registro ou comentário, implicava em uma participação na história.

De acordo com Bernardo Kucinski (1991), apesar da imprensa alternativa ter sido iniciada com uma natureza essencialmente jornalística, ela acabou se tornando o principal espaço de organização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Para o autor, a imprensa alternativa se mostrou como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento do ambiente autoritário: “nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como pólo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura” (KUCINSKI, 1991, p.19). Nesse sentido, para Kucinski, os jornais alternativos não eram apenas “símbolos de resistência civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” (KUCINSKI, 1991, p. 52).

Entre as características apresentadas por Kucinski como parte dos jornais alternativos podemos encontrar: uma oposição intransigente ao regime militar, presente até mesmo no período conhecido como “milagre econômico”; certa aversão ao espírito capitalista e imperialista; a vida efêmera; e uma natureza política e não mercadológica.

Nesse sentido, pensaremos aqui neste capítulo como os jornais universitários puquianos apresentavam essas características apontadas por Kucinski e porque podem, então, serem entendidos dentro desta ótica da imprensa alternativa. Além disso, sem deixar de reconhecer a relevância dos grandes jornais alternativos que chamam a atenção da maior parte dos estudos acadêmicos, este trabalho busca apresentar como os pequenos jornais feitos pelos movimentos sociais de oposição, como é o caso dos jornais universitários da PUC-Rio, também foram fundamentais para a luta de militância contra a ditadura militar e, por isso, também merecem a atenção da historiografia.

4.2

Os jornais puquianos

De mão em mão
circula o jornal.
a palavra mimeografada,
berra
e emperra
o fácil oficial.
restabelece a verdadeira
e brasileira realidade,
fora das bancas,
fora dos rádios,
fora dos grandes matutinos,
apenas
De mão em mão.¹⁸⁵

Na PUC-Rio, tanto o movimento estudantil quanto o movimento docente produziram jornais, que reuniam questões internas da Universidade com assuntos de natureza nacional e internacional. Entre eles, estava o jornal *De mão em mão*, do qual o trecho acima foi retirado e por meio do qual é possível visualizar uma das mais fortes características da imprensa alternativa: o fato de publicarem aquilo que não era falado na grande imprensa. Nele e nos demais jornais puquianos aqui estudados é possível perceber várias marcas da imprensa alternativa, como, por exemplo, a oposição à ditadura militar, a periodicidade incerta, a falta de recursos e a utilização de experimentações de linguagens e formas gráficas.

Foram encontrados mais de vinte jornais estudantis publicados entre 1969 e 1984, já a publicação docente foi de apenas um periódico, iniciada no ano de

¹⁸⁵ Edição n. 3 do jornal *De mão em mão*, publicado pela chapa Alternativa do CTC, s.d. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

1977 e seguindo na ativa até depois do fim do regime ditatorial, sendo a última edição encontrada datada de 1990. É válido ressaltar que essa produção massiva de jornais não foi restrita apenas ao universo da PUC-Rio, já que, assim como expôs Müller (2016), a partir da década de 1970, a imprensa estudantil teve vertiginoso aumento, sendo 1973 o ano no qual houve o registro de maior crescimento.

Uma característica que perpassava todos os jornais puquianos era a periodicidade incerta. A maior parte dos jornais estudantis teve poucas edições e, mesmo aqueles que conseguiram sobreviver por mais tempo, nem sempre puderam publicar com a mesma frequência todas as vezes. Até mesmo no jornal dos professores, que teve uma vida bem maior do que as publicações estudantis, nunca foi definido de fato uma periodicidade. De início, a pretensão dos professores era publicar edições quinzenais, mas nem sempre conseguiam e, na grande maioria das vezes, era publicada uma edição ao mês.

Além disso, podemos notar também que não existia uma natureza mercadológica por trás dessas publicações. Ainda que alguns jornais tivessem um preço, sobretudo aqueles mais voltados para as discussões artísticas, o intuito não era lucrar em cima da venda, mas apenas pagar o custo de sua produção. A revista *Art&Manha*, considerada a revista de humor do DCE, custava 10 cruzeiros; o jornal *Cine-Olho*, que trazia debates sobre o cinema brasileiro, custava também 10 cruzeiros; o *Jornal do CAEL* custava 15 cruzeiros; O jornal *Quilombo dos Palmares* custava 2 cruzeiros e depois passou a pedir apenas uma “contribuição”. Era comum também ter a presença de frases como “leia e passe adiante” grafadas nessas publicações, mostrando que o que mais interessava era que as ideias circulassem. É difícil mensurar a tiragem da grande maioria deles, mas em alguns ela foi indicada: a do *Boletim da Associação de Alunos da PUC* era de 5 mil; do *Jornal do DCE* era de 10 mil, do *Quilombo dos Palmares* de 3 mil; e a do *Papyrus* era de 4 mil e depois passou a ser de 8 mil.

Muitos deles apresentavam uma forma gráfica bem simples, típica dos panfletos produzidos em máquinas de escrever e em mimeógrafos. Mas alguns deles eram enviados para serem impressos em gráficas externas à Universidade e, com isso, tinham mais uma aparência de um jornal de fato, conforme estamos acostumados, como foi o caso do *Papyrus*, que era composto e impresso nas oficinas da *Tribuna da Imprensa*; do *Jornal do DCE*, que era composto e

impresso na *Gráfica e Editora Itapuá*; e do *Boletim da Associação de Alunos da PUC*, que era composto e impresso na *Gráfica e Editora Jornal do Comércio*. Abaixo, seguem exemplares de jornais que eram feitos nos mimeógrafos das casas da Vila dos Diretórios (figura 16 e 17) e dos que eram impressos em gráficas profissionais (figura 18 e 19):

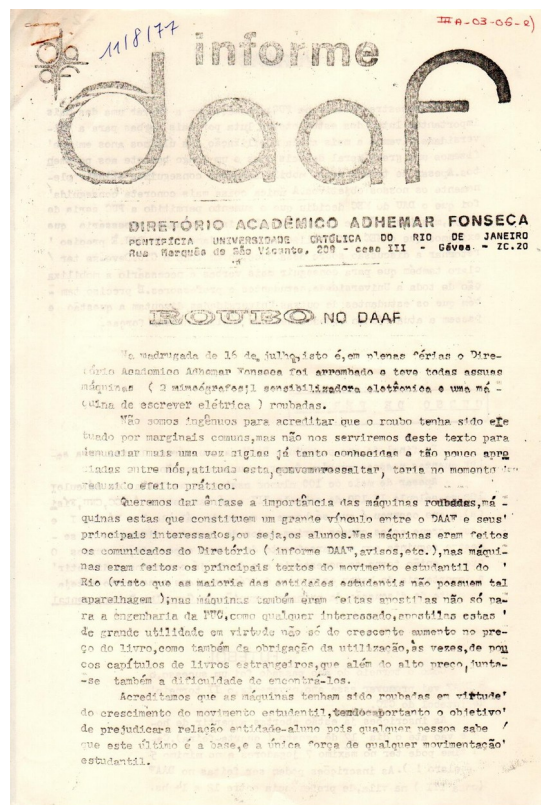


Figura 17: Primeira página do jornal estudantil Informe DAAF. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

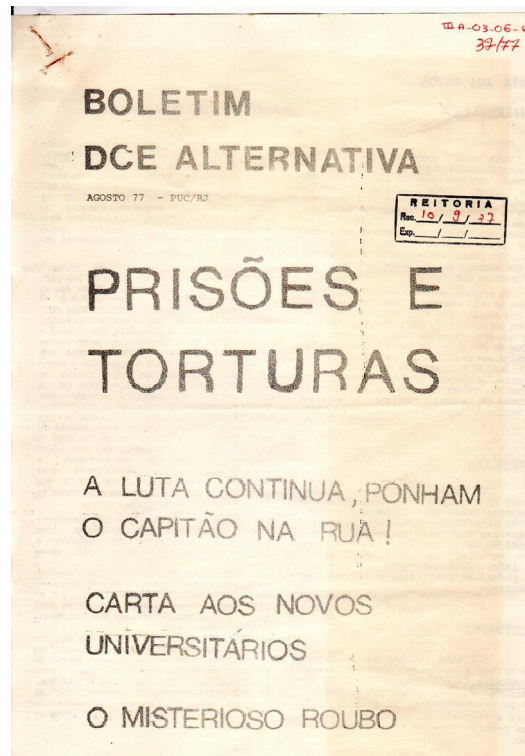


Figura 18: Primeira página do jornal estudantil Boletim DCE Alternativa. 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.



Figura 19: Primeira página do jornal estudantil Jornal do DCE. Sem data. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.



Figura 20: Primeira página da edição nº 8 do jornal estudantil Papiirus. Junho de 1972. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Em relação ao *Boletim da ADPUC*, nos primeiros anos de publicação, ele parecia mais com um panfleto feito nos mimeógrafos. Muito por conta disso, chegou a receber críticas por parte dos leitores que esperavam uma publicação mais bem apresentada e com a presença de artigos mais elaborados, sendo comparado criticamente aos jornais estudantis. Como resposta a crítica, no editorial do número 2 do *Boletim*¹⁸⁶, os docentes declararam que não vinham nenhum desdouro, sobretudo naquela fase da vida nacional, em serem parecidos com os estudantes. A partir de março de 1979, o *Boletim* passou a ser publicado com a forma gráfica de um periódico de fato, com a presença de manchetes chamativas e títulos em negrito, utilizando algumas técnicas como a de ter palavras que poderiam atizar mais a curiosidade do público como, por exemplo, “greve”, “Macarthismo” e “intolerância” expostas de maneira destacada.

¹⁸⁶ Boletim da ADPUC, n. 2, abril de 1978.

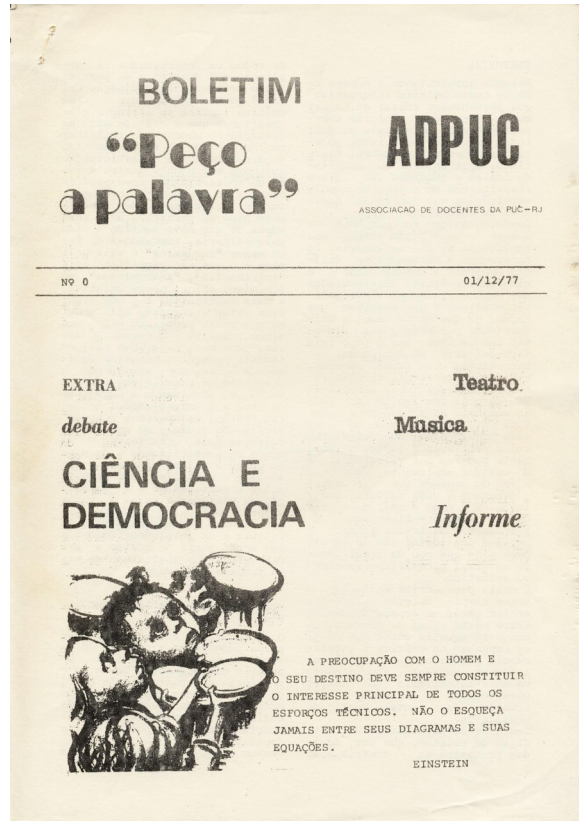


Figura 21: Edição nº 0 do Boletim da ADPUC. Dezembro de 1977.



Figura 22: Edição nº 5 do Boletim da ADPUC. Março de 1979.

Em relação a utilização de experimentações gráficas, a prática era muito mais comum nas publicações estudantis do que na docente. O DCE, por exemplo, tinha uma revista chamada *Art & Manha* que era feita toda em formato de quadrinhos e charges que, com a utilização da ironia como recurso de linguagem, criticavam abertamente o regime. No exemplo abaixo podemos ver, de um lado, uma referência ao momento no qual a sociedade brasileira se encontrava em 1979, onde, mesmo com o fim do AI-5 e o início da abertura política, a violência policial ainda estava presente. Na outra página, por sua vez, a crítica é direcionada aos constantes cortes nas verbas para a educação feitos pelo regime.

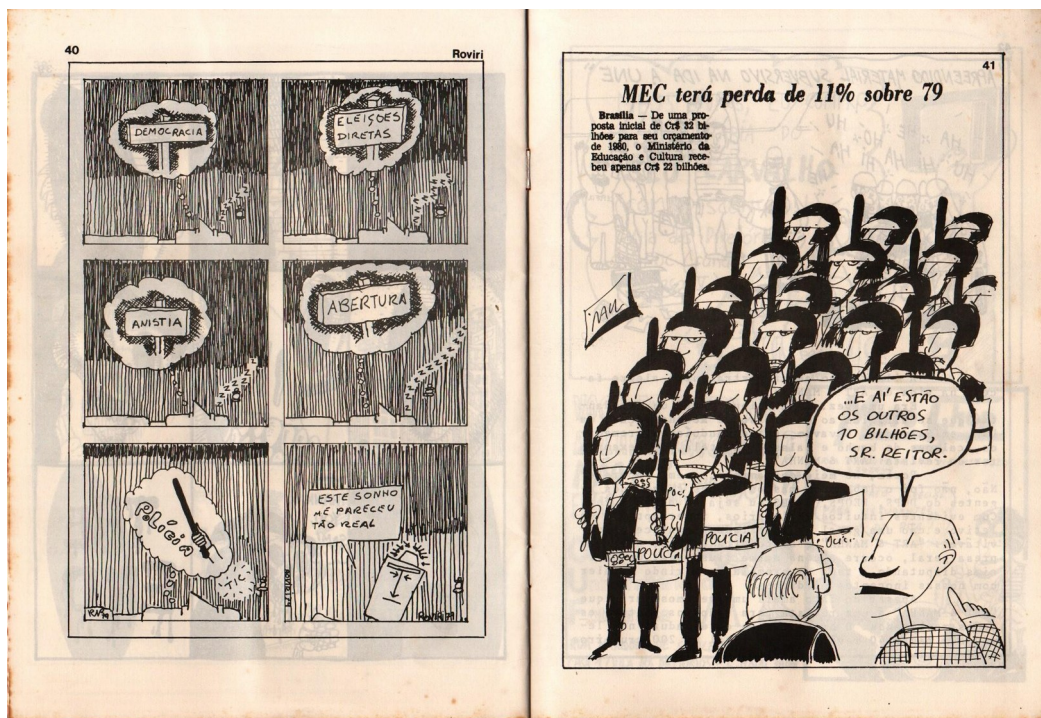


Figura 23: Charges publicadas na revista estudantil *Art & Manha*. 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Outro veículo que experimentou diferentes formas de linguagem é o *Jornal da Chapa Unidade*, em especial a edição datada de 1979¹⁸⁷ que apresentou uma “fotonovela” sobre o episódio da visita de Miguel Arraes à PUC-Rio. De forma bem satírica, as pessoas envolvidas no caso são apresentadas como “personagens” e os acontecimentos do dia são contados como se fossem uma história em quadrinhos, com a presença de balões de falas e ilustrações:

¹⁸⁷ *Jornal da chapa Unidade*. 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.



Figura 24: fotonovela publicada no Jornal da Chapa Unidade sobre a visita de Miguel Arraes à PUC-Rio. 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

A utilização da ironia, como nos exemplos apresentados acima, era, inclusive, um recurso muito frequente nas publicações estudantis, presente tanto nas charges como nos textos corridos. São muitas as vezes que essa figura de linguagem é usada nos jornais estudantis e não caberia aqui trazer todas elas, mas alguns exemplos são uma matéria do *Papirus*¹⁸⁸, datada de 1971, intitulada “Os dez mandamentos do 477”, na qual são dadas dicas de como não ser enquadrado no Decreto-Lei 477, entre elas:

1- Não incite ou alicie seu colega a paralisar suas “atividades escolares”, para tomar um café após a lista;

[...]

6- Evite, se tiver carro, dar carona, ou mesmo, sequestrar, qualquer mestre, colega, funcionário (a) ou “agente de autoridade” (???) menos afortunados, ainda que estes, inocentemente, assim o desejem. (PAPIRUS, 1971, novembro, p.13)

¹⁸⁸ Papirus, n. 6, novembro de 1971. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Os mandamentos de número 9 e 10 estavam em branco e foi indicado que “foram censurados pelo 477, menos mal”. Já no jornal *De mão em mão*¹⁸⁹ foi publicado um “teste de quociente de politização”, com perguntas como: “se o movimento estudantil está de fato infiltrado como constantemente era acusado, essa infiltração se dá por: a) infiltração d’água; b) infiltração no dente; c) infiltração de agentes da KGB ou d) infiltração de agentes da CIA”.

Motta (2014) também analisa o uso da ironia dos estudantes puquianos em seu livro *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. De acordo com o autor, após o AI-5, os líderes estudantis precisaram adotar estratégias cautelosas, mas houve alguns episódios mais “corajosos”, como foi o caso do protesto estudantil contra a construção de estrada federal que cortaria o campus da PUC-Rio em 1972. Nesse caso, o ME da PUC-Rio criou a figura do “Estradismundo”, que tinha a ânsia de atropelar as universidades com estradas e era uma paródia do personagem criado pelos publicitários do regime “Sujismundo”.¹⁹⁰ Para Motta, os estudantes puquianos não foram reprimidos ou por conta do caráter do movimento que foi menos contestador e teve ênfase em críticas irônicas ou devido a atitude da reitoria. O autor, entretanto, não explica quais atitudes teriam sido essas empreendidas pela Administração Central que fizeram com que esse protesto estudantil não fosse reprimido pelos órgãos de repressão. O uso da ironia aparece, então, como um aliado para os estudantes puquianos, conjuntamente com as outras particularidades discutidas ao longo deste trabalho.

Cabe, ainda, ressaltar que o recurso da ironia não ser tão presente nas publicações docentes não é de se estranhar. Os jornais estudantis e docentes tinham diferenças de linguagem, abordagem e tempo de duração, muito influenciado pela fato de que, apesar dois movimentos partilharem de ideias em comum, eles eram distintos um do outro e tinham suas particularidades – sendo a maior delas o fato de que os professores tinham um vínculo empregatício com a

¹⁸⁹ De mão em mão, s.d. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁹⁰ Sujismundo foi um personagem de desenho animado que, embora simpático, vivia sujo, descabelado e tinha maus hábitos, como jogar lixo no chão. Criado pela Assessoria Especial da Relações Públicas (Aerp) na década de 1970, ele fazia parte da campanha de educação sanitária “Povo desenvolvido é povo limpo” e estava vinculado a uma ideia de vitória do projeto de desenvolvimento para o Brasil, já que objetivava-se vender uma imagem de um país que estava saindo do subdesenvolvimento e, para isso, precisava não estar associado à condições de precariedade, pobreza e de miséria. Para mais informações, acesse: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7973/4761>, acessado em 25 de julho de 2022.

Universidade e, enquanto os estudantes ficavam nela pelo período de tempo de uma graduação e depois seguiam para ocupar outros espaços, os docentes ficavam. Nesse sentido, por terem maior liberdade e menores responsabilidades, era mais simples para os estudantes usufruírem da experimentação – o que não significa dizer que eles estavam protegidos de ações repressivas. Podiam publicar um jornal e, na edição seguinte, fazer algo completamente diferente ou mesmo desistir, sem se preocupar muito com a imagem que passariam para os seus pares. Em resumo, os docentes e os estudantes eram atores sociais distintos, com objetivos e formas de encaminhar a luta diferentes, e isso se reproduzia no tipo de imprensa que publicavam.

Mas, mesmo com essas diferenças, é possível visualizar em ambos os movimentos o entendimento dos jornais como um espaço de “encontro espiritual” para enfrentar a solidão do ambiente autoritário do qual fala Kucinski. No caso do jornal dos docentes, por exemplo, desde o exemplar número zero é expressado o sentimento de isolamento dos professores face ao conjunto da sociedade e o *Boletim da ADPUC* vinha, então, como a forma encontrada por eles para recriar “o espaço para a participação autônoma e conjunta dentro e fora da Universidade”.¹⁹¹ Além disso, os professores escolheram a figura de um galo para ser o logo do jornal, em uma referência ao poema de João Cabral de Melo Neto:

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos...¹⁹²

Nesse sentido, o galo aparece como símbolo do que era o jornal para os docentes militantes: um meio de saberem que não estavam sozinhos e que precisavam um dos outros para tecer uma manhã longe das sombras de um regime sombrio e violento. No caso dos estudantes, o entendimento também não era muito diferente. No jornal *Quilombo dos Palmares*¹⁹³, por exemplo, os estudantes

¹⁹¹ Boletim da ADPUC, n. 0, dezembro de 1977.

¹⁹² MELO NETO apud BOLETIM DA ADPUC, 1978.

¹⁹³ Quilombo dos Palmares, n. 5, setembro de 1976. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

descreveram a própria publicação não apenas como um jornal de informação, mas como um espaço de discussão para as posições e alternativas do movimento estudantil. Já no editorial do jornal *Folhativa*¹⁹⁴, os estudantes apontaram a mobilização estudantil, que tinha como parte fundamental a publicação de jornais, como “sem dúvida, a maior garantia de vida dos nossos companheiros”.

Além disso, apesar da utilização de recursos de linguagem diferentes, os assuntos abordados tanto nos jornais estudantis como nos docentes eram bastante similares. Misturavam-se notícias de âmbito internacional e nacional com as questões universitárias. Em ambos, os problemas internos não eram apresentados como questões que diziam respeito unicamente à comunidade universitária puquiã, mas são inseridos no contexto político e social do momento. Os constantes aumentos no preço do Bandeirão e das anuidades, por exemplo, são colocados como a forma pela qual a luta por mais verbas para a educação e contra o ensino pago, elitista e tecnicista se apresentou na PUC-Rio. Quando era proibido de circular um jornal estudantil isso era encarado como forma de censurar os estudantes enquanto parte de um movimento e não apenas os alunos da PUC-Rio. Assim como exposto no número zero do jornal dos professores¹⁹⁵, a universidade era enxergada por eles como “polo criativo-reflexivo da sociedade” e, por isso, não teria como concebê-la desvinculadas dos problemas sócio-políticos-culturais que envolviam a nação.

Há ainda, tanto nas publicações estudantis como na docente, uma preocupação com a área da cultura, entendida como parte fundamental na luta de resistência. No caso estudantil, é curioso observar que no único jornal encontrado da década de 1960, o *Trincheira*¹⁹⁶, datado de 1969, é exposto que “a incerteza do amanhã” forçou os estudantes a terem que “dizer hoje todo o essencial a ser dito”, o que os impediria de ocupar as páginas de seu jornal com colunas complementares, que abordariam temas como esporte, música e arte – claramente colocando os temas em um patamar de menor importância. Com exceção desse periódico, todas as outras publicações estudantis davam ao campo cultural algum destaque. Em alguns isso se dava por meio da publicação de poemas e letras de músicas que conversam como o momento em que viviam, em outros o incentivo era mais claro, promovendo a criação de cineclubes, promoção de shows, saraus e

¹⁹⁴ Jornal *Folhativa*, publicado pela chapa Alternativa do CCS. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁹⁵ Boletim da ADPUC, n. 0, dezembro de 1977.

¹⁹⁶ A *Trincheira*, n. 1, 1969. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

amostras de fotografia. Havia ainda aqueles jornais que foram criados para serem publicações culturais, como foi o caso do *Cine-olho*, que trazia debates sobre o cinema brasileiro e entendia a denúncia à censura como sua tarefa fundamental, e o *Jornal do CECA*, produzido pelo *Centro Estudantil de Cultura e Arte da PUC-Rio*. No caso docente, já na edição número zero do *Boletim*, é exposta a vontade dos professores de criarem um departamento cultural dentro da ADPUC, por meio da qual objetivavam promover espetáculos e escreverem matérias sobre música e cinema, além de realizarem ciclos de leituras de peças e um “projeto experimental de pesquisa e criação coletiva em torno de um tema de alto conteúdo humano e social”.¹⁹⁷

Um episódio elucidativo para mostrar como os alunos e professores puquianos, em seus jornais, tratavam, na maioria das vezes, de temas similares, mas de forma particular, são as matérias relacionadas à construção da estrada Lagoa-Barra, com os exemplos abaixo:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 20120005/CA



Figura 25: Matéria “Chegar à Barra por via democrática”, publicada no nº 6 do jornal docente Boletim da ADPUC. maio/junho de 1979, p.6.

197 Boletim da ADPUC, n. 0, dezembro de 1977.

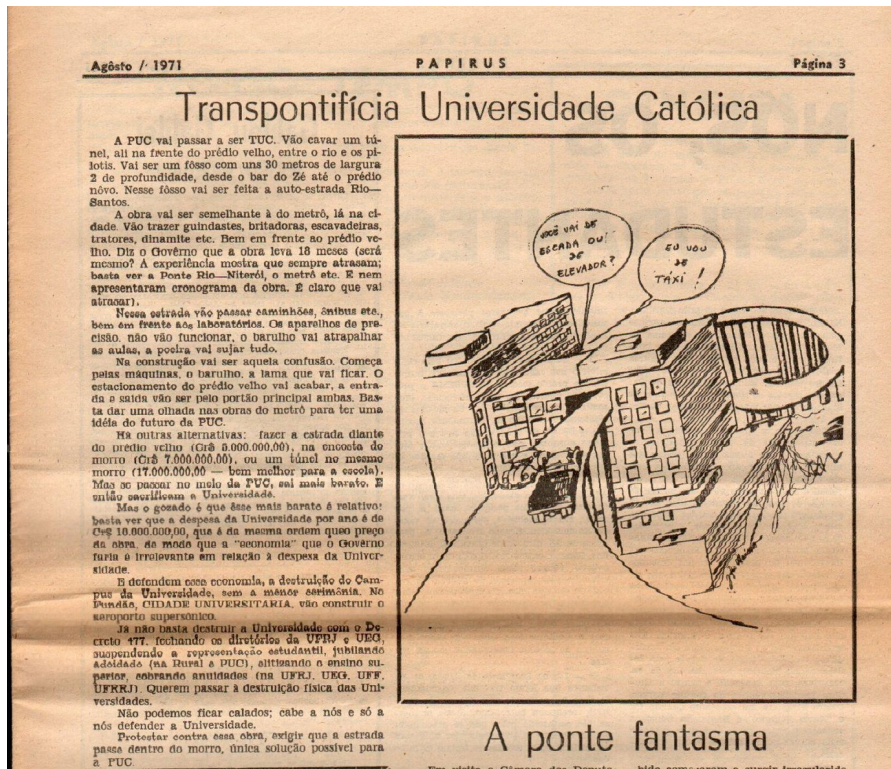


Figura 26: Matéria “Transpotifícia Universidade Católica”, publicada no nº 5 do jornal estudantil Papyrus. Agosto de 1971, p. 3. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Na matéria do *Boletim da ADPUC*, intitulada *Chegar à Barra por via democrática*, temos um texto com um tom mais sério, no qual é feito um breve histórico das negociações para a construção da Estrada, com a apresentação de fatos que são usados como argumento para a tese defendida pelos docentes de que o caso era mais um exemplo de uma ação autoritária por parte do Estado. O episódio é descrito como prejudicial não apenas para a PUC-Rio, que teria o campus impactado pelas obras, mas como “mais uma cirurgia urbana com custos ambientais, econômicos, sociais e energéticos, isto sem mencionar a perda da obra arquitetônica que constitui o Minhocão”. Nesse sentido, o evento não é exposto como um caso isolado, mas é inserido no debate sobre as obras rodoviárias feitas que, em defesa da expansão da malha urbana, acabavam impactando para o decréscimo da qualidade de vida dos cidadãos.

Já na matéria do jornal estudantil *Papyrus*, intitulada *Transpotifícia Universidade Católica*, conseguimos visualizar a ironia clássica dos estudantes, que já começa no título. Por conta da construção do túnel que dividiria o campus, os estudantes argumentam que a PUC mudaria de nome para TUC. No texto, que utiliza uma linguagem mais coloquial, o episódio, entendido como uma destruição física da Universidade, é associado à destruição simbólica da Universidade, a

partir do Decreto-Lei 477. A matéria ainda é acompanhada de outro recurso muito utilizado pelos estudantes: a charge. Nela, é mostrado o campus da PUC-Rio cortado por uma estrada e uma conversa entre membros da comunidade universitária que, quando um deles é questionado sobre como iria se locomover pela Universidade, de elevador ou escada, responde que iria de táxi.

Por fim, é difícil definir exatamente como era a circulação desses jornais pelo campus da PUC-Rio e até em outras universidades – no acervo da Reitoria é possível encontrar jornais universitários de outras instituições de ensino, o que serve de indício para crer que essas publicações circulavam para além dos muros da universidade em que eram produzidas. Durante as entrevistas com professores que fizeram parte da ADPUC foi questionado se eles lembravam de receber as publicações estudantis e, por sua vez, repassar para os estudantes as edições do *Boletim da ADPUC*. Novamente, a memória se mostrou com um cruzamento entre a lembrança e o esquecimento (LE GOFF, 1984), já que as respostas variaram entre professores que sequer lembravam da existência do *Boletim da ADPUC* e outros que só lembravam que os jornais chegavam até eles ou de os repassarem de mão em mão. Apenas em um dos depoimentos foi apontado pela entrevistada a lembrança de levar os exemplares do *Boletim* para o DCE e de receber dos diretórios alguns jornais estudantis.

4.3

A microrresistência

Além de dentro da ótica da imprensa alternativa, outro entendimento importante para esta pesquisa é o enquadramento desses jornais universitários puquianos como exemplos de microrresistências da qual fala Angélica Müller. Como já exposto em outros capítulos, a historiadora entende que, ao contrário do que expõe a majoritária bibliografia sobre o assunto, não teria havido uma interrupção da atividade estudantil entre os anos de 1969 e 1977, mas de fato uma “continuidade de organização do movimento, dentro de um quadro de continuidades e descontinuidades de ações e estratégias de luta” (MÜLLER, 2016, p.18). Então, ao invés de falar sobre uma paralisação da luta estudantil, a autora propõe que enxerguemos mudanças no repertório de ações do movimento. Se, antes do AI-5, as manifestações eram feitas sobretudo nas ruas, depois dele, os estudantes criaram outras estratégias de resistência, que aconteciam de forma

pacífica dentro das universidades e as quais a autora chamou de microrresistência, sendo a produção de jornais um exemplo disso – vale ressaltar que o termo micro não significa ação menor ou menos efetiva, mas apenas limitada a um contexto menor e menos organizado.

Para Müller, o fato de existir uma grande circulação de jornais estudantis mesmo durante o momento mais pesado do regime, é uma prova de que não houve a inexistência de ação da qual fala a historiografia do período, mas de fato uma resistência da maneira que era possível no momento. A quantidade e diversidade desses jornais mostram exatamente um movimento sempre ativo que passou por distintas fases, cada qual com diferentes possibilidades de ação, de pensamentos, de ideais.

Nos jornais puquianos não são poucas as vezes que os veículos se colocavam como parte dos movimento de resistência contra a ditadura: o jornal *Novação* é descrito como “um jornal dentro do ME”¹⁹⁸, que pretendia contribuir para o crescimento do movimento popular contra a ditadura; o *Quilombo dos Palmares*¹⁹⁹ é definido não apenas como um jornal de informação, mas como um espaço para discutir as posições e alternativas para o avanço do ME; o *Síntese*²⁰⁰ é caracterizado como um pequeno jornal da PUC que era um dos poucos canais da imprensa alternativa que conseguia manter viva a comunicação e informação da oposição popular nos anos mais obscuros do período Médici; o *Cine-Olho*²⁰¹ estabelecia como sua tarefa fundamental a denúncia da censura; o *Informe DCE*²⁰² colocava-se como mobilizado na luta pela democracia.

Os alunos responsáveis pelo jornal *Quilombo dos Palmares* quiseram, inclusive, desde a escolha do nome mostrar seu caráter de resistência. De acordo com o exposto em uma das edições²⁰³, a escolha se deu porque consideravam Palmares o maior exemplo de luta contra a opressão travada em terras brasileiras. Quando esse jornal foi apreendido pelos militares em episódio que falaremos mais a frente, os estudantes expressaram que “a imprensa independente e livre estudantil é uma conquista do movimento estudantil que cresce cada vez mais”.²⁰⁴

¹⁹⁸ *Novação*, n. 1, outubro-novembro de. 1978. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

¹⁹⁹ *Quilombo dos Palmares*, n. 5, setembro de 1976. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰⁰ *Síntese*, setembro de 1980. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰¹ *Cine-Olho*, n.3, dezembro de 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰² *Informe DCE*, 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰³ *Quilombo dos Palmares*, n. 1, setembro de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰⁴ Panfleto “Polícia descobre plano subversivo em Nova Iguaçu”, assinado pelo DCE da PUC-Rio, 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Esse e todos os outros casos nos quais os jornais universitários foram alvo de alguma atitude arbitrária eram encarados pelos militantes não como uma ação isolada, mas como uma clara tentativa por parte dos órgãos de repressão de reprimir o movimento estudantil ou o movimento docente.

Temas constantemente defendidos pelos jornais puquianos eram a reconstrução, ou no caso dos professores, a construção de entidades de representações nacionais, como da UNE e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES); a realização de uma assembleia constituinte; eleições diretas; a anistia ampla e irrestrita; além de denúncias de casos de exceção, seja por meio da censura, prisão ou tortura contra vários setores da sociedade.

É nítido também, tanto nas publicações estudantis como na docente, o esforço para encaminhar a resistência puquiana de forma relacionada com outros movimentos sociais. No *Boletim da ADPUC* é possível visualizar que desde o início havia o incentivo por parte dos professores puquianos à criação de associações docentes em outras universidades do Grande Rio e a presença de professores puquianos nos encontros nacionais de professores era frequente. Em relação a de que forma a luta pela democracia deveria se encaminhar, em uma das edições do *Boletim* é expressado que os professores da PUC-Rio acreditavam que ela deveria ser por meio de uma união firme dos segmentos democráticos do país em torno dos objetivos em comum. Nas publicações estudantis a necessidade de união é exposta de forma ainda mais clara, estando presente na maioria dos jornais. No *De Mão em Mão*²⁰⁵, por exemplo, é exposto que os estudantes não poderiam perder de vista o fato de a vitória dos setores que lutam pelo fim da ditadura depende “da união de todas as forças e principalmente daqueles que hoje constituem a grande maioria marginalizada de nossa sociedade”. No *Caderno de Debates – DCE e ADPUC*²⁰⁶, datado de 1979, esse anseio por união é exposto quando os professores e estudantes se uniram para fazerem a publicação em questão, na qual manifestaram apoio à anistia ampla, geral e irrestrita e colocaram-se como coparticipantes do Movimento Nacional Pró-Anistia.

²⁰⁵ De Mão em Mão, nº2. Sem data. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰⁶ Caderno de Debates - DCE e APUC pela anistia ampla, geral e irrestrita. 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Outra característica comum nesses jornais era a citação ou mesmo transcrição de conteúdos de periódicos feito por estudantes e professores de outras universidades. O que mostra que, mesmo sem um órgão de representação nacional como a *UNE*, havia certa organização dos movimentos a nível maior que o âmbito de cada universidade.

Em síntese, o que foi procurado mostrar aqui é que esses jornais puquianos, ao colocarem-se sempre como parte de movimentos maiores e ao apresentarem conteúdos críticos ao governo militar são exemplos representativos da noção de microrresistência trabalhada por Müller. Foi, nas circunstâncias em que se encontravam, o meio que os militantes encontraram para expressar seus descontentamentos, reivindicarem seus direitos e manifestarem sua resistência. Em um momento no qual as pessoas corriam risco de serem mortas por expressarem suas opiniões, fazer um jornal que explicitamente ia contra as políticas governamentais era de uma coragem ímpar e, mesmo que não tenham pegado em armas como foi o caso dos militantes da guerrilha urbana, fizeram das palavras sua artilharia e desferiram tiros metafóricos aos repressores, que, com uma força bélica muito maior, por várias vezes revidaram, conforme veremos a seguir.

4.4

Os casos de repressão

Esses jornais, por serem o meio encontrado pelos movimentos universitários de resistir, acabaram, evidentemente, chamando a atenção das autoridades e foram alvo de repressão, feita tanto por parte da Reitoria quanto do Estado. Abaixo, analisaremos alguns desses casos nos quais foram usadas medidas autoritárias para tentar impedir a circulação de determinados jornais – o que nos serve de indício para concluirmos que, mesmo sendo jornais pequenos, com noções rudimentares do jornalismo profissional, que circulavam majoritariamente só no campus da PUC-Rio, a repressão os via como importantes, caso contrário não teria movido força e recurso para tentar proibi-los.

O primeiro caso foi identificado por meio da pesquisa feita no acervo da Reitoria, onde foi encontrada carta já mencionada no capítulo 1, datada de abril de

1969²⁰⁷, enviada do Brigadeiro-do-Ar Paulo de Vasconcellos de Sousa e Silva, chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica, para o então reitor padre Laércio Dias de Moura sobre o jornal estudantil puquiano *A Trincheira*, na qual o militar expressa ter a “honra” de passar aos mãos do reitor um exemplar do jornal que, “salvo melhor juízo”, deveria ser enquadrado no Decreto-Lei 477. Dois dias depois, padre Laércio responde²⁰⁸ ao militar agradecendo o envio do jornal, mas informa que já tinha conhecimento dele e já havia tomado as devidas providências. Entretanto, relata que, como o jornal havia sido distribuído em época anterior à publicação do Decreto, não lhe pareceu cabível aplicar a pena disciplinar baseada no texto legal. Advertiu, porém, aos responsáveis pelo impresso que, caso voltassem a publicar conteúdo idêntico, seriam punidos de acordo com a nova regra.

Vemos, então, que o que poderia ser considerado uma mera publicação estudantil incomodou tanto que levou um Brigadeiro-do-Ar, patente mais alta da Aeronáutica, a despender tempo comunicando-se com o reitor da Universidade para punir o jornal. Nesse caso, podemos observar também que o reitor, mesmo não concordando com o conteúdo da publicação, saiu minimamente em defesa dos estudantes, quando não aceitou puni-los com base em um texto posterior à publicação do jornal, conforme havia sido instruído pelo militar.

Já por meio de uma pesquisa no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) foi possível identificar um dossiê do Ministério da Justiça²⁰⁹, datado de 1972, sobre a publicação estudantil puquiana *Papirus*, que, entre os documentos, há uma carta carimbada como confidencial dirigida ao chefe do gabinete do Ministro da Justiça, Eduardo Grieco, assinada pelo chefe do Centro de Informações do Exército, General de Brigada Milton Tavares de Souza, na qual o jornal é apontado como um veículo com “linha semelhante as publicações subversivas, aproximando-se do estilo e da forma dos panfletos e outros veículos utilizados pelas facções terroristas”. No texto é ainda indicado que “parece necessária uma ação imediata para impedir que o jornal continue realizando a

²⁰⁷ Carta do Brigadeiro-do-ar Paulo de Vasconcellos de Sousa e Silva para o reitor Pe. Laércio Dias de Moura, 8 de abril de 1969. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰⁸ Carta do reitor Pe. Laércio Dias da Moura para o Brigadeiro-do-ar Paulo de Vasconcellos de Sousa e Silva, 10 de abril de 1969. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁰⁹ Dossiê: Processo SECOM no 12.405. 3 maio 1972. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1023777&v_aba=1> Acesso em 16 de maio de 2019.

intoxicação progressiva dos universitários fluminenses, predispondo-os ao aliciamento subversivo ou mesmo à agitação estudantil, tão prejudiciais ao nosso País”. Além da carta, há um parecer no qual é indicado que o jornal “está sendo utilizado não somente para publicar notícias sobre a Universidade Católica, mas também, para a exploração de fatos políticos e intoxicação do meio estudantil e argumento de caráter comuno-subversivos”. Ainda, é ressaltado que, caso não fossem tomadas “medidas de seu controle”, o jornal poderia “aumentar a intensidade e agressividade dos ataques e agitar a Pontifícia Universidade Católica”. Há, por fim, um pedido de busca pelos componentes, à época, da direção do Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca. Após as investigações, são indicados como responsáveis pelo jornal os estudantes: José Jorge Campello (presidente do DCE), Francisco Mariano (presidente do DAAF), Monica Tolipan (presidente do DAJF) e Antonio Carlos Bordeaux (presidente do DAGG). Todos esses nomes de fato foram citados como os responsáveis pelo jornal *Papirus* durante alguma de suas edições.

Além disso, no arquivo da Reitoria também foi encontrada uma carta do reitor Viveiros de Castro²¹⁰, de abril de 1972, para o presidente do DCE, sobre o *Papirus*, na qual o padre explicita estar impressionado com a técnica jornalística, com o trabalho de levantamento e parcialidade na apresentação dos dados, com o negativismo, que considera “tão impróprio à mocidade” e a predominante totalidade política. Faz, então, um apelo ao bom senso dos responsáveis pelo jornal para que mudem a orientação da publicação pois estariam prestando um desserviço à Universidade. Nesse caso, o reitor em questão dialoga com os apontamentos do Estado que vimos no dossiê acima descrito, identificando o jornal como nocivo para a vida universitária puquiiana, mas é válido destacar como ele solicita a mudança na linha editorial de forma amigável, como se fosse um pedido e não uma ordem.

Em 1975, por sua vez, a comunicação entre a reitoria e os diretórios responsáveis pelo jornal *Síntese* não foi tão amistosa como havia sido três anos antes. O reitor, que nesse caso era o padre Velloso, não entrou em contato com os estudantes pedindo uma mudança de conteúdo ou algo do tipo, mas de fato proibindo a circulação do periódico e, caso a suspensão não fosse cumprida

²¹⁰ Carta do reitor Pe. Viveiros de Castro para o presidente do DCE da PUC-Rio, 3 de abril de 1972. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

imediatamente, ameaçou tomar “medidas severas” contra os diretórios responsáveis pela publicação. De acordo com carta enviada pelo reitor Velloso aos presidentes dos Diretórios Acadêmicos²¹¹, a proibição se dava porque “a publicação em questão só trata de assuntos políticos e tem orientação político-partidária, como é óbvio a qualquer leitor de boa fé e medianamente perspicaz”. Os estudantes se defenderam²¹² argumentando que apenas estavam pautados nas lutas pelos Direitos Humanos e Liberdades Democráticas e, apesar de considerarem o fato uma interpretação autoritária e tendenciosa dos Estatutos, optaram por suspender circulação do jornal para que ele não fosse usado como desculpa para atitudes futuras da reitoria em relação ao boicote ao Bandeirão que estava sendo feito naquele momento. Na carta de resposta dos estudantes é pedido para que o reitor não mais endereçasse as correspondências aos presidentes, mas aos diretórios, uma vez que as entidades respondiam por suas atitudes como um todo. O reitor, então, respondeu que uma carta dirigida ao presidente é dirigida a todo o diretório, sem que isso precise ser mencionado explicitamente, mas ressaltou que as correspondências enviadas para ele deveriam ser assinadas pelo presidente ou substituto legal e não por todo o diretório, e que, caso o autor não fosse identificado, as devolveria sem resposta.

Em relação ao ano de 1977 foram identificados três casos de tentativas de coibição de jornais puquianos. Há um documento²¹³, marcado como confidencial, do Serviço Nacional da Informação (SNI), no qual o jornal *Folhativa* é assinalado como uma publicação que “tem caráter subversivo e explora assuntos ligados ao Movimento Estudantil” e é feita uma descrição detalhada dos conteúdos tratados nas matérias do periódico. Da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça (DSI) há um documento²¹⁴, também assinalado como confidencial,

²¹¹ Carta do reitor Pe. Velloso para os presidentes dos Diretórios Adhemar Fonseca, Galileu Galileu e da Associação da Pós-graduação da PUC, 25 de março de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²¹² Carta dos presidentes dos Diretórios Adhemar Fonseca, Galileu Galileu e da Associação da Pós-graduação da PUC para o reitor Pe. Velloso, 25 de março de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²¹³ Dossiê: MOVIMENTO ESTUDANTIL, PANFLETO FOLHATIVA, DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA RJ, 16 de setembro de 1979. Disponível em:

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1986722&v_aba=1> Acesso em 7 de maio de 2019.

²¹⁴ Informes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), mês de maio de 1977. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/MCP/AVU/0288/BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0288.pdf> Acesso em 7 de maio de 2022.

sobre a publicação *Viração*, no qual é dito que, mesmo com uma leitura superficial, é possível perceber a existência de um sólido e bem montado Movimento Estudantil na PUC-Rio, que é contestatório, agitador e tem ligação com outros movimentos também de natureza contestatórios. Houve, ainda, um episódio que rendeu matérias no *Estado de São Paulo* e no *Jornal do Brasil*²¹⁵, nas quais o jornal *Quilombo dos Palmares* foi apontado como envolvido em atividades clandestinas. De acordo com esses jornais da grande imprensa, 8.000 mil exemplares do *Quilombo dos Palmares* teriam sido apreendidos e quatro estudantes presos por conta de atuação dos estudantes no Sindicato de Transportes de Nova Iguaçu, por meio da qual o DCE estaria organizando uma greve geral e formando uma frente anti-ditadura pelo socialismo. Já, segundo um panfleto dos estudantes²¹⁶, o que teria acontecido é que a dificuldade financeira de rodar o jornal em questão fez com que recorressem a uma gráfica em Nova Iguaçu e quando quatro alunos foram buscar a última edição foram detidos por alguns minutos por policiais que pediram documento de identificação dos estudantes, anotaram a placa do carro que dirigiam e apreenderam apenas um jornal. Na visão dos estudantes, o episódio seria uma clara tentativa da repressão de tentar criar justificativas, ainda que inverídicas, para futuras ações violentas contra o movimento estudantil. Expressaram, porém, que o incômodo que causavam por conta da combatividade do DCE da Puc não deixaria de existir em função das tentativas de intimidação. Vale apontar também que, mesmo que não tenha sido direcionado a um jornal em específico foi nesse mesmo ano que aconteceu o episódio, mencionado no capítulo anterior, do roubo dos maquinários que ficavam na sede de um dos diretórios acadêmicos. Apesar de não haver provas da autoria do crime, o caso pode ter sido uma tentativa por parte da repressão de diminuir a confecção dos jornais estudantis, já que muitos deles eram impressos nessas máquinas.

Em 1979 houve um caso curioso. Quando os estudantes puquianos estavam a caminho do Congresso de Reconstrução da UNE em Salvador, o ônibus foi parado e revistado em busca de materiais subversivos. Os policiais encontraram trezentos exemplares da revista *Art&Manha* e, de acordo com o

²¹⁵ Polícia procura gráfica de Nova Iguaçu que imprimiu panfleto a favor de greve. **Jornal do Brasil**, 30 de setembro de 1977, p. 40. 1º Caderno.

²¹⁶ Panfleto “Polícia descobre plano subversivo em Nova Iguaçu”, assinado pelo DCE da PUC-Rio, 1977. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

publicado nos jornais estudantis²¹⁷, os alunos depararam-se com a cena: “os policiais disputando a tapas os exemplares e rindo a valer com nossas inocentes piadinhas”, conforme ilustrado:



Figura 27: Charge publicada na revista estudantil *Art&Manha*, n.5, 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Os responsáveis pela *Art&Manha* expressaram que, apesar do episódio mostrar que a revista seria para todos os gostos, estavam revoltados porque “o braço armado da ditadura” teria levado 40 revistas sem pagar.²¹⁸ De acordo com matéria publicada no *Informe DCE*²¹⁹, o número apreendido pelos militares teria sido o de 25 revistas, acordado depois de quatro horas e meias de discussão, já que os militares alegaram que gostaram tanto da revista que queriam ficar com todas elas para distribuir aos colegas de trabalho. Para os estudantes, o intuito da polícia era claro naquele momento: não queriam prender, mas sim atrasar a viagem para tumultuar a realização do Congresso.

Não foram identificadas ações repressivas diretamente ao jornal dos professores. Bem como assinalou Motta (2014), os estudantes, por conta de terem assumido um maior protagonismo na resistência universitária – além de mais numerosos, tinham mais disposição a correr risco, talvez por terem menos a perder se comparados aos professores cujas responsabilidades sociais e financeiras eram maiores –, receberam maior carga da repressão. Entretanto, foram várias as

²¹⁷ *Art&Manha*, n.5, 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²¹⁸ *Idem*.

²¹⁹ *Informe DCE*, 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

vezes que a ADPUC foi alvo de atitudes arbitrárias, como foi o caso da proibição da atuação da Associação no âmbito da universidade por parte da reitoria nos primeiros anos da sua criação e da massiva demissão de professores em 1981. Além disso, havia algumas edições do *Boletim da ADPUC* no acervo da reitoria, o que mostra que a Administração Central estava atenta ao que estava sendo publicado pelos professores. Assim como expõe Celso Castro, no livro *Pesquisando em arquivos* (2008, p.29), “a constituição dos conjuntos de documentos que compõem um arquivo implica, necessariamente, diversos processos seletivos”. Então, o fato de no Acervo da Reitoria ter uma enorme quantidade de documentos relativos ao ME e MD mostram que, em algum momento, alguém da Administração Central da Universidade selecionou e definiu que esses documentos “valeriam a pena” ser guardados. No SIAN foi possível também encontrar um dossiê confidencial²²⁰ de 26 páginas do Centro de Inteligência do Exército (CIE), que foi distribuído para o SNI, Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), CI/DPF, DSI/MEC, sobre a ADPUC. Nele, é dito que a Associação estaria “dirigida e bastante infiltrada por simpatizantes da doutrina marxista-lenista” e são listados os nomes completos dos professores membros da diretoria da ADPUC – o que serve de indício para concluirmos que não apenas a reitoria estava vigilante sobre as atividades dos professores, como também os órgãos de repressão do Estado.

Esse e os outros casos aqui descritos mostram que a PUC-Rio, que outrora era vista como lugar da classe média abastada apoiadora do golpe ou, parafrazeando a matéria do *Diário de Notícias*²²¹, como o “sítio das meninhas em flor e dos rapazes queimados de praia”, teve seu espaço ocupado por um movimento de resistência ao regime militar influente que, para o bem e para o mal, chamou a atenção. Por um lado, isso fez a Universidade ser um polo importante nas lutas regionais, conforme já exposto nos capítulos anteriores. Por outro, atraiu olhares dos órgãos de repressão, que, apesar das particularidades da PUC-Rio debatidas no capítulo 1, fez-se presente na vida da comunidade universitária puquiana.

²²⁰ Dossiê: ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DO RIO DE JANEIRO, 1 de outubro de 1979. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1883573&v_aba=1>. Acesso em 07 de maio de 2019.

²²¹ A vez dos estudantes. *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1975, p.4. Opinião.

4.5

Uma breve análise da representação de gênero na imprensa alternativa puquiiana: os retalhos de uma colcha por fazer

De início, não havia sido uma preocupação para a produção deste trabalho de que forma as questões de gênero atravessavam a militância puquiiana. Havia sido observado apenas que existiam um número considerável de mulheres no movimento estudantil e no movimento docente da PUC-Rio durante o regime militar brasileiro, mas não havia sido pensado o significado dessa presença, quais cargos elas ocupavam, quem seriam essas mulheres, entre outras questões.

Possivelmente, parte dessa não atenção se deva, como destaca Perrot, ao fato de haver processo de apagamento feminino nas fontes e documentos:

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. Inicialmente, por ausência de registro. Na própria língua. A gramática contribui para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: eles dissimula elas. (PERROT, 2007, p.21)

Entretanto, essa suposta ausência documental não pode ser usada como justificativa para ignorarmos os possíveis debates sobre gênero que o tema poderia produzir. Assim como expõe Kenneth Burke (1935 apud TILLY, 1994), “uma maneira de ver é também uma maneira de não ver”. Não é porque há uma considerável presença feminina nos movimentos sociais que essa participação não deve ser problematizada. Bem como destaca Michelle Perrot (2007), por mais que de fato exista esse apagamento feminino nos documentos, se procurarmos com um olhar atento vamos encontrar a presença das mulheres em várias fontes. Os jornais universitários puquiianos se mostraram, então, como fontes bastante ricas para essa análise. Nesse sentido, o que será buscado fazer aqui, ainda que brevemente, é uma leitura paciente desses periódicos, buscando desvendar as “informações omissas ou muito esparsas, casuais, esquecidas do contexto ou da intencionalidade formal do documento” (DIAS 1983, p.41), para ir atrás do que Maria Odila Leite

da Silva Dias chama de “vislumbres de uma imensidão”, os “retalhos de uma colcha por fazer”.

Vale iniciar a discussão identificando quem eram essas mulheres militantes da PUC-Rio, que ocupavam uma posição social distinta das militantes de outros movimentos sociais. Precisamos primeiro entender que não há como criar uma categoria universal de mulher, já que, conforme ressalta Louise Tilly, por mais que as mulheres sejam definidas pelo sexo, elas existem para além dessa categoria biológica e fatores como classe social, raça, religião, idade, família e nação impactam profundamente na experiência social de cada uma. Em outras palavras: “as mulheres vivem e atuam no tempo” (TILLY, 1994, p.31).

As estudantes e professoras da Universidade eram majoritariamente mulheres brancas pertencentes à classe média e moradoras da zona sul de uma cidade localizada na região sudeste do país e, por isso, usufruíam de uma posição privilegiada em muitos sentidos em relação à grande maioria das mulheres da sociedade brasileira daquele momento. Só o fato de serem estudantes ou professores já com diplomas de cursos de ensino superior já era um enorme diferencial, levando em conta que na década de 1960 as mulheres brasileiras estudavam, em média, cerca de 1,9 ano (IPEA, 1996). Entretanto, assim como não há como e nem tem sentido tentar fixar uma concepção universal das mulheres, também não é possível fazê-lo em relação às militantes da PUC-Rio durante a ditadura. Primeiro porque, no decorrer dos 21 anos de duração do regime, houve diferentes momentos, com mais ou menos repressão, com diferentes tipos de estratégias de oposição e de projetos em formação. Em segundo lugar, porque essas mulheres, apesar de fazerem parte de movimentos similares, tiveram experiências pessoais distintas e expressavam diferentes tipos de fé, vinham de diferentes famílias, etc. Contudo, mesmo distintas entre si, não há como negar que o fato de ser uma aluna ou uma professora da Universidade impactava na vida dessas militantes, dando-lhes maior liberdade.

Foi justamente durante a década de 1960 que a presença feminina começou a de fato crescer no ensino superior do país – por mais que desde o século XIX já houvesse lutas por esse direito (SOUZA, SARDENBERG, 2013). De acordo com Beltrão e Alves (2009), as mulheres tiveram maiores chances de ingresso no ensino superior a partir dos anos 1960 por conta da intensificação da industrialização: “os governos militares, instalados no país após 1964 e inspirados

no modelo norte-americano, tomaram medidas para atender a demanda crescente por vagas e qualificação profissional, de acordo, inclusive, com os compromissos internacionais” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 5). Já, para Rosemberg (2012), a educação das mulheres só teria rompido de fato as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários – com isso, o curso normal secundário amplamente frequentado por mulheres também passava a dar acesso ao ensino superior.

Michelle Perrot (2007, p.21) destaca que “as estatísticas quase sempre são assexuadas”. No caso dos dados encontrados da PUC-Rio, é exatamente isso que acontece, conforme o exemplo abaixo de um levantamento presente no Anuário da PUC-Rio de 1967:

	1941	1945	1950	1955	1960	1965	1966	1967
Faculdade de Filosofia	70	197	309	517	461	1.182	1.066	1.300
Instituto de Psicologia				43	167	219	105	50
Faculdade de Direito	24	114	196	210	300	1.056	1.129	647
Escola Politécnica			182	257	583	2.095	1.660	1.873
Escola de Sociologia e Política					110	232	229	236
Escola de Serviço Social do "Instituto Social"						213	233	495
Escola de Educação Familiar do "Inst. Social"		64	209	168	123	167	176	191
Fac. de Enfermagem "Luiza de Marillac" ..				69	31	97	101	198
Faculdade de Filosofia "Santa Úrsula"					564	1.336	941	481
Esc. de Biblioteconomia e Documentação "Santa Úrsula"						41	61	69
Escola Médica de Pós-Graduação				6	96	222	231	226
Instituto de Odontologia				143	264	142	139	127
Instituto de Administração e Cerência					59	957	1.500	1.609
Instituto de Física						120	98	76
Centro de Processamento de Dados						173	403	34
Escola de Líderes Operários						138		
Escola Graduada de Ciências e Engenharia ..						50	67	77
TOTALS	94	375	896	1.567	2.758	8.490	8.139	7.689

Figura 28: Quadro Geral de Matrículas. Anuário da PUC-Rio de 1967.

No quadro, podemos observar que houve de fato um crescimento considerável de alunos na Universidade na década de 1960. Entretanto, por não conter maiores dados, é impossível definir qual seria a relação proporcional entre a presença feminina e masculina.

Uma das formas de buscar indícios dessa presença feminina na PUC-Rio foi mapear nos jornais universitários as vezes que os nomes de algumas mulheres foram indicados como parte das equipes editoriais, dos diretórios acadêmicos e da associação dos professores. Em relação à ADPUC, três diferentes formações da

diretoria foram identificadas pelo *Boletim da ADPUC*. Em todas há a presença de pelo menos duas professoras, tanto em cargos de secretária ou de tesoureira, nunca como presidente ou vice-presidente. No entanto, não há como afirmar que de fato nunca houve uma mulher na presidência da Associação, já que não há dados sobre todos os anos de duração da ADPUC. Uma das professoras entrevistadas durante a pesquisa chegou a declarar que havia feito parte de diferentes diretorias, mas que nunca chegou a ocupar cargos “muito importantes” – como naquele momento a pesquisa não estava nada inclinada à discussão de gênero, a resposta não foi problematizada.²²²

No caso dos jornais estudantis era comum que eles fossem ligados a algum diretório ou centro acadêmico, mas, talvez por conta de uma escolha estratégica para esquivar da repressão militar, as matérias não costumavam ser assinadas. Conforme o pedido do presidente do DCE em uma das cartas ao reitor²²³, os estudantes queriam que os diretórios respondessem como um todo e não vincular nem as cartas nem as matérias publicadas às pessoas em específico. Então, é difícil determinar qual era exatamente a participação feminina na escrita dessas publicações. Há, entretanto, alguns casos que podem nos servir de indícios. O único jornal encontrado que conta com matérias assinadas é uma edição do *Jornal do CAEL*²²⁴ de 1980 que, entre as 15 matérias publicadas, consta com três escritas por mulheres, das quais duas debatem assuntos considerados ligados ao universo das mulheres: uma sobre a possibilidade da criação de uma creche na Universidade e a outra sobre a luta pela preservação de casa universitária feminina. Por meio dos jornais estudantis foi possível identificar mulheres como membros da diretoria dos órgãos estudantis ou parte da equipe editorial dos periódicos em alguns casos, entre eles: no *Jornal do DCE*²²⁵ de 1981 são citados 11 alunos como membros da diretoria do DCE naquele momento, entre os quais havia duas mulheres, porém nenhuma no conselho editorial do periódico; no *Papirus*²²⁶, de novembro de 1971, são citados como responsáveis pelo jornal os presidentes do DCE e de mais 5 diretórios acadêmicos, entre os quais a única

²²²CAVALCANTE, Berenice. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 6 de novembro de 2017.

²²³ Carta dos presidentes dos Diretórios Adhemar Fonseca, Galileu Galileu e da Associação da Pós-graduação da PUC para o reitor Pe. Velloso, 25 de março de 1975. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²²⁴ *Jornal do CAEL*, n.3, 1980. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²²⁵ *Jornal do DCE*, n. 2, junho de 1981. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²²⁶ *Papirus*, n.6, novembro de 1971. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

mulher era Mônica Tolipan, que era presidente do DAJF; no *Jornal do CAEL*²²⁷, datado do segundo semestre de 1980, três alunos são citados como os editores responsáveis, entre os quais havia uma mulher e, dos 11 alunos indicados como colaboradores do jornal, havia 3 mulheres.

Essas formações das diretorias, tanto dos órgãos estudantis como do docentes, encontradas nesses jornais podem nos servir de indícios que dialogam com a percepção debatida por Borges e Fiuza (2020) de que “as mulheres se constituíram como militantes em um ambiente politicamente estruturado a partir de um conceito de militância masculina” e, por conta disso, os comportamentos, desde a fala em público até a divisão de tarefas, eram masculinizadas, o que propiciava que as lideranças políticas fossem “‘naturalmente’ direcionadas para os participantes masculinos”. Mais do que uma estratégia consciente e planejada, as lideranças acabavam sendo masculinas por uma naturalização da figura do líder homem. Nos movimentos de resistência universitária puquiano é exatamente isso que parece ter acontecido. Por mais que as mulheres estivessem presentes e atuantes, foram poucas as vezes em que elas ocuparam posição de liderança, como diretora da ADPUC ou de algum diretório acadêmico, por exemplo.

Além disso, foi possível identificar nos jornais puquianos vários conteúdos estereotipados e machistas, o que nos mostra que não é porque esses militantes eram de esquerda, estavam preocupados com os destinos gerais do país e produziam uma imprensa considerada alternativa que eles tinham uma percepção de igualdade entre os sexos (COLLING, 2004).

No Boletim da ADPUC²²⁸, por exemplo, há uma matéria sobre a saída da professora Celina Junqueira da direção do Departamento de Filosofia, na qual a professora é retratada como uma pioneira, uma mulher “forte” na qual combinavam-se “segurança e suavidade”, que “nunca, porém, a suavidade feminina a impediu, quando as circunstâncias a desafiaram”. Aqui, a suavidade é invocada como uma característica intrínseca ao gênero feminino e como algo que tinha potencial de atrapalhar a professora a lidar com situações consideradas mais difíceis. A posição de liderança, por sua vez, é considerada como uma qualidade masculina.

²²⁷ *Jornal do CAEL*, n.3, 1980. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²²⁸ Celina Junqueira, uma pioneira. **Boletim da ADPUC**, n.2, abril de 1978, p.9.

Já nas publicações estudantis é possível encontrar ainda mais conteúdos problemáticos em relação ao gênero, principalmente por meio do humor. Na publicação *Papirus*²²⁹, que era vinculado ao diretório acadêmico de Engenharia, há uma matéria de boas-vindas aos calouros daquele período na qual há o seguinte trecho: “as garotas, fluindo em sensualidade pelas escadas, pelos banquinhos, na fila do ‘rango’, fazendo a gente suspirar... e vocês careca!...pois é”. Além de ser ignorado o fato de que poderiam haver calouras que gostariam de também receber essas boas-vindas, as mulheres são mencionadas apenas como um objeto de atração para os homens. Nesse mesmo jornal há uma charge²³⁰ na qual, novamente, a figura feminina é apresentada de forma sensualizada, como uma distração para os homens:

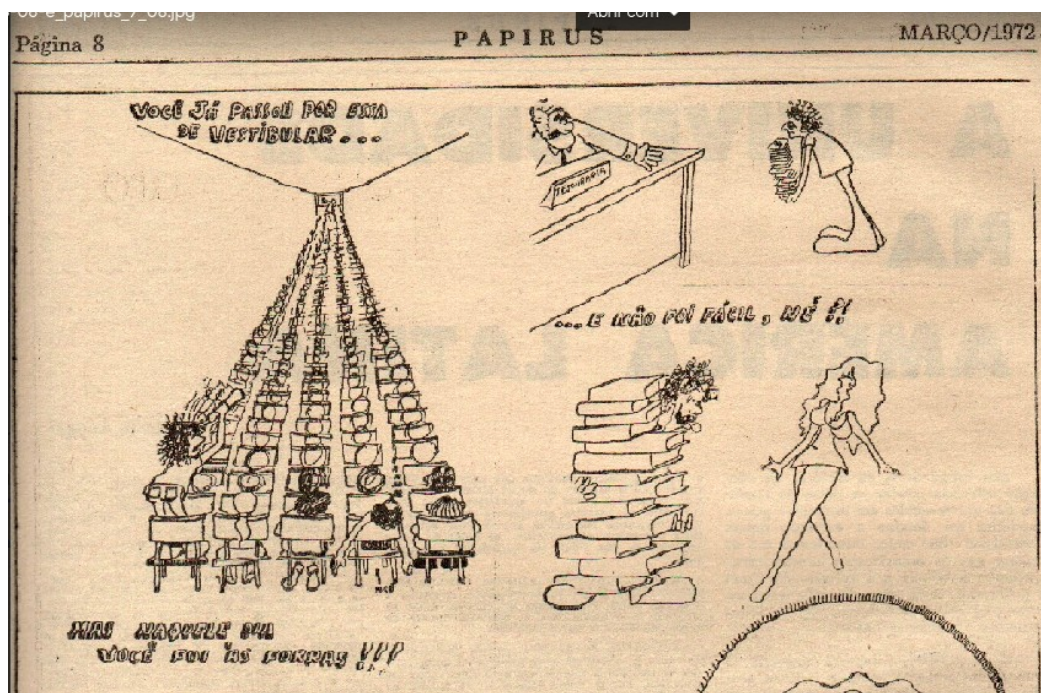


Figura 29: Charge publicada no jornal estudantil *Papirus*, mar 1977, p.8. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

No desenho observa-se escrito “Você já passou por essa de vestibular...” no primeiro quadrinho e, em seguida, “...e não foi fácil, né!!” no segundo quadrinho, acompanhado da figura de uma mulher com curvas acentuadas desviando a atenção do estudante. Mais uma vez a mulher, representada por uma

²²⁹ MARIANO, Júlio. Ôi “bichos”!. *Papirus*, n. 5, p. 2., agosto de 1971.

²³⁰ *Papirus*, n. 5, agosto de 1971. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

ilustração com vestido curto, cabelos longos e seios vastos, é representada apenas como uma distração para os homens.

Essa sexualização feminina também pode ser vista no *Caderno de Debates*²³¹, publicação de 1979 feita em conjunto pelo DCE e pela ADPUC, que tinha como objetivo manifestar apoio à anistia, ampla, geral e irrestrita. Nele há uma charge na qual uma mulher, de longos cílios e seios avantajados, expressa o quanto fica excitada quando o homem fala sobre “liberdades” para ela:



Figura 30: Charge publicada no Caderno de Debates - DCE e ADPUC. 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Esses exemplos nos mostram que, no mesmo jornal no qual os militantes pediam por liberdades democráticas, pela anistia e por direitos humanos, também eram publicados conteúdos machistas – o que reforça o argumento de que não é porque eram simpatizantes da esquerda e lutavam em prol de uma sociedade mais justa e igualitária que isso significava uma ausência de práticas misóginas dentro da vida de militância universitária. Assim como apontou Elisabeth Souza-Lobo (1991, p.213), como sujeitos históricos, "militantes de ambos os sexos, em seu fazer político, carregam as marcas das práticas sociais diferenciadas de homens e mulheres".

²³¹ Caderno de Debates - DCE e ADPUC pela anistia ampla, geral e irrestrita. 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

O machismo estava presente até mesmo em matérias mais progressistas, como foi o caso de um texto sobre mulher e trabalho publicado no jornal *Informe DAAF*²³². Nela, é a única vez, entre todos os periódicos analisados, que o termo “movimento feminino” é citado e há pontos significativos abordados no texto, como, por exemplo, um pequeno levantamento da história da luta feminina por direitos e o destaque dado à necessidade de discutir temas que envolvem as mulheres, principalmente por conta do alto índice de mulheres na Universidade. Entretanto, é uma abordagem ainda marcada por uma ótica machista. É ressaltado que a solução para a dupla jornada de trabalho feminina não seria o homem se desdobrar, mas sim “a instalação de lavanderias públicas, escolas com comidas para os filhos, e etc.”; e que as mulheres não podem “doar” os filhos para avós ou babás para se inteirar do mundo, mas que deveriam ser criadas creches nos locais de grande aglutinação de mulheres, para que elas possam trabalhar pelo menos parte do dia. A maternidade e o cuidado da casa são apresentados como uma preocupação das mulheres e, caso quisessem trabalhar, deveriam deixar seus filhos em creches, mas não era cogitada a possibilidade de os homens também cuidarem dos filhos e realizarem as tarefas domésticas. Podemos ver que, assim como expõe Fernandes (2010), a maternidade é usada como uma forma de subordinação das mulheres, visto que “seus direitos repousam em sua condição de reprodutora e de responsável pela esfera doméstica”.

Outra característica comum à militância de esquerda que parece ter marcado a experiência puquiana foi a construção de sujeitos de forma unitária e não diversificada, o que levava a uma hierarquização das lutas. Isso acontecia porque, conforme explicitado por Ana Maria Colling (2004, p.8), “homens e mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças”. De acordo com a historiadora, é comum em momentos políticos marcados pelo autoritarismo que a sociedade seja dividida em dois blocos antagônicos – os que apoiavam o regime e a oposição – o que leva os sujeitos a serem igualados. Com isso,

[...] As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Estes dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político. (COLLING, 2004, p.6)

²³² Mulher. *Informe DAAF*, p.2, s.d. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Nesse sentido, as questões principais das mulheres acabavam sendo “democraticamente” esquecidas em nome das reivindicações gerais (LOBO, 1991). No caso da PUC-Rio, isso parece ter acontecido, já que, na análise dos jornais universitários, nota-se que alguns poucos conteúdos relacionados à causa feminina até chegaram a ser publicados, no entanto, os assuntos parecem que nunca de fato foram levados à frente, pelo menos não com o mesmo esforço que outras questões foram. Um desses poucos assuntos que é colocado claramente como uma pauta feminina é a possível construção de uma creche no campus da PUC-Rio.

No jornal dos professores, o *Boletim da APUC*, das 24 edições analisadas, o tema é mencionado apenas três vezes. Na edição número zero²³³, de dezembro de 1977, é publicado que a ADPUC tem a proposta de criar um grupo para elaborar um anteprojeto sobre a creche. Depois o assunto só volta a ser citado na edição número quatro²³⁴, de setembro de 1978, e na de número cinco²³⁵, de março de 1979, que apresentam a creche como um projeto do DCE e a ADPUC se propõe a fazer uma campanha apoiando a criação da creche. Na matéria de 1978²³⁶, a mais longa de todas, é relatado como a Administração Central se coloca contra a proposta porque alega que a Universidade estaria passando por um momento de crise. No entanto, o DCE já havia feito um levantamento próprio que argumentava que as estatísticas de gastos apresentados pela Reitoria seriam irreais e também já havia levantado possíveis doações. A matéria termina com a declaração:

até que chegue a um bom termo o difícil parto da creche, as mulheres de nossa comunidade universitária, recusando-se a desempenhar o papel de objeto de cama e mesa, estarão certamente questionando a coerência aqueles que pregam, piedosamente, a condenação das práticas anticoncepcionais.²³⁷

Apesar de ser muito significativo a ADPUC se colocar a favor da questão, ela é retratada, mais uma vez, como uma luta apenas feminina, como se fossem as mães as únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos. Há, nesse sentido, o que

²³³ Boletim da ADPUC, n. 0, dezembro de 1977.

²³⁴ Boletim da ADPUC, n. 4, setembro-outubro de 1978.

²³⁵ Boletim da ADPUC, n. 5, março de 1979.

²³⁶ Creche: um parto difícil ou mais um sonho abortado?. Boletim da ADPUC, n. 4, setembro-outubro de 1978.

²³⁷ Idem.

Lobo chama de “exclusivo enquadramento das mulheres na relação familiar”: “tudo se passa como se as experiências das mulheres no trabalho assalariado e nas práticas públicas fosse “sobredeterminada” inevitavelmente pela maternidade, pela sua relação original e biológica com a vida e a natureza” (LOBO, 199, p. 260).

Nos jornais estudantis, a questão da creche é mencionada algumas vezes, mas nunca com um aprofundamento muito grande. A maioria das menções foram feitas nos jornais de alguma chapa que estava concorrendo às eleições estudantis e apresentava a pauta como um dos projetos que pretendia colocar em prática caso eleita. Mesmo nesses casos, entretanto, o assunto é colocado de forma muito superficial, enquanto outras questões, como o preço do Bandejão e das anuidades, ganhavam muito mais espaços nos jornais, como podemos ver no exemplo, em uma das publicações da *Chapa Criação*:

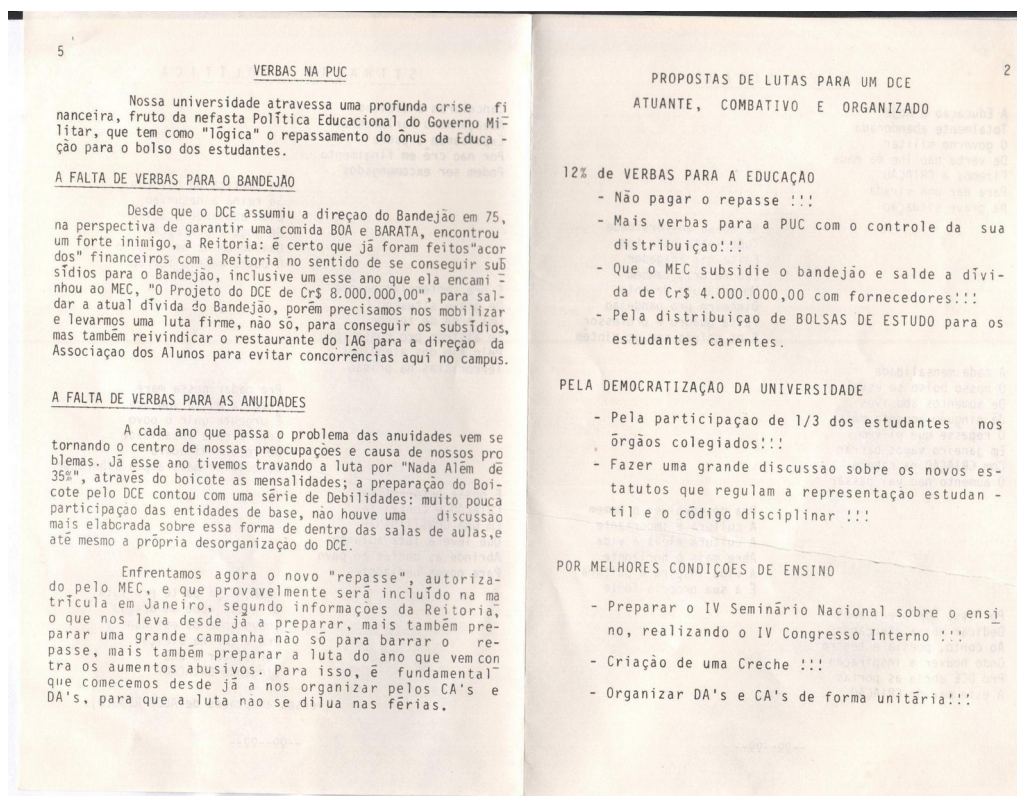


Figura 31: Páginas 2 e 5 de folheto da Chapa Criação. Cerca 1980. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

No folheto, enquanto as questões da falta de verbas para o Bandejão e para as anuidades ganharam destaque (página 5), a criação da creche é apenas mencionada como uma das propostas para melhores condições de ensino, sem

muitas informações (página 2). Com o passar do tempo, o assunto passou a ser tratado como antigo e até ultrapassado. Como foi o caso do *Jornal do CAEL*²³⁸, de 1980, no qual a possibilidade de criação da creche é definida como “águas passadas”.

É curioso observar que a chapa que faz um debate mais consciente sobre a questão em seu jornal é uma das menos inclinadas à esquerda. No *Jornal Novos Rumos*²³⁹, a chapa de mesmo nome, coloca-se como a favor de uma sociedade livre, liberal, cristã, não fascista e não socialista e expressa-se contrária tanto às esquerdas quanto às direitas. Na publicação em questão a criação da creche é tratada como necessária, porém não é exposta como a solução para as injustiças sofridas pelas mulheres. No texto, ainda, é exposto como as mulheres são encaradas como “exército de mão de obra reserva” que vem sendo sistematicamente oprimida pelos homens:

se não trabalha, a mulher deve ser uma espécie de escrava que coze, cozinha, lava, enxuga, encera [...] Se por outro lado trabalha, vem a mulher ser duplamente explorada. Se em casa a situação é a que já se sabe, no trabalho é ainda mais revoltante. Primeiramente com a simples restrição de sexo, segundo, a discriminação salarial, depois, o veto a cargos de chefia.²⁴⁰

Para os estudantes da chapa em questão, a situação precisava ser modificada, e ia muito além da construção de uma creche. De acordo com a visão desses alunos, as chapas estudantis usavam a questão da creche para mostrarem-se a favor do direito das mulheres, mas não estavam abertas para verdadeiros debates pela igualdade de direitos, como foi o caso da chapa Unidade. No *Jornal da Chapa Unidade*²⁴¹, de 1979, é apresentado como programa de ação para a universidade a formação de um centro da mulher na PUC-Rio, que seria um espaço canalizador de debates e pesquisa a respeito da discriminação da mulher na sociedade, e também a criação de uma creche no campus. Entretanto, de acordo com o *Jornal Novos Rumos*²⁴², durante a convenção da chapa Unidade, a discussão da pauta com a temática mulher “gerou protestos extremos de alguns ‘democráticos’ colegas que se posicionaram contra a simples leitura da proposta”.

²³⁸ *Jornal do CAEL*, n.3, 1980. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²³⁹ A mulher seus problemas e soluções. *Jornal Novos Rumos*, n.1, s.d. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁴⁰ *Idem*.

²⁴¹ *Jornal da chapa Unidade*. 1979. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

²⁴² E a democracia, como vai? Creche, demagogia ou chauvinismo?. *Jornal Novos Rumos*, n.1, s.d. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Foi feita uma votação para a leitura ou não da proposta, que, com apenas três votos de diferença, permitiu uma estudante seguir com a leitura. Porém, segundo o jornal, a aluna foi recebida com gritos de protestos ecoando pela sala e com “piadinhas de mau gosto”. A proposta, então, foi rechaçada com maioria absoluta e com a adesão de algumas mulheres. Para os estudantes da chapa *Novos Rumos*, os seus adversários não estavam sendo verdadeiramente democratas e lançavam “a campanha de creche para depois encobrir o sol com a peneira”.

Precisamos levar em conta, é claro, o fato de que essas chapas estavam disputando uma contra a outra e talvez os fatos contados no *Jornal Novos Rumos* possam ter sido expostos de forma a favorecer a chapa a qual era vinculado. Não é, porém, o objetivo aqui tratar sobre a veracidade ou não dos fatos publicados nos jornais universitários puquianos, já que, assim como expõe, Ana Paula Goulart Ribeiro (2000), nenhum registro é ingênuo ou descomprometido e menos ainda puro reflexo de uma realidade exterior. O que é de fato relevante para a pesquisa é a significação que os militantes davam para os episódios contados, a forma pela qual, seja consciente ou não, eles montavam sua história.

Neste capítulo vimos como os jornais universitários produzidos tanto pelos alunos como pelos professores da PUC-Rio ao longo da ditadura militar podem ser enquadradas no movimento maior da imprensa alternativa e que, muitas vezes, foram a única forma pela qual esses movimentos puderam resistir e manifestar sua oposição ao autoritarismo. Além disso, o conteúdo dessas publicações serviu de indícios para mostrar como esse espaço de liberdade da PUC-Rio tratado ao longo do trabalho não significou ausência de práticas machistas.

5. Conclusão

Assim como exposto por Rodrigo Motta (2014), mesmo antes do golpe militar de 1964, era forte a sensação de que as universidades brasileiras precisavam ser transformadas. Entretanto, os projetos político-ideológicos em disputa foram distintos. Enquanto os setores da esquerda queriam associar as mudanças do lado das causas socialistas, os liberais objetivavam um ensino tecnicista e tecnológico em detrimento da tradição humanista, além de não enxergarem a necessidade de as universidades serem públicas e gratuitas.

Para Motta (2014, p.351), no final, o projeto empreendido pelos militares não correspondeu plenamente, em suas palavras, "aos sonhos de nenhum dos grupos envolvidos" e o resultado foi a soma de pressões contrárias e com pesos diferentes – entre eles, conservadores, militares, religiosos, professores, estudantes e assessores e diplomatas norte-americanos. Por conta disso, considera as universidades como espaço privilegiado para observar os paradoxos do regime, já que, simultaneamente, o governo “procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar” as instituições de ensino superior (MOTTA, 2014, p.16).

É inegável, porém, reconhecer que as reformas implementadas pelos militares alteraram o sistema de ensino superior brasileiro e moldou as bases do que experimentamos até hoje, como, por exemplo, a estrutura departamental e o fim das cátedras, os exames vestibulares e o crescimento do sistema de pós-graduação. Foram reformas que aconteceram em um ritmo acelerado nos primeiros anos da década de 1970, mas que foram interrompidas de forma abrupta com a crise econômica do fim do regime (MOTTA, 2014).

Levando-se em conta esse contexto, este trabalho procurou mostrar como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro vivenciou as contradições do regime, assim como também as suas próprias. Nesse sentido, a Universidade é entendida como um microcosmo da sociedade na qual estava inserida naquele momento. As questões tratadas ao longo dos capítulos não são vistas como exclusivas do âmbito puquiano, mas como a forma pela qual os problemas e reivindicações dos movimentos de oposição se reproduziram a partir da realidade local da PUC-Rio. A campanha contra o ensino pago e tecnicista, por exemplo, ganhou força na Universidade sobretudo na forma de manifestações contra os

altos custos das mensalidades e do preço do Bandeirão. A questão da construção da estrada que cortaria o campus da Universidade foi debatida como parte das obras rodoviárias que, em defesa da expansão da malha urbana, acabaram impactando para o decréscimo da qualidade de vida dos cidadãos. As dificuldades financeiras experimentadas pela PUC-Rio a partir de meados da década de 1970 foi entendida como a forma pela qual a crise econômica brasileira se expressou na Universidade.

Da mesma forma que as outras instituições de ensino, a PUC-Rio passou por mudanças estruturais significativas ao longo do ciclo militar, além de ter tido um considerável aumento no número de matrículas. Foi nele que a Universidade implementou o regime de créditos acadêmicos, inaugurou novos prédios – como, por exemplo, Alas Kennedy e Cardeal Frings do Edifício da Amizade – e desenvolveu a sua pós-graduação. De acordo com Motta (2014), no ano de 1967, a PUC-Rio teria sido privilegiada, inclusive, com recursos oriundos de empréstimo que o MEC captou com o BID para reforma, construção e instalação de equipamentos nos campi.

Entretanto, ainda que a PUC-Rio e o ensino superior brasileiro no geral tenham vivenciado mudanças que podem ser consideradas positivas, foram modificações impostas por meio da força, passando muitas vezes por cima de quem se colocasse no caminho. A atuação dos movimentos de resistência universitária, porém, foram essenciais para que as reformas universitárias empreendidas pelos militares fossem um pouco menos nocivas e elitistas. Motta (2014, p.8), inclusive, cita a pressão do ME, “ou o temor que ela despertava nos militares”, como uma das motivações que serviu de contrapeso e evitou medidas pretendidas pelo Estado, como a implantação de mensalidades nas universidades públicas.

O que foi procurado mostrar aqui é quais foram as particularidades puquianas que influenciaram para que a Universidade ocupasse um lugar, presente até hoje na memória de atores da época, de maior liberdade. Em um primeiro momento, os pontos levantados para tentar explicar essa questão foram a presença de um setor conservador no movimento estudantil no momento do golpe militar de 1964, bem como as características – classe, raça e gênero – dos membros da sua comunidade universitária. No entanto, como muitas dessas características também eram divididas pelos estudantes das universidades públicas, a relação

com a Igreja Católica e com a figura de Dom Eugênio Sales mostraram-se fundamentais para a criação desse entendimento da PUC-Rio enquanto um lugar de proteção. Foi buscado apresentar como os militantes puquianos por várias vezes mobilizaram tanto o lugar social que ocupavam como as ligações com a Igreja a seu favor. Foi evidenciado, porém, como os limites dessa liberdade não eram bem definidos e foram também manipulados pela Administração Central da Universidade. Seja como for e mesmo com a presença de episódios controversos, algo de diferente parece ter sido sentido pelos atores da época, o que levou a PUC-Rio a ser escolhida de forma estratégica como palco das primeiras grandes manifestações estudantis cariocas de 1977.

Foi também introduzido na pesquisa as contribuições do estudo do espaço enquanto uma categoria de análise e foi observado de que forma os movimentos de resistência puquianos puderam ocupar os espaços físicos da Universidade e também como esses espaços influenciaram nessa ocupação. Foi tentado mostrar como um espaço pode ser apropriado de formas muito diferentes dos objetivos pelos quais foi construído e também como, dependente de quem é a pessoa que o ocupa, essa experiência de ocupação pode vir a ser distinta. Cada estudante, professor, funcionário ou agente repressor – influenciados por fatores como orientação política, classe social, religião, gênero e raça –, vivenciou os espaços puquianos de formas diferentes.

Uma das fontes privilegiadas deste trabalho, e que foi entendida como uma das principais estratégias empreendidas pelos militantes puquianos para resistir ao regime de exceção, foram os jornais universitários. Mais uma vez, essa enorme variedade de publicações produzidas pela comunidade puquiana não é vista aqui como um fenômeno exclusivo da Universidade. É compreendida como a forma pela qual comportamentos comuns dos militantes da época se expressaram na realidade da PUC-Rio, assim como outras universidades também experimentaram práticas similares, mas com as características particulares ao universo em que estavam inseridas. O conteúdo desses jornais também serviu de indício para que pudessemos observar alguns aspectos dos movimentos de oposição da PUC-Rio, como, por exemplo, de que forma a atuação dos militantes puquianos foi marcada pelo gênero.

Foi, em síntese, procurado reconhecer quais foram as estratégias que fizeram parte dos repertórios de ações dos militantes da PUC-Rio ao longo do

período ditatorial. Seja publicando jornais, realizando greves, utilizando da ironia, fazendo referências a textos clérigos ou solicitando a intervenção de pessoas com influência política, os estudantes e professores da Universidade encontraram maneiras de expressar suas reivindicações e de resistir. Dessa maneira, o ME e o MD puquianos são apresentados aqui como parte significativa do movimento maior de resistência pacífica que começou no âmbito das universidades e que foi essencial para a volta das manifestações de ruas do fim da década de 1970 que influenciaram para o fim do regime militar.

Como em muitas outras pesquisas acadêmicas, esta termina confirmando algumas premissas iniciais. Algumas outras, porém, foram contrapostas e, sobretudo, muitas perguntas continuam em aberto, deixando a possibilidade para novos caminhos. O objetivo, no entanto, nunca foi o de esgotar todas as questões que o tema pode trazer – o que nem seria possível fazê-lo. O resultado apresentado aqui foi fruto de escolhas feitas por mim ao longo da escrita e, portanto, é, utilizando a concepção de Le Goff (1996), um monumento.²⁴³ Espero, porém, ter conseguido trazer questões que somem a historiografia brasileira contemporânea e, sobretudo, ter contribuído para não deixar a memória daqueles e daquelas que resistiram aos anos sombrios da ditadura militar cair em esquecimento.

²⁴³ Le Goff, em seu livro *História e Memória* (1996), buscou desconstruir o entendimento dicotômico pelo qual comumente são vistos o documento e o monumento. A historiografia costumava ver o monumento como um material historiográfico de qualidade contestável, já o documento, vinculado a uma ideia de neutralidade, tinha maior legitimidade. O autor, no entanto, defende a interpretação de que, assim como o monumento, todo documento é também fruto de escolhas e intenções de quem o elabora e, portanto, apresenta uma perspectiva parcial da história.

6.

Referências Bibliográficas

ALÓ, Fernandes; WALTER, Ângelo. Pastor dos bons e dos maus: o Cardeal Dom Eugênio Sales e a rede de proteção carioca aos exilados sul americanos durante as ditaduras de segurança nacional (1978-1982). **III Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX**, 9 al 11 de noviembre de 2016, Santiago de Chile, Chile. Disponível: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.9310/ev.9310.pdf. Acesso em 07 jan. 2022.

ALVES, Márcio Moreira. **68 Mudou o Mundo** - A explosão dos sonhos e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

ANTENORE, Armando. Aos “Bastardos da PUC”, com carinho. **Piauí**, Anais da Educação, 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/aos-bastardos-da-puc-com-carinho/>> Acesso em 15 jan. 2022.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. IMPRENSA ALTERNATIVA. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/impremsa-alternativa>> Acesso em: 14 jan. 2019.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.

AZEVEDO, Roberto. Gávea Operária. Jornal da PUC - 249, 01 nov. 2011. In: **Crônicas de memória**. Margarida de Souza Neves ... [et al.] (orgs). – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Núcleo de Memória, 2014.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BETIM, Felipe. “Sentia que não fazia parte desse ambiente”: os desafios de ser negro e da periferia em uma universidade. **El país**. 12 nov. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/03/politica/1530632060_600428.html> Acesso 10 jan. 2021.

BORGES, Luana Regina; FIUZA, Alexandre Felipe. Mulheres na universidade: a presença feminina no movimento estudantil paranaense (1964-85). **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 20, n. 67, nov. 2020. ISSN 1981-416X. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/27143> Acesso em: 9 jan. 2021.

BUONICORE, Augusto. 1968: a classe média e a crise da ditadura militar. **Revista Princípios**. São Paulo, n.97, abr./maio 2008.

CARDOSO, E. D. A invenção da Zona Sul: Origens e difusão do topônimo Zona Sul na geografia carioca. **GEOgraphia**, v. 11, n. 22, p. 37-58, 8 fev. 2011.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, Pelotas, 2004, v. 10, p. 169-178. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>. Acesso em: 11 jan. 2021.

COUTINHO, Ana Maria Bonjour de Paula. **Sob a Cruz e a Espada: A Relação do Movimento Estudantil da PUC-Rio com a Reitoria durante o Regime Militar**. Luiz Reznik (orientador). Departamento de História da PUC-Rio. Monografia de Graduação, 2004.

CRUZ, Lucas; LIMA, Jaqueline; GUIMARÃES, Milena. A vivência e subjetivação de bolsistas negros em uma universidade privada de elite. **Dignidade Re-vista**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, jul.2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, jan/jun., 1983.

DUARTE, Eric. De “parque modelo” ao esquecimento: os processos de remoção do Parque Proletário da Gávea. In: Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio. 2019, Rio de Janeiro. Anais do XXVII Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, M. A. Políticas para as Mulheres no Governo do Estado de São Paulo 1995 a 2006. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 32-37, Dec. 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Jan. 2022.

FRAUCHES, Celso da Costa. A pós-graduação *lato sensu*, a Lei e as normas do MEC. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2014. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/documentos/A_pos-graduacao_lato_sensu_a_lei_e_as_normas_do_MEC.pdf>. Acesso em 15 jan. 2022.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 143-179.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Eduardo. A PUC-Rio nas Diretas Já. In: **Crônicas de Memórias: publicadas pelo Núcleo de Memória no Jornal da PUC**. Margarida de Souza Neves ... [et al.] (orgs). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Núcleo de Memória, 2014.

GONÇALVES, Eduardo. **Encontros, identidades e simbolismos: os pilotis como lugar de memória da PUC- Rio**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

GORGÔNIO, Clóvis. Como a PUC-Rio chegou à Gávea. Jornal da PUC - edição 245, 06 set. 2011. In: **Crônicas de memória**. Margarida de Souza Neves ... [et al.] (orgs). – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Núcleo de Memória, 2014.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Beyond Culture: Space, Identity, and the Politics of Difference. **Culture, power, place. Explorations in critical Anthropology**. Durham: Duke University Press, 1997, pp. 33-51.

HUERTA, José. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. De calabouço à missa do sétimo dia. **História da Educação**, vol. 22, núm. 54, pp. 47-70, 2018.

KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis**. São Carlos: UFSCar, 2016. 130 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2015.

KOSCHECK, Anna. A Vila Dos Diretórios como Lugar de Memória da PUC-Rio. In: Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio. 2009, Rio de Janeiro. Anais do XVII Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio - A produção do espaço. **Estudos avançados**, vol.27, n.79, 2013, pp. [2000].

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Luiz Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LINO DE PAULA, Lucília Augusta. **Movimento estudantil da UFRuralRJ: memórias e exemplaridade**. 2004. 316 p. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOW, Setha. The social construction of space. **Spatializing culture: the ethnography of space and place**. New York, NY: Routledge, 2016, pp. 68-93.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2o sem. de 2010 e 1o sem. de 2011. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/michael-lowy.pdf>> Acesso em 22 abr. 2021.

MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a luta, construindo a história. **Universidade e Sociedade**, v. 1, n. 1, fevereiro de 1991, p. 68-75.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Ana. LUCA, Tania. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, Carlos. A Formação de um Sistema de Ensino Superior de Massa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, p. 197-203, 2002.

MORANI, Julia. Vila dos Diretórios deixa sua marca. **Jornal da PUC**, edição 236 - Especial 70 Anos, 11 nov. 2010.

MOREIRA, Maria Ester (s/d). Verbetes Diretas Já. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>> Acesso em: 01 jun. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

MÜLLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. **Revista de História**, São Paulo, n.180, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n.10, dez/1993.

OTRANTO, Celia Regina. Movimento Sindical Docente: história e crise. **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas, Seropédica - RJ, v. 22, n. 2, p. 213-230, 2000.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PNUD/IPEA. **Relatório sobre o desenvolvimento Humano no Brasil - 1996**. Brasília, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 25-35, 1998. DOI: 10.1590/ts.v10i2.86770. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86770>. Acesso em: 1 maio. 2021.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. **Lugar Comum (UFRJ)**, n.11, p. 25-44, 2000.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES: Representação Política e Sindical de Professores Universitários. **Revista Cadernos de Pesquisa**, n. 93, p. 72-80, 1995.

RODMAN, Margaret. Empowering place: multilocality and multivocality, in LOW, Setha e LAWRENCE-ZUÑIGA, Denise. **The Anthropology of Space and Place: Locating Culture**. Oxford and New York: Blackwell, 2003, pp. 204-223.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo> Contexto, 2012.

SACCHETTA, Vladimir. Imprensa alternativa. In: ROIO, José Luiz D. et al. As capas desta história: a imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à anistia). São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.

SAMPAIO, Helena.. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2000.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964-1984**. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2007.

SANTOS, Luciana. A PUC-Rio e o Parque Proletário da Gávea: histórias que se entrecruzam. *Jornal da PUC* - edição 236, 11 nov. 2010. In: **Crônicas de memória**. Margarida de Souza Neves ... [et al.] (orgs). – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Núcleo de Memória, 2014.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho* 3, n.º 5, (2011) [1996]: 6-33.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 7, p. 9-21, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 475.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução C. E. Lins da Silva; M. C. de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Denise. **Os desafios da comunidade negra nas relações universitárias na PUC-Rio e a síndrome do impostor (1990-2019)**. Orientadora: Profa. Dr. Juçara da Silva Barbosa de Mello. 2022. 152 fls. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2022.

SIQUEIRA, Marcelo. A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 379-397, 2014. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e08_a23.pdf> Acesso em 15 abr. 2021.

SIQUEIRA, Marcelo. O Movimento Estudantil Na Guanabara de 1964 A 1968: Contexto, Objetivos, Estratégias e Consequências. **Diálogos**, v. 15, n. 2, p.311-330, maio-ago./2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36201/18757>> Acesso em 16 Jan. 2022.

SOUZA, Regis Glauciane Santos de; SARDENBERG, Cecília Maria B. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013. Anais. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-13.

STOCK, Paul, (ed.). Introduction: history and the uses of space. In: **The Uses of Space in Early Modern History**. Palgrave studies in cultural and intellectual history. Palgrave Macmillan, Basingstoke, UK, 2015.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. Tradução Ricardo A. Vieira. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, p.28-62, 1994.

TORRES, Thiago; BORIN, Marta; KONRAD, Glaucia. A morte de Dom José Ivo Lorscheiter e sua repercussão midiática. **MÉTIS: história & cultura**, v. 14, n.28, p. 271-291, jul./dez. 2015.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. 1997. 203f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253288>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

7.

Fontes

Acervo da Reitoria da PUC-Rio

Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio

Sistema de Informações do Arquivo Nacional

Biblioteca Nacional

Jornal do Brasil

Diário de Notícias

Tribuna da Imprensa

O Cruzeiro

A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ)

Acervo Online O Globo

Jornal O Globo

Entrevistas Núcleo de Memória da PUC-Rio

JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, out. 2014.

Entrevistas da autora

CAVALCANTE, Berenice. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 6 nov. 2017.

CAVALCANTI, Tereza Maria Pompéia. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 5 fev. 2019.

JARDIM, Eduardo. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 11 fev. 2019.

MELLO, Luiz da Silva. Entrevista concedida ao Núcleo de Memória da PUC Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 25 fev. 2019.

EUDES, José. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 16 abr. 2021.

Entrevistas Projeto Memória do Movimento Estudantil

CARVALHO, Amâncio Paulino. Entrevista concedida à Carla Siqueira. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 30 maio 2005.